



Universidade de Évora
Mestrado em Arquivos, Bibliotecas e Ciências da Informação

Arquivos orais em Portugal - que testemunhos?

Uma reflexão sobre arquivos de oralidade em Portugal

Dissertação de Mestrado em Ciências Documentais, apresentada à
Universidade de Évora.

Autor: Maria Amélia Próspero Colaço de Andrade

Orientador: José da Silva Horta – Universidade de Lisboa

Co-orientador: João David Pinto-Correia – Universidade de Lisboa

2008



Universidade de Évora

Mestrado em Arquivos, Bibliotecas e Ciências da Informação

Arquivos orais em Portugal - que testemunhos?

Uma reflexão sobre arquivos de oralidade em Portugal

Dissertação de Mestrado em Ciências Documentais, apresentada à
Universidade de Évora.



Autor: Maria Amélia Próspero Colaço de Andrade

Orientador: José da Silva Horta – Universidade de Lisboa

Co-orientador: João David Pinto-Correia – Universidade de Lisboa

169 288

Universidade de Évora
Mestrado em Arquivos, Bibliotecas e Ciências da Informação

Arquivos orais em Portugal - que testemunhos?

Uma reflexão sobre arquivos de oralidade em Portugal

Dissertação de Mestrado em Ciências Documentais, apresentada à
Universidade de Évora.

Autor: Maria Amélia Próspero Colaço de Andrade
Orientador: José da Silva Horta – Universidade de Lisboa
Co-orientador: João David Pinto-Correia – Universidade de Lisboa

2008

Agradecimentos

Ao Prof. José da Silva Horta pelo rigor da orientação académica, pelo encorajamento e disponibilidade e, sobretudo, pela responsabilidade, inscrita no tempo, da inspiração do tema deste trabalho

Ao Prof. João David Pinto-Correia pela indicação do caminho a percorrer

Aos amigos que se arredaram para me dar espaço mas não me esqueceram

A quem me quer bem

ÍNDICE

Resumo	I
<i>Abstract</i>	II
Siglas	III
INTRODUÇÃO	7
1. HISTÓRIA ORAL, TRADIÇÃO ORAL E PRÁTICAS DE ARQUIVO	19
1.1. Reflexão sobre o contributo dos arquivos de oralidade em diferentes sociedades	23
1.2. As sociedades sem escrita alfabética e os seus arquivos	24
1.3. As sociedades do Novo Mundo	32
1.4. A Finlândia, um caso à parte no Velho Mundo	33
1.5. A importância do documento oral nas sociedades da escrita – perturbações de cenários institucionais	35
1.6. Alguns aspectos a ter em conta no arquivamento de testemunhos orais e tradição oral	39
2. A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA ORAL EM PORTUGAL ATRAVÉS DO SEU ARQUIVAMENTO	45
2.1. A experiência de outros países	47
2.2. Negligência ou dificuldade em cumprir a lei?	57
2.3. O que se está a perder revelado em recolhas por tratar	60
2.4. O exemplo da <i>Revista Lusitana</i>	62

3. ARQUIVOS DE ORALIDADE EM PORTUGAL – INTERPRETAÇÃO DE UM LEVANTAMENTO EM DOZE DISTRITOS	66
3.1. Arquivos Distritais e Municipais - o levantamento	70
3.2. Leitura-síntese da recolha	72
3.3. As respostas e as suas mensagens	74
3.4. Sugestões e delegações	77
3.5. Outros testemunhos – a palavra aos investigadores	79
CONCLUSÃO	82
FONTES E BIBLIOGRAFIA	
Fontes e Bibliografia	90
Referências Electrónicas	100
Legislação	107
ANEXOS	
Anexo 1 - A pergunta	109
Anexo 2 - Quadro síntese do levantamento em doze distritos	110
Anexo 3 - As respostas – Informação sistematizada por distritos e concelhos	111
Anexo 4 - Quadros resumo e análise estatística	135

ARQUIVOS ORAIS EM PORTUGAL – QUE TESTEMUNHOS?

-Uma reflexão sobre arquivos de oralidade em Portugal-

RESUMO

O presente trabalho aborda a importância da preservação da memória oral através do seu arquivamento. Acervos documentais da maior importância para a investigação para além da história têm sido constituídos em todo o mundo e os procedimentos para o arquivamento de documentação proveniente de recolhas orais, tradição ou testemunhos, têm contado, na maioria dos países, com a consciência da sua importância por parte de organizações públicas e privadas. Como tal têm sido contemplados nas respectivas políticas arquivísticas a par dos arquivos tradicionais em contraste com o caso português, diagnosticado em parte, através de uma pergunta colocada a arquivos públicos de doze distritos no sentido de perceber o que em Portugal se tem feito quanto ao arquivamento de documentos provenientes de recolhas orais, atendendo a que o quadro legal não constitui um obstáculo, e quais as razões para a sua quase inexistência.

ORAL ARCHIVES IN PORTUGAL – WHICH TESTIMONIES?

-A reflection upon oral archives in Portugal-

ABSTRACT

The present study refers the importance of preserving non-written documents through oral document archiving which is of major importance in what concerns all types of research but history and a usual procedure all over the world. The proceeding decisions for a proper oral document archiving have counted on the awareness of how important preserving such documents is, performed by archive organisation institutions and archive policies in general in a world used to written documents in contrast with the diagnosis presented for the Portuguese case. Here we present some results after questioning public archives in twelve counties in the country, in order to understand what have been done in Portugal concerning archiving documents obtained from oral sources. Despite the legal framework not being an obstacle, we here try to find the reasons for their almost inexistence.

Siglas

AAB – Associação dos Arquivistas Brasileiros

ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portugueses

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

BBC – *British Broadcasting Corporation*

BN – Biblioteca Nacional

CD-ROM – *Compact Disk – Read Only Memory*

CIA – Conselho Internacional de Arquivos

CMM – Câmara Municipal de Manteigas

CMM Câmara Municipal de Manteigas

CNRS – *Centre National de la Recherche Scientifique*

CTPP – Centro de Tradições Populares Portuguesas Manuel Viegas Guerreiro da Universidade de Lisboa

DGA – Direcção Geral de Arquivos

DGARQ – Direcção Geral de Arquivos

DVD – *Digital Versatile Disc*

EDV – Entre Douro e Vouga

ERIC – *Education Resources Information Center*

ESES – Escola Superior de Educação de Santarém

FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia

FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

GAP – Gabinete de Apoio

IANTT – Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo

IFHC – Instituto Fernando Henriques Cardoso

IFLA – International Federation of Library Associations and Institutions

IGDE – *Institut de la Gestion et du Développement Economique*

IHTP – *Institut d’Histoire du Temps Présent*

IN-CM – Imprensa Nacional-Casa da Moeda

IPA – Instituto Português de Arquivos

ISAAR-CPF – Norma Internacional de Registo de Autoridade Arquivística para Entidades Colectivas Pessoas e Famílias

ISAD (G) – *International Standard Archival Description (General)*

ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

LP – Legião Portuguesa

NASA – National Aeronautics and Space Administration

PARAM – Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais

PIDE/DGS – Polícia Internacional e de Defesa do Estado/ Direcção-Geral de Segurança

PORBASE – Base Nacional de Dados Bibliográficos

PRACE – Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado

QCA III – III Quadro Comunitário de Apoio

RDP – Rádio Difusão Portuguesa

RTP – Rádio Televisão Portuguesa

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNESP – Universidade Estadual Paulista

VHS – *Video Home System*

INTRODUÇÃO

“Entende-se por arquivo o conjunto orgânico de documentos, independentemente da sua data, forma e suporte material, produzidos ou recebidos por uma pessoa jurídica, singular ou colectiva, ou por um organismo público ou privado, no exercício da sua actividade e conservados a título de prova ou informação”.

Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro. *Diário da República n.º 209/01*
– I Série A, Assembleia da República, Lisboa.¹

Independentemente do tipo de pesquisa, não há trabalho científico sem investigação e sem recurso a fontes estejam elas em arquivos tradicionais ou em bases de dados. Se essas bases de dados ou esses arquivos não existirem já constituídos, quem investiga tem de ter a atitude pioneira de os criar e organizar para poder produzir o seu trabalho. Nos nossos dias as novas tecnologias não só acrescentam novas possibilidades de pesquisa como possibilitam a constituição de novos suportes arquivísticos que ajudam, por exemplo, a superar a falta de espaço necessário à sua instalação nos suportes tradicionais sejam papel ou mesmo microfilme.

Regra geral, o investigador não tem em mente o trabalho que torna possível aceder aos documentos que procura: a pasta, a caixa, o maço, a fita magnética, o filme, a base de dados, o ficheiro, etc. isto é, as unidades de instalação que contêm a informação e que obrigam o arquivista à observação criteriosa de um percurso de tratamento estabelecido pela disciplina.

Os arquivos são de uma importância tal, dado o papel probatório-legal da documentação produzida durante as actividades das organizações - os arquivos correntes -, que o complexo normativo que os rege é estabelecido por organismos internacionais competentes no que diz respeito à sua gestão arquivística². Por sua vez, um conjunto de legislação é produzida por cada estado e assegura que as instituições façam a gestão da sua documentação no desempenho do seu papel administrativo e probatório-legal nas instituições. Portanto, há alguma relação entre os estados e os documentos ao dispor dos

¹ Artigo 80.º n.º 2. Os sublinhados são de nossa autoria.

² O Conselho Internacional de Arquivos e a norma ISAAR-CPF são exemplos.

investigadores, uma vez que as condições de produção documental são desta forma controladas.

A investigação tem vindo a evoluir através de novas tomadas de consciência científica e novas abordagens aos arquivos e respectiva documentação; a História Oral é o exemplo de uma nova disciplina com grande relevância na Europa sobretudo após as duas guerra mundiais, mas que só agora parece dar os primeiros passos no nosso país no que diz respeito à investigação para a História³.

Pergunta-se então, com que arquivos? Este trabalho pretende:

- Reflectir sobre uma nova consciência da importância dos arquivos de oralidade para a investigação em geral, aproveitando a metodologia da História Oral como exemplo de novas abordagens das fontes;
- Averiguar qual o registo que se fez das tradições orais e qual o tratamento dado à documentação proveniente de recolhas de testemunhos que possam contribuir para a constituição de arquivos de oralidade ou para integrar este tipo de fontes nos arquivos existentes para este tipo de investigações no futuro.
- Abordar o que terá sido feito em Portugal neste campo, questionando alguns arquivos públicos como sejam os distritais e municipais.

Numa primeira parte, lembrar-se-á que as organizações produtoras da documentação dependem de conjunturas económicas e políticas como, por exemplo, nos nossos dias, é o fenómeno da globalização. Os arquivos em geral não parecem acompanhá-las, pois, também eles, dependem de condições específicas de conjuntura e estrutura, que nos leva a pensar que as dinâmicas são diversas. A ideia de estatismo que domina o pensamento sobre os arquivos, sobretudo no que diz respeito aos arquivos definitivos também chamados de históricos, sobretudo em Portugal, deve-se basicamente a uma herança cultural provinda de algum obscurantismo e proibicionismo cultivados (explicação fora do âmbito deste trabalho) e que relega os arquivos para segundo plano como universos intocáveis. Na sociedade ocidental o

³ O primeiro Congresso Internacional de História Oral realizou-se no Porto em 26, 27 e 28 de Outubro de 2006. Embora o programa tenha tido em conta as fontes orais em *workshop*, não apresentou explicitamente, qualquer ponto sobre arquivos.

pensamento dos estudiosos dos arquivos depende, do ponto de vista estrutural, de tradições arquivísticas (mediterrânica, ibérica, francesa, anglo-saxónica, alemã) e, conjuntamente, depende do cumprimento das normas sobre arquivos emanadas do CIA e das legislações dos respectivos países. Nas sociedades que não seguem o modelo ocidental sobretudo as sociedades que não utilizam maioritariamente a escrita alfabética ou utilizam um “suporte importado”, os arquivos dependem fundamentalmente da memória oral e da sua fixação segundo metodologia própria⁴.

A história da arquivística ocidental divide-se em períodos, à semelhança das divisões em períodos das etapas da própria história da escrita, sendo considerados um período pré-arquivístico, a Antiguidade, a Idade Média, o Antigo Regime e o período do desenvolvimento arquivístico propriamente dito⁵.

Portugal segue a lógica arquivística da tradição francesa e mediterrânica e como tal, rege-se pelas normas do CIA seguindo as suas orientações para a descrição arquivística (arquivo histórico) através do IANTT, agora DGARQ e pela legislação em vigor, como por exemplo, a lei que define rigorosamente o conceito de património arquivístico⁶, que em traços muito gerais, refere serem os factos ou conjunto constituído de factos (colecções factícias) que contribuem para alicerçar o conhecimento sobre a nossa cultura, seja qual for o seu suporte⁷.

Na civilização ocidental, excepto nos meios universitários onde se produz a História de África, a História da América pré-colombiana ou de outros espaços extra-europeus, é ainda muito forte a ideia de que a História começa quando começa a escrita; só se considera como verdade o que é fixado por ela, isto é, só o facto de estar escrito ou fixado em suporte, confere veracidade

⁴ Antes do contacto com o alfabeto latino, a escrita árabe foi adoptada em África como suporte de línguas africanas assim como, por ser moda, em cortes europeias quando o Império do Oriente estava no seu apogeu.

⁵ Cf. José Ramon Cruz Mundet, *Manual de Arquivística*, Fundación Germán Sánchez Ruipérez, Madrid, Piramide, 1994. pp. 7-55.

⁶ Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro. *Diário da República n.º 209/01 – I Série A*, Assembleia da República, cap. III, artigo 80º, n.º 2, citada em epígrafe.

⁷ Entende-se por “colecção factícia” o conjunto de documentos de arquivo reunidos artificialmente em função de qualquer característica comum.

ao conteúdo⁸. Torna-se portanto imperioso, registar em suporte o que sendo verdade, não é de tal modo considerado por não estar registado. A tomada de consciência sobre a verdade de conteúdos documentais há muito que estabeleceu dois tipos de relacionamento entre as pessoas e entre estas e as instituições; o relacionamento a que podemos chamar de pessoal e o relacionamento a que podemos chamar de “documental”⁹. A tradição de só respeitar o estabelecido por escrito como probatório parece continuar ao verificarmos que em trabalhos de forçosa pesquisa oral, as referências a essas fontes testemunhais, na grande maioria dos casos, não aparecem indicadas nas respectivas fontes, seguindo, portanto, o padrão instituído. Verificamos pois, um relacionamento particular ou privado com as fontes para a História Oral com recurso a fontes orais, e não um relacionamento institucional.

Parece que para novas abordagens se impõe, assim como para outros métodos, a redefinição do conceito de documento de arquivo. Sabemos que o documento de arquivo nasce de uma actividade organizacional, como é utilizado, avaliado, destruído e preservado. Os critérios para o tratamento do documento de arquivo ao longo das fases em que desempenha papéis distintos estão consignados na lei.

Nas sociedades sem escrita alfabética à data do seu primeiro contacto com as sociedades da escrita, como, por exemplo, as africanas¹⁰, às quais um dia se chamou de sociedades “sem história” os arquivos também existem, e talvez a forma como funcionam as suas instituições nos ajude a perceber um pouco dessa instituição, da maior importância para estas sociedades, que é a memória oral. Há que perceber os procedimentos nessas sociedades para o relacionamento institucional - quais as regras, como preservam e descrevem o seu passado e como não existe falta de identidade ou consciência do seu protagonismo como sociedades organizadas. Embora estas não sejam

⁸ Um facto não sendo registado e comprovado com outros registos, não é considerado como facto na perspectiva da História, ou melhor, se uma falsidade for repetidamente escrita como verdade é considerada verdade se não houver condições de demonstrar que é uma falsidade.

⁹ É bem conhecida expressão “ponha-me isso por escrito!”.

¹⁰ Hoje estas sociedades já não são sociedades sem escrita sobretudo no que diz respeito ao funcionamento das suas instituições de administração central. Cf. Maria Emília Madeira Santos, “A Apropriação da escrita pelos africanos”, *Actas do Seminário Encontro de Povos e culturas em Angola, Luanda, 3 a 6 de Abril, 1995*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 353-359.

consideradas pela nossa sociedade como exemplo, uma vez que a matriz de pensamento científico dominante é etnocêntrica, há que referir os esforços por que têm enveredado os estudiosos africanos no sentido da organização dos seus arquivos, tentando que não se perca a sua cultura na passagem para um suporte que pretendem seja utilizado, dado que, é o utilizado pelos ocidentais. Os estudiosos africanos têm a noção de que é urgente edificar os seus arquivos à semelhança dos arquivos ocidentais e que só assim evitarão a perda das suas referências e culturas¹¹.

Do encontro das sociedades da escrita com as sociedades sem escrita, inegavelmente ambas com cultura e história, terá resultado também uma forma de “poder documental” dadas as características desse encontro¹²; a historiografia sobre as sociedades sem escrita por parte das sociedades com escrita, neste caso a dos descobridores, fez com que a verdade desse encontro entre povos “sem documentos” e povos “com documentos” resultasse um acervo documental, no mínimo desequilibrado; entre outras razões, sobretudo por ter sido fixada para a posteridade uma determinada imagem da realidade criada pelos utensílios de interpretação possíveis e consequente representação do universo descoberto ao dispor do descobridor¹³. As relações de poder político e económico, de certa forma foram transpostas para as relações entre a escrita e ausência de escrita nesse encontro de culturas, sendo que, os acervos documentais daí resultantes reflectem as intuições de quem dominou, o que não significa que não tenha havido um processo de apropriação da escrita pelos africanos ligada às suas próprias instituições e utilizada, por exemplo, na constituição de alguns arquivos¹⁴. Torna-se necessária a consulta dos estudos sobre sociedades organizadas de forma distinta da ocidental, para perceber, como já foi dito, que não é a ausência do

¹¹ Cf. *Actes du séminaire régional sur le traitement archivistique des traditions orales, Libreville (Gabon) 11/12 Septembre 1989*, pp. 9, 19, 24, 28, 29, 58.

¹² Descobrimientos e posteriores processos de ocupação e colonização. Sempre que neste trabalho for utilizada a expressão “sociedades com ou sem escrita alfabética”, pretende fazer-se a referência a sociedades em que a escrita alfabética tem, ou não, uma função organizadora fundamental para a sua reprodução.

¹³ Cf. José da Silva Horta, “A Representação do Africano na Literatura de Viagens, do Senegal à Serra Leoa (1453-1508)”, *Mare Liberum*, nº 2, 1991 pp. 209-339.

¹⁴ Cf. Maria Emília Madeira Santos in Ana Paula Tavares, Catarina Madeira Santos, ed., *Africae Monumenta, A Apropriação da Escrita pelos Africanos*, vol I, *Arquivo Caculo a Cahenda*, pp. 9-47.

documento escrito que confere ausência de organização¹⁵. Portanto, a Europa dominou com os seus documentos e apesar da “aparente” excepção da Finlândia¹⁶, encontram-se diferenças entre o resultado da actividade colonizadora desde os seus primórdios e os acervos resultantes das especificidades dos diferentes processos de colonização¹⁷.

A consciência demonstrada por alguns dos países provenientes da actividade colonizadora, sobretudo os colonizados por tradições anglo-saxónicas, da premência da organização de arquivos de documentação “mista”, é a de que os seus conteúdos comportam as culturas que contribuíram para as suas sociedades actuais¹⁸.

A memória nas sociedades da escrita, sobretudo após a Revolução Francesa, passou a associar-se ao enaltecer dos nacionalismos e passaram a comemorar-se as memórias de factos importantes que alicerçam e justificam o papel das instituições nacionais e, conseqüentemente dos seus arquivos. Esta memória nada tem a ver com o objecto deste estudo o que não significa que a consciência de unidade nacional desses estados não passe também pela oralidade¹⁹.

É significativo o facto de, nas sociedades da escrita, ser precisamente a sua ausência (a da escrita) que domina em cenários de perturbação institucional; dependendo da circunstância de, por exemplo, em cenário inesperado (uma revolução, uma insurreição, um acidente), a preocupação passar a ser a do controlo dos acontecimentos inesperados e não a sua

¹⁵ Cf. Joseph Ki-Zerbo, *História da África Negra*, vol.1, 3ª ed., revista pelo autor, [s.l.], Publicações Europa-América, 1990. pp. 5-21.

¹⁶ Cf. Paul Thompson, *The voice of the past. Oral History*, Oxford, Oxford University Press, c) 1988 p.101; cf. Saliou Mbaye, “Les archives en Afrique de l’Ouest: un patrimoine en mutation”, *Conférences de l’Ecole des chartes*, n.º 6, Paris, 2004. <http://elec.enc.sorbonne.fr/document10.html>, acedido em 2007-09-17.

¹⁷ Os processos de colonização de Cabo Verde, Angola ou Moçambique, com as suas diferenças, não parecem ter influenciado as relativamente pequenas diferenças no tipo de organização da documentação legada atendendo ao facto do colonizador ser o mesmo e serem as suas, as regras de organização arquivística em vigor.

¹⁸ Entre muitos outros, Estados Unidos, Austrália, Nova Zelândia, África do Sul: http://www.museudapessoa.net/oque_linksaz.shtml, acedido em 2007-02-21.

¹⁹ Por exemplo, o impacto das Invasões Francesas na nossa cultura, é de enorme abrangência. Cf. A. C. Pires Lima *As Invasões francesas na tradição oral e escrita. Separata da Revista Lusitana – Vol. XXIII*, Porto, Tipografia Sequeira, Lda, 1922. pp.7, 8, 13; cf. índices da *Revista Lusitana, Nova Série*, [em linha], <http://www.fl.ul.pt/unidades/centros/ctp/index.htm>, acedido em 2008-05-11; ver também as tradições orais associadas à chegada dos franceses documentada na *Revista Lusitana, Nova Série*.

descrição²⁰. Assim, para além de serem referenciados *a posteriori*, os acontecimentos inesperados não são catalogados, entre outras razões, por não fazerem parte da norma nas organizações. Há, pois, que reflectir sobre como cenários de mudança, sem documentos escritos, ocorrem em simultâneo com a habitual presença de documentos escritos nas organizações das sociedades da escrita. Pode deduzir-se que assim sendo, os arquivos escritos correspondem a cenários sem perturbações.

A maioria das grandes invenções e descobertas tiveram como motivação principal, a guerra. Em ambientes de maior ou menor secretismo, e períodos de clandestinidade e fuga a poderes políticos instituídos, fossem eles quais fossem, as informações mais importantes foram e continuam a ser, ininteligíveis, codificadas, secretas, decorrendo quase sempre em ambientes de muita acção. Tudo o que venha a escrever-se sobre estes momentos é sempre *a posteriori*, com recurso a testemunhos directos ou indirectos, como, aliás, muita da documentação escrita, cujas condições de produção a maior parte das vezes não são questionadas. Avaliar da fidelidade da informação contida na documentação arquivada e relacioná-la com as etapas da sua produção documental não será difícil, se nos limitarmos às actividades rotineiras das instituições produtoras e não tivermos em conta elementos “volúveis”²¹ que estão no centro das mudanças. Em período de laboração rotinada e programada, toda a informação à margem e que não diga respeito à laboração, sobretudo essa²², não é registada mesmo que esteja relacionada com a laboração da instituição, indo contra os interesses da mesma, parece também não ser registada.

Um exemplo da importância dada ao registo da oralidade é o que é feito numa sala de audiências, ao serem transcritos os depoimentos no decorrer de um julgamento. Parece ser este o local onde se pratica o que parece deverá

²⁰ Isto não significa que os historiadores, *a posteriori*, não tenham colmatado a ausência dos documentos escritos com o recurso aos testemunhos orais, caso de Fernão Lopes em relação à crise de 1883-85, ou, fora deste tipo de cenário, o caso de Gomes Eanes de Zurara na narrativa das primeiras viagens à costa ocidental africana.

²¹ O elemento humano na origem de perturbações.

²² As instituições, na tentativa de preservarem as suas imagens, normalmente ignoram qualquer registo que possa pôr em causa tal imagem. Cf. Jacques Le Goff, “Documento/Monumento”, in *Enciclopédia Einaudi*, vol I Memória-História, Lisboa, IN-CM, c) 1997, pp. 94-105.

ser praticado nas instituições para salvaguarda de informações importantes a preservar através do testemunho. Esse procedimento – o da passagem a um suporte, da oralidade dos testemunhos da sala de audiências – é o garante de que o que foi dito na sala, foi de facto dito, e passa a verdadeiro a partir do momento em que é registado nesse suporte. Isto, para lembrar que a verdade está instituída nas sociedades da escrita e parece depender mais do seu suporte que do seu conteúdo; ou melhor, da quantidade de tempo que essa verdade se encontra fixada e por quantos pode ser testemunhada²³. Parece ser o seu grau de imobilidade, conferida pelo suporte que, ao possibilitar que todos lhe tenham acesso, lhe garante a estabilidade suficiente para ser considerada. As condições de produção da informação poderão ser sempre questionáveis, podendo deduzir-se que é o que fixa (suporte) que domina o conteúdo²⁴.

A tecnologia ao nosso dispor hoje em dia pode, portanto, ser posta ao serviço, também, dos arquivos definitivos. Para além das aplicações informáticas em estudo para a descrição em arquivo definitivo, o conceito de documento e produção documental está em grande mudança e a lei já o reflecte no n.º 2 do art. 80º da lei citada em epígrafe, sobre a definição de arquivo: “[...] *conjunto orgânico de documentos, independentemente da sua data, forma e suporte material [...]*”, e no nº 3 do mesmo artigo 80º: “*Integram igualmente o património arquivístico conjuntos não orgânicos de documentos de arquivo que se revistam de interesse cultural relevante e nomeadamente quando práticas antigas tenham gerado colecções factícias*”²⁵.

É também importante que se proceda a uma reformulação do conceito de documento como fonte e se passe a considerar como documento de arquivo também o proveniente do trabalho de recolha de testemunhos orais. Algumas dessas recolhas têm dado origem a trabalhos de investigação para os quais forçosamente concorreram de forma sistemática mas que, em grande parte, não aparecem referidas como fontes e apenas nalguns casos, que recorreram

²³ Uma das definições de documento de arquivo segundo o *Dicionário de Terminologia Arquivística* é, precisamente, o da “informação contida num suporte”.

²⁴ Cf. Susanne Citron, *Ensinar a História hoje, a memória perdida e reencontrada*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990. pp. 49, 93 e 94.

²⁵ Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro. *Diário da República n.º 209/01 – I Série A*. O sublinhado é de nossa autoria.

exclusivamente a esse tipo de fontes, e que se podem considerar raros.²⁶ Será por não haver arquivos definitivos de fontes provenientes de recolhas orais em Portugal? A História contemporânea só terá a beneficiar com a tomada de consciência desta premência quanto à necessidade de fornecer os nossos arquivos dos testemunhos fixados em suporte junto de quem ainda vive, no sentido de “completar” a informação sobre as instituições. Em França, por exemplo, o Ministério da Cultura e Comunicação através do seu departamento de política arquivística e da coordenação inter-ministerial, publicou em 7 de Novembro de 2003, os procedimentos para a recolha de testemunhos de “*hommes politiques*” com o fim urgente de entrevistar ex-chefes de estado e políticos antes do seu desaparecimento, com o objectivo de organizar arquivos com esses testemunhos²⁷.

O sistema nacional de arquivos depende da Direcção Geral de Arquivos com administração directa do Ministério da Cultura desde 27 de Outubro de 2006²⁸ no âmbito do PRACE.

A anterior autoridade era o Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, que criou um programa de apoio à rede de arquivos, o PARAM, cujos objectivos gerais foram os de incentivar e apoiar os municípios na implementação de um programa de gestão integrada dos respectivos sistemas de arquivo, bem como promover a criação de uma rede de arquivos municipais integrada na Rede Nacional de Arquivos²⁹.

Depois de, na primeira e segunda partes do trabalho, ter ilustrado com alguma argumentação suportada por alguns exemplos teóricos e práticos as razões da urgência de, em Portugal, se dar início a uma arquivística da oralidade, é na terceira parte do trabalho, assim justificada pelas duas primeiras, que a pesquisa incidirá no sentido de avaliar da existência ou não,

²⁶ Cf. AAVV, *Tarrafal-Testemunhos*, Lisboa, Ed.Caminho, 1978, p. 295, obra cujas fontes são, quase na totalidade, testemunhos de antigos presos e responsáveis, relativas a quotidianos, rotinas e, sobretudo carências sanitárias na colónia penal para presos políticos criada pelo Decreto-Lei 26 539 (única fonte escrita) no Tarrafal, Ilha de Santiago, Arquipélago de Cabo Verde.

²⁷ Ministère de Culture et Communication, département de la politique archivistique et de la coordination interministérielle.

<http://www.archivesdefrance.culture.gouv.fr/fr/organes/CAO040203.pdf>, acedido em 08-02-24.

²⁸ Decreto-Lei n.º 215, *Diário da República*, I. Série, n.º 208 de 27 de Outubro 2006.

²⁹ http://www.iantt.pt/instituto.html?menu=menu_rna&conteudo=param, acedido em 07-11-28.

de documentos arquivados provenientes de recolhas de testemunhos orais, com enquadramento organizacional, nalguns arquivos públicos.

O universo de pesquisa será o conjunto dos arquivos municipais do norte do país dos distritos de Aveiro, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria, Porto, Santarém, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu. A pergunta feita através de um texto simples, questiona directamente os presidentes das Câmaras e responsáveis pelos arquivos dessas instituições, no sentido de saber se têm na sua posse, ou têm conhecimento de quem tenha, nas respectivas regiões, documentação arquivada proveniente de recolhas orais; esta questão será também colocada aos Arquivos Distritais. As respostas serão analisadas por concelho, sob vários pontos de vista: se negativa ou afirmativa, e quanto à tutela da eventual documentação proveniente de recolhas orais. Serão também analisados: o tipo de resposta, a quantidade de informação, a disponibilidade e os tipos de contactos facultados.

Caberá aqui questionar se o tratamento da documentação proveniente de recolhas orais que o seu arquivamento lhe confere, só por si, lhe atribuirá o estatuto de fonte. Ou melhor, se a falta de tratamento documental dos conteúdos provenientes dessas recolhas pode retirar a devida credibilidade da informação contida no documento.

O arquivamento normalizado pode vir a ultrapassar a tendência para a classificação de etnografia e folclore, de registos de oralidade não tratados e que poderiam ser, eventualmente, considerados de outra forma. Das recolhas provenientes da oralidade há que fazer uma profunda diferenciação a começar pela sua proveniência e condições de produção, das quais depende o conceito do material arquivável. Também na origem da documentação de um arquivo, a existir, com documentação proveniente de recolha oral, essa recolha deverá estar ligada às instituições produtoras e às respectivas actividades tal como a documentação escrita está. As actividades de toda e qualquer instituição têm um *corpus* não escrito tão importante como o material escrito seu contemporâneo, com a diferença de não ser obrigatório que aquele tenha uma existência escrita e, conseqüentemente, seja habitualmente considerado como não probatório. O trabalho de recolha dito de “natureza étnica” pode caracterizar-se por não ter este enquadramento, isto é, mais uma vez, não é a oralidade que confere maior ou menor grau de “etnicidade” aos conteúdos da

informação, mas é a “etnicidade” que lhe confere maior ou menor grau de propensão para constituir um arquivo, isto é, a sua pertença a uma instituição; por exemplo, a tourada, que é considerada uma tradição, é explicada por antropólogos e etnólogos, e produz documentos orais sobre técnicas - os que dizem respeito aos procedimentos para bem tourear, isto é, para sua prossecução como instituição/tradição, técnicas essas, transmitidas de geração em geração e que são o exemplo, entre outros, de documentos “arquiváveis” porque de inegável interesse cultural³⁰.

Os arquivos que podem ser considerados como arquivos de memória oral são neste momento ainda em número reduzido e estão, na sua maior parte, relacionados com a resistência anti-fascista³¹.

A abordagem a arquivos de instituições como a televisão, a rádio, os jornais, alguns museus e associações, e o serviço público que prestam, não será referida neste trabalho por serem instituições com actividades relacionadas com o que é notícia e actualidade, e embora possam utilizar técnicas de captação de som e imagem, há que fazer a distinção entre a actividade das instituições e os seus arquivos. A actividade de um Arquivo como instituição é custodiar documentos de arquivo, assim como a actividade de um museu é a de custodiar peças de arte e exibi-las; um jornal ou rádio têm o dever de informar e relatar. Todas estas instituições têm os respectivos arquivos (corrente, intermédio e definitivo) independentemente de as suas actividades laborais serem arquivar, noticiar, ou exhibir³². Por exemplo, a televisão pública não é um arquivo, e, apesar de ser uma instituição de serviço público, os seus arquivos são de acesso privado³³.

A referência à *Revista Lusitana* em ponto próprio pretende sublinhar que ela pode ser considerada a primeira organização de recolhas de oralidade com o fito de que se não perdessem. Referida como “o Arquivo de Estudos

³⁰ Foi encontrado na PORBASE a referência a um único estudo sobre a arte de tourear a cavalo em Portugal. Cf. Manuel Nascimento Vasquez Bulhosa, *Um século de toureio equestre em Portugal*, Lisboa, Gráfica Manuel Barbosa & Filhos, 1996.

³¹ Centro de Documentação 25 de Abril, Museu da República e da Resistência, Associação José Afonso, Fundação Mário Soares, entre outros.

³² Algumas das respostas recebidas de alguns arquivos municipais remetem para este tipo de confusão.

³³ Os arquivos da RTP são dos mais ricos em material obtido em trabalhos que se basearam em recolhas orais.

Filológicos e Etnológicos relativos a Portugal”, na sua primeira série, projecto concretizado sob orientação e direcção de José Leite de Vasconcellos (1887 a 1940-43), com um total de trinta e oito volumes, nela colaboraram nomes cimeiros das disciplinas filológicas e etnológicas. Continuou a ser publicada, numa nova série desde 1981 após alguns anos de interregno e, neste âmbito, é uma iniciativa ímpar em Portugal³⁴.

O estado dos arquivos de oralidade em Portugal parece depender da urgente tomada de consciência de perda eminente e de uma rápida tomada de atitude no sentido de que não se perca mais tempo para a preservação da memória ainda não registada das organizações.

Reflectir sobre o estado dos arquivos de oralidade em Portugal e tentar perceber em que fase está essa tomada de consciência, é um dos objectivos deste trabalho.

³⁴ Cf. João David Pinto-Correia, dir., *Revista Lusitana – Nova Série*, Arquivo de Estudos Filológicos e Etnológicos relativos a Portugal, Revista do Centro de Tradições Populares Portuguesas Professor Manuel Viegas Guerreiro, FCT e FLUL.

1. HISTÓRIA ORAL, TRADIÇÃO ORAL E PRÁTICAS DE ARQUIVO

Há quem defenda que o homem começou por registar o que a memória não conseguia comportar de uma forma prática e eficiente. Terá começado por registar quantidades de produtos ou bens de que necessitava para a sua vida sendo, por exemplo, agricultor, pastor ou comerciante, em linhas e colunas, formando listas ou tabelas para melhor se organizar. A escrita mais elaborada e ligada à criação artística terá surgido mais tarde. Quase somos levados a pensar que o homem começou por arquivar o que a memória não comportava e só depois, terá começado a escrever.

A escrita e a oralidade compõem o universo informativo e todas as sociedades têm o seu, sem o qual não poderiam prosseguir a sua evolução. Jack Goody afirma que a palavra escrita não substitui a palavra dita nem o gesto³⁵. De facto, se tal fosse possível, nos nossos dias não haveria necessidade de professores, advogados, provas orais para complementar as escritas, entrevistas, conferências, etc. Segundo ele, a oralidade está ligada à intimidade e a escrita ao distanciamento por fazer calar os seus interlocutores³⁶. A escrita implica aprendizagem de uma técnica e a oralidade parece surgir de forma quase espontânea e por transmissão oral, tida por menos elaborada. No entanto, sabe-se que nalgumas sociedades orais existem igualmente técnicas de utilização dessa oralidade³⁷.

Dada a característica vital da linguagem e da comunicação para todos os seres que vivem em sociedade, a complexidade da comunicação entre os homens é manifesta. Encontra-se no homem, na sua capacidade de criar, a característica única que o distingue dos outros seres com maior ou menor grau de inteligência. Tal revela-se também na sua capacidade de seleccionar, *a priori*, os seus interesses quando constrói complexas extensões de si próprio

³⁵ Cf. Jack Goody, *Domesticação do pensamento selvagem*, Lisboa, ed. Presença, 1988, pp. 24 e ss.

³⁶ Sem convívio e sem a transmissão da oralidade, o ser humano não aprende a comunicar nem a falar.

³⁷ Por exemplo, “expressões formulísticas” que consistem em pequenos segmentos linguístico-discursivos que se repetem nas múltiplas versões dos diferentes romances e têm duas funções: uma “desembraiagem” para o distanciamento da composição em relação ao seu produtor-transmissor, e para a identificação do enunciado como espécie “romance”; ex.: “Lá vem a Nau Catrineta” ou “bem se passeia a Silvana”, cf. João David Pinto-Correia, *Romanceiro Oral da Tradição Portuguesa*, Lisboa, Edições Duarte Reis, 2003, p. 31.

para o auxiliar nos aspectos mais mecânicos da vida. Assim, em todas as sociedades, as rotinas, apesar de imprescindíveis, podem passar a ser executadas por mecanismos exteriores ao homem e controlados por ele dado que, sem apelo à necessidade de criar, a sua execução só precisa de recorrer à repetição para cumprir as suas funções. Serve isto para referir que o acto de arquivar é também ele rotineiro após as decisões que conduzem à sua mecanização.

Sendo que em todas as sociedades com escrita alfabética o que podemos chamar de **universo informativo** é composto pelo que resulta do que foi decidido fixar na escrita mais os conteúdos da oralidade, o arquivamento só faz sentido quando perfeitamente estabelecidas as regras do que, desse todo, se deve arquivar. Sem arquivos, todos os documentos morreriam na data da sua criação; não haveria nem memória nem investigação, e o mesmo é dizer, conhecimento; seria o esquecimento. Sem registos, ficaríamos apenas com a memória biológica cuja funcionalidade é explicada por especialistas e, assim, considerada de um quase inexistente grau probatório à luz da sociedade onde a escrita cumpre essa função apesar de os documentos escritos também serem eliminados segundo diferentes critérios arquivísticos. É sobre o conteúdo informativo do documento que é desde logo eliminado por ser oral, que este trabalho começa por reflectir.

Se nos questionarmos sobre a avaliação de documentos como procedimento para a eliminação documental, devemos lembrar-nos dos documentos orais dado que a oralidade, raramente ou só muito recentemente, começou a ser registada na maioria das organizações que criam os documentos escritos tradicionais partindo do princípio, e seguindo esse exemplo, de que há muito a oralidade é registada nas organizações com actividades judiciais.

Os arquivistas, cuja função tem sido não a de criar documentos mas dar-lhes continuidade e utilidade no tempo, têm agora um protagonismo fulcral ao serem chamados também a intervir como protagonistas da criação de

documentos orais³⁸. Os mais conscientes da importância do seu papel talvez sintam a necessidade de contribuir para resolver certas lacunas arquivísticas advindas das mentalidades que ainda regem a constituição dos arquivos tradicionais. Um dos primeiros passos será intervir através da investigação, tentando influenciar essas mentalidades. William Moss e Peter Mazikana apresentaram, em 1986, um estudo sobre essa possibilidade e a metodologia para o arquivamento das fontes orais provenientes da História Oral e do arquivamento da Tradição Oral como fonte³⁹. É um trabalho já com alguns anos, que em muito, contribuiu para as reflexões deste trabalho, tal como o trabalho de Florence Descamps, autora da, por alguns chamada, “bíblia” dos arquivos orais, obra recente e de grande envergadura sobre a temática dos arquivos orais em França.

Arquivar é uma necessidade universal tanto no presente como no passado e as sociedades têm vindo a organizar os seus arquivos segundo critérios que variam entre o económico e o político, passando pelo social, mas sempre de cariz profundamente ideológico.

São as ideias de incerteza e erro, sobretudo o erro da própria memória, que regem a necessidade de guardar documentos e constituir arquivos, mas é, sobretudo, a necessidade da criação de provas perante uma eventual situação de ter de fazer valer direitos e obrigações, que está na origem da constituição dos arquivos. E se a investigação nos arquivos é isenta, a conservação das fontes em que se baseia não o parece ser, uma vez que há sempre uma escolha sobre o que se deve preservar; se acrescentarmos a ausência do registo da oralidade, o que fica?

A partir daqui o acto de arquivar deve considerar-se tanto um acto de auto-ajuda para lembrar o que a memória não abarca, como um acto também motivado pelas razões inscritas nas diferentes formas de considerar o que deve existir para ser lembrado. Todas as sociedades de poder instituído, legítimo e legitimado, têm investido na permanência de uma memória que as libere de

³⁸ Cf. Florence Descamps, *L'historien, l'archiviste et le magnétophone. De la constitution de la source orale à son exploitation*, 2^o ed. “Préface” de François Monnier, “Avant-propos” de Dominique Schnapper, Paris, Comité pour L'histoire Économique et Financière de la France, 2005, pp. 299-304.

³⁹ Cf. William W. Moss, Peter Mazikana, *Los archivos, la historia y la tradición orales: un estudio del RAMP*, Paris, UNESCO, 1986, pp. 24 e ss.

juízos menos abonatórios. A auto-censura nos documentos oficiais é conhecida e tem alguns casos estudados⁴⁰.

O surgimento da escrita está, portanto, associado a uma necessidade e, tal como qualquer invenção, transformou-se num instrumento útil ao homem. Tendo começado por ser, sobretudo, utilizado por letrados e detentores de poder⁴¹, a escrita ter-se-á também transformado em instrumento de poder.

A verdade é que se arquiva supostamente o que se esquece ou pode esquecer-se, mas não se pode evitar recordar mesmo o que se quer esquecer ou pode não convir que fique registado.

O que foi dito pode aplicar-se a todas as sociedades, pois todas têm memória, todas têm formas de fixar o considerado importante pela ordem vigente e todas pretendem que a memória que delas fica preste um testemunho laudatório e não de má memória. Em todas as sociedades, arquiva quem detém o poder, assim como é quem detém o poder que delibera sobre os conteúdos dos arquivos na sua dependência.

Jack Goody refere que o todo é constituído pelo oral e pelo escrito, não se substituindo mas sim, complementando-se⁴². A escrita terá surgido e terá sido desde logo utilizada como instrumento de fixação da oralidade passando a dominar nalgumas sociedades. O paradoxo encontra-se no facto de, sendo a escrita insuficiente para abarcar o universo informativo contido na oralidade, ser ela a dominar no que diz respeito à documentação tida como de valor probatório inquestionável.

Veremos muito sucintamente que, do ponto de vista arquivístico, na cultura ocidental se instalou o debate sobre a verdade contida nas informações documentais⁴³, alvo de questionamentos e dependendo de, em primeiro lugar, a fonte ser escrita e da sua proveniência, seguindo-se toda uma hierarquia de fixação da informação (vestígios arqueológicos, artefactos, escultura, pintura).

⁴⁰ Ver, por exemplo, José da Silva Horta, *A "Guiné do Cabo Verde" produção textual e representações (1578-1684)*, Dissertação de Doutoramento em História da Expansão Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, Outubro de 2002, pp. 255 e ss.

⁴¹ Cf. Jack Goody, *A lógica da escrita e a organização da sociedade*, Lisboa, Edições 70, 1986, p.13.

⁴² As tábuas (*tables* ou tabelas) são, por exemplo, referidas em textos religiosos (as tábuas dos dez mandamentos) com enumeração de preceitos a não esquecer. Cf. Jack Goody, *A domesticação do pensamento selvagem*, p. 25.

⁴³ Considerando que quem lidera o debate é a cultura ocidental.

A oralidade foi, até há algumas décadas, posta de parte ou tida como pouco fiável do ponto de vista probatório. Há muito considerada fundamental na actividade jornalística tal como na actividade judicial, a fonte oral começou mais recentemente a ser considerada também para a história e para outras abordagens, depois de já o ter sido para a antropologia.

1.1. Reflexão sobre o contributo dos arquivos de oralidade em diferentes sociedades

A presença da escrita e da oralidade no universo informativo das diferentes sociedades pode ser avaliada. Por exemplo, nas sociedades que não utilizam a escrita, o universo informativo é constituído quase exclusivamente por documentos orais; nas sociedades com escrita, embora o universo informativo seja constituído por quantidades variáveis de documentos orais e escritos, a quase totalidade dos documentos arquivados são escritos. As tecnologias influenciam as ideias e, naturalmente, não se arquivava fotografia antes da invenção da técnica fotográfica. Temos hoje em dia ao nosso dispor um conjunto de novas tecnologias que vêm possibilitar o acesso à informação de forma única e que podem servir os arquivos definitivos de forma muito diferente da que tem sido utilizada até hoje. É possível consultar facilmente catálogos de fontes, construir bases de dados documentais, relacionar documentos e consultá-los virtualmente, entre outras valências tecnológicas.

Um exemplo de tais valências é, por exemplo, o da base de dados ERIC, que, se, por exemplo, for consultada com as palavras-chave **oral archives**, dá acesso a um catálogo com cerca de 80 referências sobre trabalhos relacionados com a temática da organização de arquivos orais. Outro exemplo é o do Museu da Pessoa, uma base de dados brasileira de acesso a vários arquivos orais em todo mundo⁴⁴.

A definição de “documento de arquivo” resulta da actividade das organizações, o que não torna inválido o que acabou de ser afirmado, dado que a oralidade é uma forma de comunicação e uma técnica de ensino e formação com uma funcionalidade muito específica. Lembremos que as

⁴⁴ Museu da Pessoa, Brasil, http://www.museudapessoa.net/oquee/oquee_rede.shtml, acedido em 2007-04-22.

organizações não conseguem abdicar da oralidade para cumprir os seus objectivos e a pergunta omnipresente neste trabalho é a seguinte: porque não a consideram quando arquivam?

Se observarmos o mundo na perspectiva dos seus arquivos, verificamos que é constituído pelos documentos arquivados resultantes das inúmeras ocupações/colonizações. Verificar-se-á que para as sociedades ocidentais, colonizadoras, a verdade existe quando é reconhecida por elas, sociedades dominantes e, sendo admitido que o conceito de verdade é diferente para as diferentes culturas, nunca deixaram de dominar ou de tentar fazê-lo, através de um certo autismo cultural.

Nesta relação ocupação/colonização/arquivos, as décadas em que os países africanos se tornaram independentes coincidiram com as décadas da tomada de consciência pelos poderes dos países resultantes da actividade colonizadora, dos quais os colonizadores e as suas culturas não se retiraram, da necessidade de dar protagonismo aos documentos das culturas autóctones dando-lhes igualmente a possibilidade de serem eles a organizar os seus arquivos e, assim, a participar no “todo arquivável”.

Não é produto de um estudo exaustivo o que vai ser abordado nos próximos pontos da primeira parte; apenas se pretende dar uma ideia da dimensão de alguns dos arquivos orais no mundo actual com exemplos que, dada a natureza introdutório-explicativa desta primeira parte, possam sustentar, sem deixar dúvidas, a urgência em constituir e organizar arquivos orais em Portugal.

1.2. As sociedades sem escrita alfabética e os seus arquivos

Quando a Europa partiu à descoberta, quando os portugueses e todos os outros que se lhes seguiram partiram, foram encontrando terras e sociedades desconhecidas. Descreveram-nas, a essas terras e gentes, nas suas crónicas e memórias de viagem, os descobridores. Nos arquivos encontram-se esses documentos, mas nunca poderemos saber o que deles não consta por desconhecermos os critérios de selecção que influenciaram esses registos, directamente ligados a um determinado entendimento e compreensão do que iam encontrando, dando lugar a uma inconsciente forma de censura nas suas formas de descrever o que viam. Por outro lado, nessa época, nunca terá sido questionado o que terá sido “arquivado” (a tê-lo sido),

pelas sociedades encontradas, considerando que, no momento do encontro, se estabeleciam relações entre “descobridores” e “descobertos”.

Assim, e considerando que todas as sociedades têm memória, vamos tentar enquadrar o peso dessa memória nas sociedades ditas sem escrita e qual a sua importância como forma de legitimar a sua função probatória.

A forma como as sociedades recordam é amplamente estudada por Paul Connerton que explica como os grupos sociais transmitem e conservam a memória e como o controlo da memória de uma sociedade condiciona largamente a hierarquia do poder⁴⁵. Refere também “armazenamentos permitidos” por novas tecnologias que podemos considerar de um certo totalitarismo não de regime, mas das próprias tecnologias.

O que atrás foi referido no que respeita à necessidade universal de arquivar, isto é, de guardar para lembrar quando se torne necessário, funciona para as sociedades com escrita como para as sociedades sem escrita. Nestas, o universo informativo é composto exclusivamente pelos factos registados na memória e transmitidos de “boca a orelha” em que o papel principal de arquivo é o desempenhado quase exclusivamente pela memória⁴⁶. Falamos de sociedades sem escrita à data do encontro com sociedades com escrita e há que salientar, que o objectivo deste estudo não é dissertar sobre as diferenças entre graus de desenvolvimento social, mas sobre a relação entre as diferenças culturais e as diferentes formas de considerar o arquivamento na perspectiva dos arquivos orais⁴⁷.

Admitamos que foi do estudo das sociedades africanas no sentido de se escrever a História de África, que surgiu o impulso para começar a tomá-las como exemplo enquanto sociedades com documentos, embora não escritos, que terá motivado o estudo de sociedades com as mesmas características fora de África.

Em África, o que se começa por saber dos seus habitantes através da escrita é o que outros escrevem sobre eles desde o primeiro encontro e logo se

⁴⁵ Cf. Paul Connerton, *Como as sociedades recordam*, 2.ª ed., Oeiras, Celta Editora, 1999 pp. 1-29.

⁴⁶ É conhecida a apropriação da escrita por sociedades originariamente sem escrita e utilizada com critérios bastante específicos e objectivos. Cf. Maria Emilia Madeira Santos in Ana Paula Tavares, Catarina Madeira Santos, ed. *op. cit.*, pp. 9-27.

⁴⁷ Cf. Jack Goody, *A domesticação do pensamento selvagem*, pp. 7-9.

percebe que a produção desses textos foi, como já referido, profundamente condicionada⁴⁸. Não se pense, portanto, que o conteúdo de um registo seja verdadeiro só por esse facto - o do registo. As sociedades cujo conteúdo informativo transmissível se encontra baseado exclusivamente na memória, não deixam por isso de ser sociedades organizadas como foi observado por muitos investigadores (historiadores, arqueólogos, antropólogos, sociólogos e outros) que ao longo de décadas têm vindo a estudar estas sociedades tentando aprender os seus mecanismos de funcionamento recorrendo, obviamente, aos seus arquivos⁴⁹. As perspectivas destes investigadores evoluíram tal como foram evoluindo as perspectivas decorrentes de estudos em ciências humanas criando diferentes escolas críticas e interpretações. No entanto, podemos perceber a necessidade de entender esses povos e a curiosidade que despertavam nos ocidentais através do exemplo dado pela atitude de alguns detentores de cargos coloniais ou simplesmente empregados ou comerciantes que se apaixonaram por África e que sobre ela escreveram. Um dos casos foi o de Silva Porto⁵⁰, que subestimou a ligação à sociedade portuguesa no sentido de ganhar a confiança das sociedades africanas a quem sempre respeitou a organização. Foi no Bié que viveu com a sua família durante cinquenta anos e onde veio a falecer. Só recentemente foi parcialmente publicado o seu diário⁵¹. Já antes do processo de colonização e de alguns representantes do governo português se interessarem pelos comportamentos dos colonizados nas colónias que administravam; importa referir que muitos outros europeus foram autores de descrições de terras

⁴⁸ Cf. José da Silva Horta, "Evidence for a Luso-African Identity in «Portuguese» Accounts on Guinea of Cape Verde (Sixteen-Seventeenth Centuries)", *History in Africa. A Journal of Method*, vol. 27, 2000, pp. 99-130; Idem, "A Representação do Africano na Literatura de Viagens, do Senegal à Serra Leoa (1453-1508)", *Op.cit.*, nº 2, 1991 pp. 209-339.

⁴⁹ São muitos os investigadores que, sobretudo desde os anos 20 do século XX se dedicaram a estes estudos, Cf. John Edward Philips, ed., *Writing African History*, Rochester, University of Rochester Press, 2005, onde em diversos artigos são referidas as dificuldades metodológicas deste tipo de abordagem da história.

⁵⁰ António Francisco da Silva Pôrto, "Viagens e apontamentos de um portuense em África" – excertos do *Diário de António Francisco da Silva Pôrto*, Divisão de Publicações da Biblioteca. Publicação autorizada por despacho de Sua excelência o Ministro das Colónias, de 14 de Maio de 1942, pp. 165 e ss.

⁵¹ Maria Emília Madeira Santos, António Francisco da Silva Porto, *Leitura com introdução e notas por Maria Emília Madeira Santos* 1995, vol. 1, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1986; Maria Emília Madeira Santos "Viagens do editor pelo diário de Silva Porto", *Fontes & Estudos*, Novembro, 1995, p. 75.

africanas por sentirem a necessidade de registar testemunhos e tradições orais, motivados por uma identidade com as culturas mestiças. São exemplo disso André Álvares de Almada e André Donelha⁵². A própria *Peregrinação de Fernão Mendes Pinto* tem a preocupação de registar expressões nas línguas, neste caso, orientais, traduzindo-as depois. Fizeram-no, porém, sem o conhecimento do método de recolha e interpretação fixado por Jan Vansina⁵³. Tais documentos falam, no mínimo, sobre a interrogação dessa época em relação à diferença. Resultaram não apenas registos sobre esses mesmos povos mas registos do testemunho desses homens sobre essas culturas. Apesar de ser uma actividade privada, a atitude do registo, no mínimo, reverteu para o enriquecimento documental sobre essas populações e para o conhecimento sobre algum do pensamento na época a seu respeito⁵⁴. É hoje reconhecido internacionalmente que uma das condições indispensáveis para aceitar as fontes orais como fontes históricas é o depósito dos materiais, incluindo nesse depósito todas as informações sobre as condições da recolha dessas fontes, sobre o questionário e os informantes, para que essas fontes possam ser partilhadas com outros investigadores e, inclusive, alvo de reinterpretções no futuro⁵⁵.

A consulta (pelos investigadores de, e em África) dos “arquivos vivos”⁵⁶ das sociedades primordialmente sem escrita, revelaram que também os documentos orais, tal como os documentos escritos, sofriam de condicionamentos ditados pelo poder. Recitações de feitos, atribuição de linhagens e instituição de ritos de comemoração, são apenas alguns exemplos de condicionadores estabelecidos pelo poder em África. Mais uma vez se

⁵² José da Silva Horta, *A Guiné do Cabo Verde produção textual e representações (1578-1684)*, op. cit. pp. 361, 379, 397 e ss.

⁵³ Beatrix Heintze, “Written Sources, Oral Traditions and Oral Traditions As Written Sources. The Steep and Thorny way to Early Angolan History”, *Paideuma*, 33, 1987, pp. 263-287.

⁵⁴ José da Silva, Horta, “As tradições orais Wolof de transmissão cabo-verdiana: a memória de Buumi Jeleen e dos Njaay na ilha de Santiago (Séculos XV-XVIII)”, in *Mélanges on Hommage à Jean Boulègue*, Paris, (no prelo).

⁵⁵ Cf. David Henige, *Oral Historiography*, London-New York, Longman, imp. 1988, cap. VII e mais recentemente, pelo mesmo autor, “Oral Tradition as a Means of Reconstructing the Past”, in *Writing African History*, ed. by John Edward Phillips, Rochester, N.Y., University of Rochester Press, 2005, pp. 169-190, p. 188; José da Silva Horta, “As tradições orais Wolof de transmissão cabo-verdiana: a memória de Buumi Jeleen e dos Njaay na Ilha de Santiago (Séculos XV-XVIII)”, op. cit.

⁵⁶ Uma dessas funções era o de *tradiccionista*, cuja função consistia na recitação dos feitos no sentido de enaltecer o poder vigente.

verifica que os arquivos se encontram na mão de quem detém a última palavra sobre a informação a permanecer, dado que, uma das formas de reis e altos dignitários de sociedades organizadas embora sem escrita, é a de fazer recitar pelos especialistas com tal incumbência, os tradicionistas, a que podemos chamar de “arquivistas” (*griots* no noroeste africano), quotidiana ou regularmente⁵⁷, em cerimónia especialmente criada para esse fim, a documentação fixada na memória e, para verificar o bom estado dos documentos, toda a comunidade ou seus representantes tem de testemunhar de que não há deturpações⁵⁸. Investigadores ocidentais registaram incongruências e contradições não aceitáveis no seu universo de estudo⁵⁹, revelando que o recurso exclusivo à memória transmitida de geração em geração como suporte para a história de um povo tendo como forma de comprovação apenas o recurso a outras memórias mesmo que coincidentes, não tem sido fácil de gerir, nem tem trazido muita clareza sobre a história desses povos sem escrita, sobretudo no que diz respeito a períodos anteriores à sua história contemporânea.

Do ponto de vista arquivístico, na sociedade ocidental verifica-se a hegemonia dos conteúdos dos documentos escritos sobre os conteúdos dos documentos não escritos, assim como se verifica que a quantidade relativa de documentos escritos que, sendo teoricamente inexistentes nas sociedades ditas sem escrita, não impede a relação e a função social do “documento oral”.

Jack Goody defende que a maior ou menor resistência ao invasor pode ser vista como uma menor ou maior capacidade de resistir pela escrita⁶⁰.

As dificuldades têm sido colocadas ao nível da capacidade probatória da documentação recolhida, entre outros, por historiadores, antropólogos, etnólogos, fundamentalmente, porque o entendimento da semântica de tal documentação implica um profundo conhecimento das culturas em estudo e a maior ou menor capacidade de interpretação do quotidiano dessas culturas tal

⁵⁷ Jan Vansina afirma que a prática sistemática da recitação contribui para o processo de memorização. Cf. Jan Vansina, *Oral tradition. A Study in Historical Methodology*, London, Aldine Transaction Publishers, 2006, p. 40.

⁵⁸ Cf. Joseph Ki-Zerbo, *op. cit.* p. 20.

⁵⁹ Cf. Constanze Weise, “Kingship and the mediators of the past: oral tradition and ritual performance in Nupeland, Nigeria”, *Sources and methods in African Story: a spoken, written, unearthed*, Austin, University of Rochester Press, 2003, p. 270.

⁶⁰ Cf. Jack Goody, *A lógica da escrita e a organização da sociedade*, p. 106.

como, de certa forma, é referido por José da Silva Horta quando analisa as condições da produção documental para os séculos XV a XVII⁶¹.

Um dos exemplos de dificuldade para os investigadores ocidentais é o facto de nas sociedades africanas se encontrarem formas diferentes de pensar o universo em geral, o que dificulta o entendimento de conceitos aparentemente inabaláveis para a nossa sociedade. O conceito de verdade, por exemplo, que para o ocidente é apenas um, pode, para determinadas sociedades, ser múltiplo, o que complica o estudo usando os utensílios conceptuais ocidentais. Outro exemplo é o de que, ao contrário das sociedades europeias/ocidentais, que sempre se fundamentaram na terratenência, as sociedades africanas se basearam no poder sobre os indivíduos, dando lugar a formas de dependência como factor de riqueza e prosperidade; uma família numerosa, um grupo numeroso dependente de um chefe, são factores de riqueza; tal dimensão pode dar, por exemplo, origem a um tipo de escravatura totalmente distinto do da dimensão ocidental uma vez que, à luz dessa lógica, é legítimo que alguém se possa oferecer, ou a um filho, como escravo para pagar uma dívida ou cumprir um ordálio e que pode, não só distorcer a recolha da informação mas também dar origem a documentos ininteligíveis. Portanto, as instituições de sociedades diferentes das ocidentais dão origem a documentação distinta uma vez que os conteúdos documentais têm significados distintos. Aparentemente não se torna imprescindível ser-se africano para fazer história de África mas parece ser favorável um conjunto de cuidados na recolha e na edificação dos conjuntos documentais para a investigação no sentido de a informação sobre África seja inteligível para quem pretenda estudá-la e às suas sociedades. A matriz ocidental instituída implica um conhecimento não só das culturas em estudo como, dentro delas, saber interpretar para avaliar o que é mais importante que fique registado dado que a avaliação documental é feita no momento da entrevista e pode condicioná-la.

Saliou Mbaye, responsável pelos Arquivos Nacionais do Senegal e muitos outros responsáveis pela preservação do património da tradição oral em

⁶¹ Cf. José da Silva Horta, *A Guiné do Cabo Verde produção textual e representações (1578-1684)* pp. 397 e ss.; Idem, "A Representação do Africano na Literatura de Viagens, do Senegal à Serra Leoa (1453-1508)", *op. cit.* pp. 209-339.

África, como Jérôme Kwenzi-Mikala do *Centre International des Civilisations Bantu*, no Gabão, Pierre Amoughe-Mba da *Association des Documentalistes du Gabon*, Gabão, Michel Voltz do *Laboratoire Universitaire de la Tradition Orale*, Gabão, Jean-De-Dieu Ouango, da *Direction des Archives Nationales*, República Centro-Africana, consideram a importância desse tipo de registos como fazendo parte integrante da organização dos arquivos naquele continente na apresentação dos seus relatórios sobre “la situation actuelle de l’exploitation des sources des traditions orales”⁶². Há, pois, a profunda consciência da urgente necessidade de registo e fixação dos saberes locais e a organização do arquivo daí resultante.

Desde o século primeiro da nossa era que se escreve sobre África: Masudi (século X), um viajante por todo o mundo natural de Bagdad foi um deles, Ibn Hawkal, também de Bagdad (século X), Al-Bakri, natural de Córdova (século XI), Ibn Batuta (século XIV), nascido em Tânger e muitos outros⁶³, a que se seguem viajantes e navegadores portugueses e muitos europeus nos séculos seguintes. Encontra-se também, nos vestígios que a arqueologia estuda, enorme ajuda para os períodos completamente indocumentados, que os há, tal como nas sociedades da escrita. O mesmo sucedeu no continente americano, na Austrália, norte da Europa e norte do continente asiático. O recurso à memória, nestes casos, dá, actualmente, origem a documentação com alcance limitado no tempo – o que a memória alcança. A lacuna da história dos povos destas regiões antes de serem “encontrados” e antes de poderem testemunhar, está por preencher exactamente porque não há fontes para além dos vestígio arqueológicos, e, embora longe do nosso alcance, não podemos negar que todos têm história e todos aplicam alguma tecnologia e conhecimentos ancestrais no seu dia a dia.

As metodologias de abordagem foram variando ao longo das décadas do estudo de África, sobretudo desde a década de 70 do século passado, quando os ainda herdeiros dos *Annales* partiram para África com novas ideias de abordagem. A ideia que transparece da quantidade de estudos sobre África

⁶² Cf. *Actes du séminaire régional sur le traitement archivistique des traditions orales, Libreville (Gabon), 11/12 Septembre 1989*, pp. 9, 24, 28 e 58.

⁶³ Cf. Joseph Ki-Zerbo, *op. cit.*, pp.15-16.

é que a abordagem aos seus arquivos revela uma grande falta de prática no que respeita ao registo da oralidade como fonte de informação em geral. Para além disso, os estudiosos do ocidente têm uma formação que não lhes permite saber lidar com verdades “mutáveis” em dimensões diferentes do seu universo. Parece não bastar viver no seio dessas sociedades durante largos períodos para lhes entender os documentos. O grande número de historiadores e estudiosos nascidos em África, ao utilizarem a metodologia ocidental para o estudo das suas sociedades, pode ajudar na interpretação de aspectos menos fáceis de interpretar para os não africanos, tal como nos transmite Henri Moniot ao afirmar que quanto mais íntima for a ligação dos investigadores com as culturas em estudo, maior a probabilidade da sua correcta interpretação⁶⁴.

Mas foram, sem dúvida, os estudos dos inúmeros investigadores sobre África que a partir dos anos 60 fizeram despertar na comunidade científica, sobretudo na dos historiadores e antropólogos, a ideia do registo de testemunhos como fonte a par das fontes escritas. Henri Moniot inicia a sua abordagem “A história dos povos sem história” com a seguinte frase: “Havia a Europa e era toda a história”⁶⁵ e explica como tal perspectiva teve, obrigatoriamente de mudar. A necessidade de novas abordagens e a consideração de novas metodologias e formas de tratamento de fontes para a investigação em África, deu origem a novos métodos de recolha de informação que incluía viver junto das populações no sentido do melhor conhecimento para a interpretação das diferentes sociedades africanas. Tal implicou anos de investigação no terreno, recolhendo, interpretando tradições e testemunhos, a par da utilização de diversas tecnologias de recolha dessas informações (transcrições, gravações e captação de imagem) que, terão estado na origem dos posteriores trabalhos de recolha de testemunhos no sentido de também suprir lacunas documentais das sociedades ocidentais e que utilizam a escrita como estrutura organizadora.

⁶⁴ Cf. Henri Moniot “A história dos povos sem história”, in *Fazer História*, 2ª ed. Venda Nova, Bertrand Editora, vol. I 1987, p. 140.

⁶⁵ Cf. Henri Moniot, *op. cit.*, p.129.

1.3. As sociedades do Novo Mundo

É, pois, legítimo pensar-se que a grande quantidade de estudos e trabalhos sobre África tenha influenciado a consciência da necessidade de preservar as informações sobre culturas encontradas nos diferentes espaços ocupados pela matriz cultural ocidental como forma de, no esforço de preservação do maior número de fontes que não exclusivamente as dos ocupantes, se poder contribuir para história de povos que resultaram de espaços de ocupação onde os ocupantes permaneceram. Também é legítimo admitir que os países resultantes dos processos de independência deram origem a diferenças tais, que os tornaram impossíveis de comparar com África embora as soluções quanto aos seus documentos o possam ser.

Enquanto que de África, continente quase totalmente colonizado, os colonizadores e suas administrações retiraram na totalidade deixando o continente entregue aos africanos, no continente americano os autóctones foram igualmente considerados embora os órgãos de poder permanecessem nas mãos de novas gerações originalmente detentoras da mesma cultura dos que começaram por ocupar África. Neste caso não retiraram, proclamando as respectivas independências e degladiando-se nos novos espaços sem projectos de abandono das suas “novas pátrias”.

Também não parece haver dúvida de que todos esses processos e políticas deram origem a novos países com uma miscelânea de raízes e tradições resultando numa fusão cultural onde, mais uma vez, se encontra o universo informativo nas sociedades resultantes dos processos de colonização e independência. Estes produziram uma mistura de culturas participando no todo cultural com diferentes “pesos culturais” e respectivos contributos, com as suas fontes para a história dos seus novos países. Há que não esquecer que nesta miscelânea de contributos culturais se encontram as culturas dos afro-descendentes, provenientes de um grupo cultural que não pertence nem ao dos colonizadores nem ao dos colonizados, mas das comunidades de escravos africanos que compulsivamente foram povoando as regiões do Novo Mundo.

Não há, portanto, dúvida, de que as diferenças nos processos de ocupação e políticas de colonização dos diferentes espaços nos diferentes continentes e posteriores processos de independência e forma como esses

processos influenciaram o que veio a seguir, terão também influenciado as formas de considerar as fontes para as suas histórias e realidades sociais. Essas sociedades sabem que contribuíram com a sua oralidade para a história dos seus países ou outro qualquer estudo das suas realidades sociais, tanto ou mais que os documentos escritos provenientes da cultura ocidental. A prevalente continuidade do modelo ocidental instituído, passou a contar com os documentos orais, provenientes das culturas autóctones ou provenientes das sociedades herdeiras dos escravos que povoaram compulsivamente esses novos mundos de forma considerável. No Canadá, por exemplo, a *Société Canadienne d'Histoire Orale* revela preocupações quanto aos arquivos orais manifestando-as nalguns números de publicações que edita, como, por exemplo, *The Oral History Forum*⁶⁶. Também terá sido a consciência da necessidade de acesso a factos endógenos, não transmissíveis de outra forma que não a do testemunho e aproveitando as vantagens das novas tecnologias, que terá alertado para a importância da constituição de arquivos orais. Um dos exemplos são os documentos sobre anos de crises nos Estados Unidos da América, ou os testemunhos da participação em confrontos bélicos como a guerra do Vietname ou Segunda Guerra Mundial sobre os quais, quem combateu, fornece os dados preciosos para a reconstituição desses períodos. Os Estados Unidos foi um dos países em que a investigação esteve sempre fortemente ligada à criação deste tipo de organização de fontes, pois foi dos vários centros de história oral das universidades norte-americanas e respectivas actividades académicas, que surgiu a organização arquivística dessas fontes.

1.4. A Finlândia, um caso à parte no Velho Mundo

Para além de Saliou Mbaye, o já referido director de um dos mais importantes arquivos em África, outros arquivistas e responsáveis por arquivos africanos e investigadores em África⁶⁷ invocam o exemplo da Finlândia como país parceiro na forma da sua vivência da tradição oral. Dizem os africanos que, como eles, também há europeus, e referem o exemplo da Finlândia, que

⁶⁶ <http://oral-history.ncf.ca/forum.html>, acedido em 2007-04-22.

⁶⁷ Cf. *Actes du séminaire régional sur le traitement archivistique des traditions orales, Libreville (Gabon), 11/12 Septembre 1989*, p. 29 e Paul Thompson, *op. cit.* pp. 58-63, 101.

têm a sua história baseada na tradição oral. O que se observa de comum e comprovável através da história escrita, é que a Finlândia foi colónia desde muito cedo e em período muito semelhante ao da colonização africana; foi colónia da Suécia entre 1500 e 1809 e posteriormente da Rússia, entre 1809 e 1917. Antes da instalação da igreja católica no século XII, não se conhecem documentos escritos. Durante o jugo dos colonizadores, a língua finlandesa, constituída por cerca de doze dialectos, foi proibida assim como qualquer manifestação de identidade própria como o do direito à sua história. Supõe-se que há cerca de 2000 a 3000 anos terá ocorrido uma transformação cultural no seio dos povos que viviam no golfo da Finlândia, que terá dado origem a uma forma especial de cantar com características específicas no verso, rima e ritmo⁶⁸. Os poemas mais antigos, falam do tempo da criação e da nunca posta em causa magia presente em todos os mitos e religiões. Cantou-se na Finlândia até ao século XIV, até que a igreja luterana proibiu, classificando de pagãs todas as manifestações dessa ancestral tradição.

Foi a Elias Lönnrot, nascido no sul da Finlândia em 1802, estudioso da mitologia finlandesa, que surgiu a ideia de partir para as províncias da Carélia e Savo no sentido de recolher esses cantares antigos. Em finais de 1828 tinha recolhido 6000 versos maioritariamente poemas épicos e sobre magia. O espírito nacionalista de alguns intelectuais que o rodeavam influenciou a sua paixão pela poesia popular antiga e levou-o a prosseguir os seus objectivos de recolha e promoção da língua finlandesa. Em 1831 foi criada a Associação de Literatura Finlandesa e Lönnrot foi seu activo colaborador e secretário. Os poemas recolhidos começaram a ser publicados em pequenos livros entre 1829 e 1931 mas Lönnrot queria publicar uma grande epopeia e assim nasceu o “Primeiro *Kalevala*” composto por 5000 versos. A vontade de dar forma a um épico nacional surgiu após a sua quinta viagem de recolha em que conheceu na província de Viena um dos melhores cantores que já tinha encontrado, Arhippa Perttunen. Assim, em 1835, foi publicado o *Kalevala*, poema épico finlandês que segundo os entendidos é o mais fiel aos cantares originais. Lönnrot, uns anos mais tarde, resolveu reeditar o *Kalevala* e introduziu-lhe

⁶⁸ Sítio da Embaixada da Finlândia www.finlandia.org.pt/doc/pt/infofin/kalevala.html, acedido em 07-05-13.

alterações que não agradaram a alguns críticos; no entanto, a justificação dada por Lönrot era a de que tinha exactamente os mesmos direitos de dar o seu cunho à poesia escrita tal como na oralidade o davam na sua interpretação os cantores⁶⁹.

Não é difícil perceber a função da tradição contida no *Kalevala* quando fala do início do mundo naquele lugar, - de heróis e carrascos, de bem e de mal, amor e traição, em cenários de grandes dificuldades que refletem uma região inóspita e de difíceis condições de habitabilidade, onde a magia acaba por ser o último recurso dos bons e único recurso dos menos bons – que é a de manter a unidade daquelas culturas, através da manutenção da língua, da força e resistência ao jugo, na união da identidade.

O *Kalevala* foi publicado em 51 línguas e influenciou a obra de muitos criadores. Faz parte do quotidiano dos finlandeses convivendo com a história documental sem que haja conflito. Nos nossos dias, o *Kalevala* e seu enredo encontram-se em nomes de ruas, empresas e produtos finlandeses e até nomes próprios reflectem a tradição renascida, compilada e recuperada por Lönrot. Não é o mistério nem a magia que impedem a história pois fazem parte dela.

Tudo leva a crer que a recolha que Lönrot, em anos de pesquisa pelas culturas finlandesas, pode ter contribuído para alicerçar o orgulho e resistência dessas culturas. O *Kalevala*, apesar da eventual existência de outras tradições na Finlândia, é o que podemos chamar de um arquivo de tradições que funcionou como alicerce para uma identidade cultural por ter ajudado a agregar uma cultura que fora subjugada, desrespeitada e dispersa.

1.5. A importância do “documento oral” nas sociedades da escrita – perturbações de cenários institucionais

O *Dicionário de Terminologia Arquivística* define “documento” da seguinte forma: “Unidade constituída pela *informação* e respectivo *suporte*”, e “informação”, como sendo “qualquer elemento capaz de ser expresso com o auxílio de um código correntemente empregado como sinónimo de dado”. Por seu turno, define “suporte” como “Material adequado ao registo de informações, Ex.: a pedra, o papiro, o metal, o papel, o pergaminho, o tecido, a madeira, o

⁶⁹ Cf. Juan B. Bergua, trad., *La gran epopeya nacional finlandesa, por primera vez vertida al castellano*, Madrid, Clásicos Bergua, c) 1967, pp. 5-17.

filme, a fita magnética, o disco⁷⁰. Estes conceitos tendem para a desactualização, dado que, por exemplo, no que se refere ao suporte, nos nossos dias ele é composto por muitos outros materiais para além dos descritos como, por exemplo, os suportes electrónicos e digitais no mundo das mais recentes tecnologias.

A nomenclatura de arquivo foi criada como utensílio para especialistas e nas sociedades ocidentais, onde o documento escrito prevaleceu desde cedo⁷¹, a lógica do tratamento dos documentos obedeceu às diferentes formas de poder. Na diplomática, por exemplo, verificamos ritualizações (normalização) dos procedimentos na criação dos documentos e da sua validação, obedecendo a uma hierarquia de classificação arquivística quando, por exemplo, eram seguidas fórmulas específicas para cartas régias nas suas variantes, bulas papais, documentos notariais, aposição de selos. Sendo o documento escrito um utensílio de poder nas sociedades que há séculos nele se apoiam, não faria sentido dar voz a quem não sabia ler nem escrever. Um dos contributos das abordagens da micro-história que utiliza as fontes escritas de forma específica sobretudo para o estudo “de dados à margem”, como a documentação produzida pela justiça eclesiástica ou o Tribunal da Inquisição, por exemplo, foi o de Carlo Ginzburg, historiador italiano que usa como fonte essa informação filtrada, à margem de conteúdos oficiais⁷².

Nos nossos dias, nas sociedades da escrita que sempre detiveram o poder colonial e também sobre a cultura⁷³, a falta de importância atribuída aos arquivos orais começa a ser argumento suficiente para o estudo de como preencher lacunas sem documentos. Sendo aceite que não há informação sobre determinados períodos como, por exemplo, situações de conflito aberto ou clandestinidade (guerras, torturas, sequestros, escravatura, etc.), porque não há documento algum, é, como tal, aceite como necessária a constituição

⁷⁰ Cf. AAVV, *Dicionário de Terminologia Arquivística*, Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993, pp. 5, 36, 93.

⁷¹ As sociedades orientais com escrita encaram-na de modo diferente uma vez que, sendo ideográfica, não é fonetizada como nas sociedades ocidentais. Cf. Roland Barthes, Eric Marty, “Oral/Escreto”, in *Enciclopédia Einaudi*, vol.11, IN-CM, pp. 32-57.

⁷² Eurozine <http://www.eurozine.com/articles/2003-07-11-ginzburg-en.html>, acedido em 24-02-2008.

⁷³ As sociedades dos colonizadores de que se falou no ponto 1.1 cuja influência do seu poder sobre a cultura resultou, por exemplo, na ignorância sobre o outro como fonte de cultura.

de arquivos orais para colmatar lacunas quase totais⁷⁴. A ideia mais arrojada é criar o “documento oral”, “apesar” do documento escrito, isto é, poder verificar e cruzar informação oral, contemporânea do documento escrito já existente. Quantos conflitos e perturbações são abafados nas instituições? Quantas contradições entre o oral e o escrito nas sociedades actuais? A oralidade aparenta ser tão díspar da escrita que parece deter conteúdos opostos. Tal transparece na actividade jornalística quando se verificam cuidados redobrados para que detentores de cargos importantes não registem informações através de entrevista que os possam prejudicar. O segredo de Estado é uma figura e a informação confidencial é outra e apesar do peso da escrita neste tipo de sociedades, a verdade é que, como já foi referido, não prescindem da oralidade. Pode concluir-se que a oralidade é importante, a ponto de ser decisiva, nas sociedades organizadas pela escrita. Temos, nestas sociedades, um tipo de ambiguidade em relação à oralidade que associa necessidade e temor⁷⁵.

A importância do arquivamento da informação não escrita a par da que foi escrita, já acontece, como se verá, em alguns países da “velha Europa”.

Em França, podemos consultar, por exemplo e entre outros, os arquivos da Associação Georges Pompidou que contêm, já constituídos e à consulta, os testemunhos de quem trabalhou com ele; os arquivos da Fundação *Mémoires de la déportation* com testemunhos consultáveis de velhos deportados, sendo levadas a cabo por parte de responsáveis, campanhas no sentido da constituição de arquivos orais; O IGDE tem ao dispor dos interessados um serviço público de arquivos orais, constituído fundamentalmente por biografias de antigos ministros das finanças e funcionários nascidos entre 1891 e 1940, no total de 3000 horas de gravações⁷⁶; o IHTP do CNRS apresenta um guia do seu arquivo oral com as

⁷⁴ Por exemplo, não parece abundante a documentação escrita ou oral sobre a actividade do contrabando no período de Salazar.

⁷⁵ É da nossa tradição referir que o “silêncio é de ouro”; tal valerá tanto para o oral como para o escrito, mas é de notar nesta ancestral máxima, a atribuição da magia a palavras proferidas e não escritas uma vez que refere a segurança do estado de “silêncio”.

⁷⁶ http://www.comite-histoire.minefi.gouv.fr/memoire_du_minefi/presentation_des_arc/presentation/methodes, acedido em 07-08-12.

respectivas cotas de acesso, descrições e conteúdos⁷⁷. Em Paris alguns dos organismos do estado e outras instituições com arquivos orais e equipas constituídas por arquivistas orais (designação assumida) são: *Service Historique la Defense: Department de l'Armée de l'Air*, *Service Historique la Defense: Département de la Marine*, *Direction des archives – Ministère des Affaires Étrangères*, *Institut pour l'Histoire de l'Aluminium* *Comité pour l'Histoire Économique et Financière de la France*, *Service historique de l'Éducation*, *Comité d'histoire du ministère de la Culture et des institutions culturelles*, *Association pour l'Histoire de Paribas*, *Institut National de la Recherche agronomique*, *Association pour l'histoire des Caisses d'Épargne*, *Service Historique la Defense: Department de l'Armée de Terre*⁷⁸.

No Reino Unido, encontramos, por exemplo, o *Casbah Project* que pretende constituir os arquivos das culturas negras e do Caribe que povoam o Reino Unido⁷⁹; *Edwardians on-line* é um projecto que contém parte do trabalho de Paul Thompson sobre os *Eduardians*⁸⁰.

Encontramos um arquivo oral no museu dos transportes⁸¹; *Moving here* é um projecto, conduzido pelo Arquivo Nacional, de um consórcio constituído por 30 arquivos que integram os registos que cobrem mais de 200 anos de imigração em Inglaterra, com 200 000 entradas no sítio da *internet*⁸². O Museu de Londres mantém *on-line* um arquivo de testemunhos da sua diversidade cultural num conjunto de documentos orais que constituem a sua colecção de história oral⁸³; a *British Library* tem igualmente uma vasta colecção de História Oral⁸⁴; *The Emperial War Museum* tem também uma colecção a que chama de *sound archive* constituído maioritariamente por discursos, reportagens e emissões da BBC durante a 2ª Guerra, assim como testemunhos de participantes⁸⁵; *UNESCO Archives Portal* é um sítio de informação para arquivistas e utilizadores e refere para o Reino Unido cerca de 40 arquivos

⁷⁷ http://www.ihtp.cnrs.fr/biblio_arch/arc_orales_ent.html, acedido em 07-08-12.

⁷⁸ Cf. Florence Descamps, *op. cit.*, pp. 749-769.

⁷⁹ <http://www.casbah.ac.uk/cats/archive/96/SROA00001.htm>, acedido em 07-08-12.

⁸⁰ <http://www.qualidata.essex.ac.uk/edwardians/about/introduction.asp>, acedido em 07-08-12.

⁸¹ http://www.ltmuseum.co.uk/learning/online_resources/oral_history/page/oh1.htm, acedido em 07-08-12.

⁸² <http://www.movinghere.org.uk/galleries/histories/default.htm>, acedido em 07-08-12.

⁸³ <http://www.museumoflondon.org.uk/archive/londonsvoices/default.asp>, acedido em 07-08-12.

⁸⁴ <http://www.bl.uk/collections/sound-archive/holdings.html>, acedido em 07-08-12.

⁸⁵ <http://collections.iwm.org.uk/server/show/nav.00g007>, acedido em 07-08-12.

cujos acervos são fundamentalmente constituídos por documentos em suporte audiovisual⁸⁶ e onde encontramos arquivos orais que contêm testemunhos sobre a Guerra Civil Espanhola que mobilizou contributos de várias nacionalidades⁸⁷. Em Itália, entre outros, encontramos o *Archivio Audiovisivo del Movimento Operaio e Democratico*⁸⁸ onde se encontram arquivados documentos em suporte audiovisual relativos ao movimento e mais doze arquivos desta natureza segundo o portal da Unesco já citado⁸⁹.

Podemos considerar significativa a tomada de consciência da importância que os arquivos com documentação oral passaram a ter nas sociedades do *Velho Mundo* e a preciosa ajuda das novas tecnologias para que tal se torne possível e mais fácil.

1.6. Alguns aspectos a ter em conta no arquivamento de testemunhos orais e tradição oral

Do ponto de vista arquivístico é tão importante o documento proveniente da recolha do testemunho de quem assistiu aos factos como os provenientes das recolhas de tradições orais em todas as suas variantes⁹⁰. A história oral como actividade académica baseia-se fundamentalmente na indagação junto das pessoas das suas experiências de vida directas. As tradições orais são recordações do passado narradas e transmitidas oralmente entre gerações e que surgem, manifestam-se e são veiculadas de forma natural dentro de uma cultura.

Há quase duas décadas William Moss e Peter Mazikana referiram-se ao protagonismo e à participação dos arquivistas na organização e elaboração de arquivos orais. A importância da intervenção dos arquivistas neste tipo de arquivos pode evitar que os documentos fiquem por tratar, e permaneçam apenas como resultado de trabalhos de investigação onde a sua proveniência e organização depende apenas do critério dos investigadores e estudiosos em cada um dos seus estudos⁹¹. Segundo os referidos autores, há duas correntes

⁸⁶http://www.unesco.org/webworld/portal_archives/pages/Archives/Academia_and_culture/Audiovisual/Europe/United_Kingdom/index.shtml, acedido em 07-08-12.

⁸⁷<http://www.historiasiglo20.org/enlaces/eng.htm>, acedido em 07-08-12.

⁸⁸<http://www.aamod.it/>, acedido em 07-08-12.

⁸⁹http://www.unesco.org/webworld/portal_archives/pages/Archives/Academia_and_culture/Audiovisual/Europe/Italy/index.shtml, acedido em 07-08-12.

⁹⁰ Cf. Jan Vansina, *op. cit.*, p.p. 19-39.

⁹¹ Cf. William W. Moss, Peter C. Mazikana, *op. cit.*, pp. 1-10.

de opiniões entre os arquivistas sobre tal protagonismo: os que consideram que, se o arquivista participar na criação de documentação que ficará à sua guarda, pode pôr em causa a imparcialidade e neutralidade exigidas ao desempenho das suas funções, não sendo favoráveis, e os que consideram serem os arquivistas os únicos elementos especialmente posicionados, dado terem acesso privilegiado a todo o tipo de fontes para a constituição correcta de arquivos orais, sendo, portanto, a favor dessa participação⁹². Recentemente, e nomeadamente em França, encontram-se constituídas equipas de arquivistas orais nos arquivos de organizações que, desde os finais dos anos oitenta e anos noventa do século XX, organizam os seus arquivos orais⁹³.

Importa relacionar documentos orais com outro tipo de documentação e saber como devem ser enquadrados no contexto global das categorias documentais existentes. Moss e Mazikana⁹⁴, profundamente inspirados por Jan Vansina, sugeriram uma sistematização onde encontramos os documentos **operacionais**, que são o recurso documental que serve o funcionamento imediato da organização e não para beneficiar investigadores; os documentos **selectivos**, que servem para registar o que sucede de forma específica na organização - as gravações de entrevistas enquadram-se neste tipo; as **recordações**, que são o que a memória seleccionou do testemunho de um facto e poderão ser diferentes com o decorrer do tempo; há que não confundir o documento produzido com os factos e estes documentos têm menor valor probatório que os operacionais ou selectivos. As **reflexões** podem considerar-se recordações de factos recentes sobre os quais se fizeram juízos e deve ter-se o mesmo cuidado que com as recordações, pois estas não são testemunhos. As **análises e reconstruções** são fruto de um trabalho de análise da qualidade das provas e requerem uma descrição rigorosa das mesmas. Este trabalho implica a elaboração de hipóteses de como ocorreram ou parece terem ocorrido os acontecimentos, o que pode dar lugar a análises correctas ou incorrectas, convincentes ou ineficazes, honestas ou parciais, dependendo do tipo de interferência do analista. O lugar da **história oral** na

⁹² Idem, *Ibidem*, p. 21.

⁹³ Cf. Florence Descamps *op. cit.*, pp. 299-310.

⁹⁴ Cf. William W. Moss, Peter C. Mazikana, *op. cit.*, p. 4-10.

sistematização descrita, deve basear-se numa análise sólida e num perfeito conhecimento e entendimento de outras fontes disponíveis fundamentais. É necessário partir do estudo de documentos operacionais e selectivos e da análise de histórias existentes no sentido da preparação de estudos que originem recordações úteis e esclarecedoras dos entrevistados, para que possam registar-se e conservar-se em arquivos.

A **tradição oral** pertence à categoria dos documentos selectivos com transformações posteriores de memórias pessoais. São fontes valiosas de documentação histórica e, sendo de valor probatório inferior ao documentos operacionais ou selectivos contemporâneos, são documentos por serem a própria história no sentido de constituírem uma interpretação da mesma⁹⁵. Escrever história a partir delas é o mesmo que escrever a nossa história a partir dos relatos secundários de historiadores que após procura nos vestígios do passado as tenham considerado relevantes⁹⁶. As tradições orais não são estáticas nem se transmitem textualmente de uma geração a outra, sendo muito difícil saber qual a sua forma original, embora se conheçam as suas formas de mudança. Devem ser consideradas semelhantes a outras fontes de documentação só pelo facto de existirem⁹⁷. Há que dominar as metodologias da tradição oral para uma análise correcta e crítica para que as tradições possam constituir arquivos de fontes. Assim como o arquivista de documentos medievais deve ter um profundo conhecimento de paleografia, diplomática, selos, o arquivista da história e tradições orais deve conhecer os mecanismos disponíveis para comprovar a validade, autenticidade fiabilidade e abrangência da investigação que podem fornecer; só depois, os procedimentos arquivísticos de avaliação e descrição serão possíveis⁹⁸. O carácter orgânico das tradições orais pode ser explicado, por exemplo, por técnicas transmitidas em cadeia e que têm de ser respeitadas para que se mantenham vivos os procedimentos transmitidos, por exemplo, de tratamento artesanal de produtos nas suas inúmeras variantes. Tal revela uma orgânica de procedimentos técnicos

⁹⁵ Cf. Jan Vansina, *op. cit.*, pp. 1, 19.

⁹⁶ Thomas Spear, "Oral Traditions: Whose History?" in *History in Africa*, vol. 8, 1981, *apud* William W. Moss, Peter C. Mazikana, *op. cit.*, p. 9.

⁹⁷ Por exemplo, é impossível não associar a lenda do milagre das rosas à história de Portugal, à Rainha Isabel e D. Dinis, não sendo necessário comprovar o sucedido.

⁹⁸ William W. Moss, Peter C. Mazikana, *op. cit.*, p. 10.

também ela transmitida e serve para, do ponto de vista arquivístico, satisfazer o requisito de uma orgânica de procedimentos reflectida nos documentos, neste caso, provenientes da oralidade contida nas tradições. Os trabalhos publicados sobre tradições orais revelam essa orgânica habitualmente referida como inexistente.

A documentação oral pode e deve ser parte integrante do arquivo de uma organização, seja ela pública ou privada, local, regional ou central. No caso de fusão entre organizações, a incorporação de arquivos orais deve obedecer às mesmas regras dos arquivos tradicionais e respeitar a sua orgânica, proveniência e ordem original. Os investigadores devem sentir-se seguros para depositar os documentos resultantes das suas investigações em arquivos, por exemplo, nas universidades onde os seus estudos são publicados ou qualquer outro arquivo das organizações que publicam os seus trabalhos como os arquivos municipais.

Florence Descamps, por sua vez, apresenta o que chama de “engenharia dos arquivos orais” sistematizando este aspecto no seu estudo e coloca, em primeiro lugar, as condições para o lançamento de uma campanha para a constituição de arquivos orais nas instituições, a que chama “processo de maturação”, seguindo-se a colocação em prática de um sistema de arquivos orais e a preparação intelectual da campanha, a preparação e condução de entrevistas e respectivas condições materiais e ambientais, até à constituição do fundo de arquivos orais⁹⁹.

É nos países desenvolvidos e em desenvolvimento que parece encontrar-se uma especial urgência na criação e organização dos seus arquivos orais e, até à constituição de organizações especializadas no tratamento deste tipo de documentação, são os arquivistas que se encontram tecnicamente mais bem preparados para o tratamento, senão mesmo, para a criação e tratamento das fontes orais para posterior consulta¹⁰⁰.

⁹⁹ Cf. Florence Descamps, *op. cit.*, pp. 251-428.

¹⁰⁰ Cf. William W. Moss, Peter C. Mazikana, *op. cit.*, p. 24.

Para averiguar o grau de envolvimento de algumas organizações que tutelam arquivos em todo mundo para com arquivamento de documentos orais, William Moss e Peter Mazikana inquiriram-nas em 1984 sobre a prática desenvolvida no arquivamento de fontes orais nos respectivos países, há quanto tempo, e se tinha sido feita a distinção no arquivamento de documentos de história oral e de tradição oral¹⁰¹. Nos resultados de que falaremos em seguida e publicados próximo da data da publicação do estudo, foi revelado que, em cinquenta e um países, eram diferentes as atitudes perante a importância do arquivamento de documentos orais. Segundo os resultados do inquérito, em 1984, na Europa, ainda havia poucos arquivos orais. Tinham-nos a Áustria, a Bélgica, a Checoslováquia, Chipre, Dinamarca, Espanha, Grécia, Itália, Noruega, República Federal da Alemanha (com a exceção de um organismo, o *Landesarchiv* de Berlim, com quatro anos de tratamento documental). O *Folklore Archives of the Society of Finish Folklore* da Finlândia, considerou ter arquivos orais há cento e quarenta e nove anos à data do estudo. Em África não tinham arquivos orais o Benim e a Suazilândia. O Zimbabué foi o país onde se registou o arquivamento de documentos orais há mais tempo - dezasseis anos à data do estudo. No Novo Mundo, nos Estados Unidos da América, há trinta e seis anos que se procedia ao arquivamento de documentos de história oral (*Columbia University Oral History Research Office* e *Indiana University Archives of Traditional Music*). No Canadá, todas as organizações que responderam (cinco), arquivavam documentação há, pelo menos dezanove anos. Na Austrália arquivava-se há vinte e três anos à data do estudo e há quarenta na Nova Zelândia.

¹⁰¹ Cf. William W. Moss, Peter C. Mazikana, *op. cit.*, pp. 64-68. Foram inquiridas organizações arquivísticas classificadas pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA), dos seguintes países: Arábia Saudita, Austrália, Áustria, Bahamas, Barbados, Bélgica, Benim, Bermudas, Botswana, Brasil, Canadá, Chile, Costa Rica, Checoslováquia, Chipre, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos da América, Finlândia, França, Grécia, Índia, Indonésia, Irlanda, Ilhas Faroe, Ilhas Salomão, Israel, Itália, Japão, Jugoslávia, Madagáscar, Malásia, Nepal, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Papua Nova Guiné, Perú, Polónia, Qatar, Reino Unido, República Federal da Alemanha, Senegal, Seicheles, Singapura, Sri Lanka, Sudão, Suécia, Suazilândia e Zimbabué.

Os autores verificaram que o número de instituições que se dedicaram à história oral era o dobro das que se dedicaram à tradição oral o que os levou a considerar que não foi feita distinção entre ambas as categorias. Todos os inquiridos no estudo, partilharam da opinião de que a história oral e a tradição oral são preocupações legítimas do arquivista.

2. A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA ORAL EM PORTUGAL ATRAVÉS DO SEU ARQUIVAMENTO

Nas décadas em que se assistiu à tomada de consciência da necessidade da criação de arquivos orais no mundo coincidiram com anos de ostracismo cultural em Portugal. Entre os anos trinta do século XX e Abril de 1974, Portugal mantinha-se numa realidade diferente da do resto da Europa. Um dos preços a pagar por tal e no que diz respeito à política de arquivos, terá sido o de, nos trinta anos que passaram até agora, ainda não se terem encontrado condições para pensar de forma profunda nos arquivos em Portugal, agravado pelo facto, culturalmente enraizado, de considerar adiáveis os problemas dos arquivos em comparação com outras premissas e urgências a tratar pela democracia recente.

O período entre os anos trinta do século XX e Abril de 1974, à luz da argumentação das razões deste trabalho, é um dos mais ricos em documentação oral não registada. Se pensarmos em todas as clandestinidades a que o regime deu origem, à censura institucionalizada e aos comportamentos impostos, não será difícil concluir que as fontes autorizadas estão longe de esgotar o estudo da época, seja qual for a perspectiva. O que saberemos, por exemplo, sobre o fenómeno do contrabando se não registarmos com urgência memória de quem contrabandeou e ainda está vivo? Como documentar torturas em prisões políticas? Como documentar a guerra colonial sem cruzar documentos de testemunhos de guerra com os documentos autorizados a existir, isto é, arquivados? E como dar a possibilidade de que todos os investigadores tenham acesso a essas fontes?

Voltando à imagem do “universo informativo”, as quantidades relativas de informação real dos diferentes momentos, claramente variam entre a muita documentação escrita com pouco conteúdo informativo e quase total ausência de documentação oral com muito conteúdo informativo.

Têm vindo a ser questionadas as políticas arquivísticas desde 1974 sobretudo pelas comunidades de investigadores que, chegados aos anos 80 e 90, não encontram grandes diferenças entre os arquivos de antes e do pós-25

de Abril¹⁰². A arquivística também já tem história¹⁰³ e a mudança para novos paradigmas arquivísticos tem surgido a cada momento¹⁰⁴; sobretudo no que diz respeito aos arquivos históricos, o nosso país parece pouco disponível para alterar a forma de pensar os arquivos; o cumprimento de mandatos relativamente curtos, uma das características da democracia, tem, por vezes, e no que diz respeito a determinadas realidades, um efeito que contraria uma evolução eficaz. Ideias díspares sobre a realidade dos arquivos podem intervir em processos em curso ou alterar-lhes a filosofia; um dos exemplos passados foi o caso do IPA¹⁰⁵.

Apesar da utilização de novas tecnologias, não se conhecem fundos orais na Torre do Tombo, assim como não foi tornada pública a ideia da sua importância por parte de quem é responsável pelos arquivos públicos, embora quem, por exemplo, estuda os processos da Inquisição, refira estarem repletos de transcrições de testemunhos. Terão, muito provavelmente, de ser as universidades, à semelhança do que começou por acontecer nos Estados Unidos, a dar impulso à ideia da necessidade de criar arquivos orais¹⁰⁶. No entanto, encontra-se em Portugal alguma evidência dispersa de quem já contribuiu ou, pelo menos, mostrou a necessidade de contribuir para que alguns conteúdos da oralidade não se percam. Para além de contributos mais recentes, foram na década de 70, Giacometti e Lopes Graça os nomes mais conhecidos sobretudo no campo da recolha e preservação das tradições musicais. João David Pinto-Correia¹⁰⁷ no *IV Congresso Internacional da Associação Portuguesa de Literatura Comparada* realizado em Maio de 2001 na Universidade de Évora, referiu-se aos trabalhos de recolha no sentido da utilização e preservação das tradições orais que foram sendo feitos em Portugal ao longo das últimas décadas assim como à utilização para esse

¹⁰² Cf. *História*, ano XVII, (Nova Série) nº 7, Abril, 1995, número especial dedicado à problemática dos arquivos.

¹⁰³ Cf. José Ramon Cruz Mundet, *op. cit.*, pp. 7-55.

¹⁰⁴ Cf. Fernanda Ribeiro, "Da arquivística técnica à arquivística científica: a mudança de paradigma", *Ciências e técnicas do património*, Porto, 1ª Série, vol. 1, 2002, pp. 97-110.

¹⁰⁵ Cf. Dulce Freire, "A extinção do IPA foi um «erro trágico»". *História*, ano XVII, (Nova Série) nº 7, pp. 12-15.

¹⁰⁶ São a Universidade de Chicago e a Escola de Chicago consideradas as pioneiras na organização de arquivos orais. Cf. Florence Descamps, *op. cit.*, pp. 27-41.

¹⁰⁷ Coordenador científico do Centro de Tradições Populares Portuguesas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

efeito dos benefícios advindos da utilização das novas tecnologias¹⁰⁸. Em Portugal, tal como noutros países já muito se escreveu, transcreveu e publicou da nossa oralidade, assinalando nomes para além de José Leite e Vasconcelos e seus colaboradores, como os do Abade de Baçal, Michel Giacometti, Fernando Lopes Graça, Manuel Viegas Guerreiro, António Guerreiro, entre outros, assim como refere, que a história da literatura oral conta com muitos outros nomes que contribuíram para a preservação desse legado. A verdade é que, na maioria dos casos, não se sabe o paradeiro do resultado de muitos destes esforços para que outros o possam consultar. Alguns colaboradores de Giacometti nos anos setenta afirmam hoje não saber onde se encontra o espólio por ele recolhido e que também ajudaram a recolher. Um dos exemplos é o caso de um conjunto de cadernos de que Giacometti se fazia acompanhar e onde anotava quotidianamente todos os pormenores do que ia recolhendo segundo testemunho de um ex-colaborador de Giacometti.

Na Casa Verdades de Faria, no Estoril, encontra-se uma colecção de instrumentos musicais de Giacometti e Fernando Lopes Graça assim como documentação de ambos que inclui documentos provenientes das suas recolhas de tradição oral¹⁰⁹.

A questão que sobretudo se coloca neste trabalho é a da localização em arquivo do produto desses e de outros trabalhos de levantamento e pesquisa, e tentar averiguar que tipo de tratamento documental foi efectuado para que toda a comunidade científica lhe possa aceder.

2.1. A experiência de outros países

Numa rápida abordagem e começando pelo que estudos sobre os arquivos das ex-colónias portuguesas referem, pode afirmar-se que são a imagem dos arquivos que os portugueses deixaram. À excepção de Moçambique que também tem um núcleo de história oral com cerca de 5000

¹⁰⁸ Cf. João David Pinto-Correia, "Tradição, «cultura de massa» e novos contextos culturais: desaparecimento ou persistência da literatura oral tradicional?", *IV Congresso Internacional da Associação Portuguesa de Literatura Comparada, Universidade de Évora, Maio 2001*. http://www.eventos.uevora.pt/comparada/VolumelI/TRADICAO_CULTURA%20DE%20MASSA%20E%20NOVOS%20CONTEXTOS%20CULTURAIIS.pdf, acedido em 08-04-05.

¹⁰⁹ Museu da Música Portuguesa - Casa Verdades de Faria, <http://www.cm-cascais.pt/cascais/Print.aspx?guid=%7BDC36331D-0ABD-4ECA-AF37-2A89BC8649EA%7D>, acedido em 08-05-22.

horas de cassetes audio recolhidas pós independência¹¹⁰, a organização dos arquivos das restantes ex-colónias em África, em geral, parece ter mantido o modelo deixado pelos ex-colonizadores, dado que os seus fundos documentais têm a sua proveniência em organizações de estrutura colonial¹¹¹. Para ter uma ideia da importância atribuída por algumas comunidades e estados do Novo Mundo, à necessidade das fontes orais para o estudo das suas realidades histórica e social, tomemos como universo para um exercício de estatística muito simples, o exemplo da base de dados do Museu da Pessoa¹¹² atrás referida: para um total de cerca 80 referências a arquivos orais em suporte digital nela incluída, na América do Norte, os Estados Unidos detem 35% de arquivos orais consultáveis neste sítio relativo a vários estados de onde é originária a informação e que variam entre arquivos sobre memórias do mundo do jazz¹¹³ e arquivos das comunidades bascas de emigrantes¹¹⁴, passando pelos projectos de historia oral do Dakota do Sul e índios americanos¹¹⁵, e arquivos de testemunhos de veteranos de guerra¹¹⁶, entre muitos outros. Encontramos ainda neste sítio outros países do Novo Mundo, que participam com os seus arquivos orais com alguma representação: a Austrália com 3,8 % de *links*, a Nova Zelândia com 1,25%, a Argentina 1,25%, o Havai 1,25% e o Brasil 22%. Encontram-se também comunidades internacionais como uma comunidade de judeus iranianos vítimas do holocausto, uma comunidade iraniana com testemunhos recolhidos em persa e organizações não governamentais como o *Instituto Panos* com recolhas de testemunhos de comunidades de todos os continentes¹¹⁷.

¹¹⁰ Cf. Dulce Freire, "Arquivar a memória do colonialismo e da independência", *História*, 3ª Série, nº1, Abril, 1998, pp. 68-73.

¹¹¹ Os países africanos que têm sido alvo de conflitos recorrentes terão sempre uma grande quantidade do seu universo informativo baseado na memória dado que a estabilidade das organizações é condição para a organização arquivística. O mesmo se aplicará aos países de outros continentes em que as perturbações institucionais colocam problemas similares

¹¹² Com núcleos no Brasil, Canadá, Estados Unidos e Portugal.

http://www.museudapessoa.net/oquee/oque_linksaz.shtml, acedido em 21-2-07.

¹¹³ <http://www.nypl.org/research/sc/scl/MULTIMED/JAZZHIST/jazzhist.html>, acedido em 07-05-8.

¹¹⁴ <http://www.basquemuseum.com/oralhistory/>, acedido em 07-05-8.

¹¹⁵ www.usd.edu/iais/oralhist/, acedido em 07-05-8.

¹¹⁶ <http://www.loc.gov/vets/>, acedido em 07-05-8.

¹¹⁷ www.mountainvoices.org/, acedido em 2007-05-11.

O Brasil, onde foi criada a base de dados “Museu da Pessoa”, é outro dos países do Novo Mundo com a “consciência arquivística” da importância dos arquivos orais bastante viva, neste caso, na América Latina¹¹⁸.

De realçar que a metodologia encontrada para a constituição dos “arquivos indígenas” nas sociedades do Novo Mundo tem sido a de descentralizar procedimentos e entregar nas mãos de entidades dessas comunidades as formas de organização dos seus arquivos. Em 12 países da América Latina só o Uruguai não tem população índia; o Brasil tem 256 grupos étnicos diferentes; o Perú 80, a Colômbia 78, a Bolívia 43, num total de 556 grupos étnicos diferentes para os 12 países num total de população índia de 10 936 600, é fácil perceber, dizia, que se não forem os próprios a organizar os seus arquivos, ninguém o poderá fazer, isto, pensando apenas na variedade linguística, ou seja, se a tradução pudesse ser automática, sem contar com todo os signos e diferentes semânticas das múltiplas culturas¹¹⁹.

No Canadá, foi fundado em 1945 o *The Artic Institute of North America* que faz parte da Universidade de Calgary em Alberta. Para além de publicar em papel e electronicamente assuntos relacionados com a gestão da região a diversos níveis, a preocupação das pesquisas do instituto é a nível da preservação do conhecimento dos povos indígenas do norte, conhecimento esse, que está intimamente ligado às suas actividades económicas, como as suas relações com os rebanhos migratórios de renas e caribus, assim como produtos extraídos de baleias, belugas, ursos polares e outros. O projecto chama-se *The Artic Circumpolar Route* e tem como objectivo fundamental a integração de um corpo único de conhecimentos tradicionais reconhecendo que, sem a ajuda das populações, isso não é possível¹²⁰. Actualmente, os “arquivos aborígenes” encontram-se bastante bem organizados e são arquivos da responsabilidade de universidades¹²¹ ou do estado¹²².

¹¹⁸ <http://www.memoriasehistorias.com.br/Encontro%20com%20as%20Origens/comeco.htm>,
acedido em 07-05-11.

¹¹⁹ Cf. John Mcllwaine, Jean Whiffrin, ed., “Collecting and safeguarding the oral traditions: an international conference”, *IFLA Publications 95, Khon Kaen, Thailand, 16-19 August 1999 organized as a Satellite Meeting of the 65th IFLA General conference held in Bangkok, Thailand, 1999*, Munique, K.G. Saur, 2001, p.127.

¹²⁰ Cf. John Mcllwaine, Jean Whiffrin, ed, *op. cit.* pp.128-133.

¹²¹ Mennonite Archives of Ontario <http://grebel.uwaterloo.ca/mao/oralhistory/hist.Mss.22.htm>,
acedido em 07-05-11.

Na Austrália, há muito que o envolvimento das entidades estatais se empenha na organização de arquivos com “documentação aborígine”. Webb Collin, no seu artigo “Safeguarding the oral heritage in Australia”¹²³, refere a notícia de um primeiro registo com data de 1928 sendo conhecidos também registos de 1939 e 1940. Na altura, ainda se optava por transcrever e debatir-se qual o melhor suporte sem pôr em causa, no entanto, a necessidade do registo. O directório Australiano de História Oral fez a indexação de 500 colecções e as instituições detentoras são a *National Library of Australia*, *Australian Institute for Archive*, *Australian Broadcasting Commission*, *Australian War Memorial*, *National Museum of Australia*, *National Maritime Museum and Australian Archives*¹²⁴. Podemos ler neste artigo a referência à herança regional em colecções de iniciativa aborígine com registos dos anos 80, 90 e seguintes. Num artigo de Ellen D. Swain¹²⁵ encontramos um apelo para que arquivos e bibliotecas se unam neste projecto de arquivar/publicar fontes no sentido de que se não percam, responsabilizando arquivistas e documentalistas em geral pelo seu grau de envolvimento nas novas formas de tratamento da documentação de que são responsáveis, apelando ao seu protagonismo activo na constituição destes novos arquivos e em novas abordagens. Bibliotecas e arquivos unem-se neste trabalho conjunto de preservar e divulgar as fontes orais do seu país¹²⁶.

Quanto à simbiose que resulta do arquivo de documentos orais dos vários mundos do Novo Mundo, temos o exemplo dos Estados Unidos da América, onde podemos encontrar arquivos orais das mais variadas origens e colecções de depoimentos arquivados na sua grande maior parte da responsabilidade das universidades dos diferentes estados. Podem encontrar-

¹²² Library and Archives Canada <http://www.collectionscanada.ca/aboriginal/index-e.html>, acedido em 07-05-11.

¹²³ Cf. Carol Henry, ed., “A reader in preservation and conservation”, Munique, *IFLA Publication* 91, 2000, pp. 79-85.

¹²⁴ Idem, *Ibidem*.

¹²⁵ Cf. Ellen D. Swain “Oral History in the Archives. Its Documentary Role in the Twenty First Century”, *The American Archivist*, vol. 66, n.º 1 Spring/Summer/2003, pp. 139-158.

¹²⁶ <http://www.nla.gov.au/ohdir/about.html>, acedido em 07-09-07;

http://www.naa.gov.au/the_collection/indigenous_records.html, acedido em 07-09-07.

se arquivos de testemunhos do mundo do jazz¹²⁷, das artes¹²⁸, da história dos negros¹²⁹, memórias locais¹³⁰, memórias de conflitos,¹³¹ etc; isto, se abordarmos os arquivos por sectores de actividades ou do ponto de vista organizacional, ou seja, do ponto de vista da proveniência documental¹³².

Uma das referências mais fascinantes sobre organização de arquivos de oralidade foi a que nos deixou Martha Kaltal do *Vuanutu Cultural Centre*, na sua intervenção *The oral traditions programme of the Vuanutu Cultural Centre*¹³³, ao explicar a funcionalidade das *tabu rooms* onde se encontra à consulta material de acesso restrito. Tal como para os arquivos em papel (ou outro suporte) nas nossas sociedades, há normas estipuladas, também por tradição, sobre o acesso ao material arquivado, que sendo transmitidas por tradição oral não há quem as desrespeite. Pode acontecer, por exemplo, encontrarem-se documentos *tabu* à guarda de quem os não possa consultar. A Nova Zelândia é outro dos países que conta com testemunhos orais para a sua história¹³⁴.

¹²⁷ The Hogan Jazz Archive <http://www.tulane.edu/~lmiller/OralHistoryIntroduction.html>, acedido em 07-10-28; <http://www.nypl.org/research/sc/sci/MULTIMED/JAZZHIST/jazzhist.html>, acedido em 07-10-28.

¹²⁸ The Iowa Women Artists Oral History Project <http://www.lucidplanet.com/iwa/>, acedido em 07-10-28; música Americana <http://www.yale.edu/oham/>, acedido em 07-10-28; Smithsonian archives <http://artarchives.si.edu/collections/oralhistories/>, acedido em 07-10-28.

¹²⁹ Historias de negros <http://spec.lib.vt.edu/archives/blackhistory/oralhistory/>, acedido em 07-10-28.

¹³⁰ Universidade da Carolina do Norte sobre histórias da zona sul <http://www.sohp.org/>, acedido em 07-10-28.

¹³¹ Recolhas de histórias de nativos dos Estados Unidos das mais variadas procedências <http://oralhistory.minds.tv/>, acedido em 07-10-28; Guerra 39-45 <http://oralhistory.rutgers.edu/>, acedido em 07-10-28.

<http://www.loc.gov/vets/stories/ex-war-asianpacific.html>, acedido em 07-10-28; guerra no Pacífico <http://www.vietnam.ttu.edu/oralhistory/workshop/index.htm>, acedido em 07-10-28.

¹³² Chicago Architects Oral History Project <http://www.artic.edu/aic/libraries/caohp/>, acedido em 07-10-28; salas de aula <http://www.stg.brown.edu/projects/1968/notes/default.htm>, acedido em 07-10-28; associações de profissionais

http://www.ieee.org/web/aboutus/history_center/oral_history/oral_history.html, acedido em 07-10-28; centros especializados em História oral <http://www.lib.lsu.edu/special/williams/index.html>, acedido em 07-10-28; arquivos da NASA.

http://www.jsc.nasa.gov/history/oral_histories/oral_histories.htm#ohp, acedido em 07-10-28

http://www.maag.yzu.edu/oralhistory/oral_hist.html, acedido em 07-10-28;

<http://www.columbia.edu/cu/lweb/indiv/oral/>, acedido em 07-10-28;

<http://archives.library.wisc.edu/oral/oral.htm> acedido em 07-10-28; projectos universitários

<http://louisville.edu/library/uarc/ohc/index.html>, acedido em 07-10-28; País Basco na

Universidade de Nevada <http://www.basquemuseum.com/oralhistory/>, acedido em 07-10-28;

¹³³ Cf. John McIlwaine, Jean Whiffrin, ed, *op. cit.*, pp. 144-149.

¹³⁴ National Library of New Zealand <http://kilbirnie.natlib.govt.nz/>, acedido em 07-05-11.

É fácil perceber que todos estes países terão arquivos constituídos por documentos escritos em quantidades e datas não comparáveis às das velhas potências ocidentais e que os documentos mais antigos para a sua história, são, precisamente, os provenientes das memórias ancestrais dos povos que os ocidentais foram encontrar. Regressando à imagem do universo informativo, a percentagem de informação contida na “documentação” oral para a história destes países é, em grande medida, superior à percentagem da contribuição da documentação escrita de “velhos países” do mundo ocidental onde permanecem “os passados” dos primeiros ocupantes. A decisão da necessidade da participação das comunidades de autóctones e seus descendentes na construção dos seus arquivos resulta, muito provavelmente, dessa tomada de consciência.

Na Europa, nos países do documento escrito por excelência e que deram origem às diferentes tradições arquivísticas, são já, igualmente, muitas as horas de documentação/testemunhos gravados por instituições públicas, e é actualmente revelada uma preocupação real pela eminente perda de informação caso morram as fontes de preciosas informações ainda não recolhidas. É isso que podemos encontrar no relatório de uma reunião da Comissão dos Arquivos Oraís do Conselho Superior de Arquivos do Ministério da Cultura e Comunicação francês, em 4 de Fevereiro de 2003, que refere a preocupação dessa eventual perda através do apelo de Marie-Paule Arnaud. Arnaud transmite as preocupações e reflexões da comissão técnica sobre a recolha urgente de testemunhos: “[...] *un bref historique du projet avec les recommandations du Conseil économique et social. [...] l'étude de différentes thématiques, la commission a retenu la politique de la ville sous un angle social et politique. Cette problématique pourrait bénéficier du soutien des élus et des structures administratives de terrain de Paris et de Toulouse. [...] annonce la rédaction d'une première note d'orientation sur le sujet*”¹³⁵. A urgência na recolha de testemunhos orais para períodos que têm, certamente, documentação escrita, é, pois, uma das grandes preocupações, neste caso em França, e revelador da nova tomada de consciência sobre o que devem ser os

¹³⁵ <http://www.archivesdefrance.culture.gouv.fr/fr/organes/CAO040203.pdf>, acedido em 07-08-15.

arquivos actuais. O papel dos arquivistas nesta urgência é também considerado da maior importância¹³⁶. Os arquivos orais são já em grande número em França e as associações de arquivistas e respectivas publicações, revelam, para além das suas preocupações, obra feita¹³⁷. A *Association des Archivistes Français* edita uma publicação *Gazette des Archives* onde em vários números se aborda a temática dos arquivos orais¹³⁸. Há cerca de dezoito anos Chantal de Tournier-Bonazzi¹³⁹, em Nice¹⁴⁰, já falava da necessidade de documentar períodos não só dos quais apenas existiam os testemunhos de quem viveu os acontecimentos, sendo não apenas fontes únicas, mas também coadjuvantes de fontes escritas. Nesse mesmo colóquio, o general Lucien Robineau¹⁴¹ deu um exemplo concreto de como as fontes orais são por vezes as únicas, ao desenvolver a ideia através do exemplo do caso do Suez exemplificando como os arquivos das instituições podem ter faces obscuras e pouco elucidativas, e de como, por vezes, os testemunhos podem e devem substituir documentos escritos existentes¹⁴².

A Inglaterra, por sua vez, um país de vasto passado colonial, que deixou a sua marca em todos os países por onde passou como um império, é

¹³⁶ <http://www.archivistes.org/IMG/Art58.pdf>, acedido em 07-06-02.

¹³⁷ http://www.archivistes.org/article.php3?id_article=56#sommaire, acedido em 07-06-02; <http://www.georges-pompidou.org/english/faq/faq.htm> acedido em 07-06-02; http://www.fmd.asso.fr/web/index.php?id_cat=20&id_contenu=55&lang=lang1, acedido em 07-06-02; <http://www.livres-chapitre.com/SOVXHJ/-FRANCE.-COMITE-D'HISTOIRE-DE-LA-SECURITE-SOCIALE/-HISTOIRE-ORALE-OU-ARCHIVES-ORALES.-RAPPORT-D'ACTIVITE-SUR-LA-CONSTITUTION-D'ARCHIVES-ORALES-POUR-L'HISTOIRE-DE-LA-SECURITE-SOCIALE.html>, acedido em 07-06-02; <http://www.archivistes.org/IMG/Art91.pdf> acedido em 07-06-02; <http://www.villes-nouvelles.equipement.gouv.fr/outils-recherche/campagnesarchivesorales.pdf>, acedido em 07-06-02; <http://www.comite-histoire.minefi.gouv.fr/memoire-du-minefi/presentation-des-arc/catalogue/liste-de-temoins#A>, acedido em 07-06-02; http://www.bdic.fr/page.php3?id_page=282, acedido em 07-06-02; <http://afas.imageson.org/document1044.html>, acedido em 07-06-02; <http://www.canalacademie.com/L-Institut-d-Histoire-du-Temps.html>, acedido em 07-06-02; http://www.inrp.fr/she/frank_oral.htm, acedido em 07-06-02; http://www.ihtp.cnrs.fr/biblio_arch/arc_orales_ent.html, acedido em 07-06-02;

¹³⁸ 174-175 (1996), 193 (2002), 196 (2004), 198 (2005) são alguns dos números.

¹³⁹ *Conservateur general chargé de la Section contemporaine aux Archives Nationales de France*.

¹⁴⁰ Cf. Chantal de Tournier-Bonazzi, "Les témoignages oraux aux Archives de France: collecte, inventaire, conservation", *Actes du Colloque Les guerres du XXe Siècle a travers les Témoignages oraux, Nice, 14 e 15 Décembre 1990* http://war.megabaze.com/page_html/103b-Parley%20of%20Nice-1990, acedido em 08-01-20.

¹⁴¹ *Directeur du Service Historique de l'Armée de l'Air*.

¹⁴² Cf. Lucien Robineaux, "Les témoignages oraux comme archives de substitution: le cas de l'affaire de Suez", *Actes du Colloque Les guerres du XXe Siècle a travers les Témoignages oraux, Nice, 14 e 15 Décembre 1990*. http://war.megabaze.com/page_html/103b-Parley%20of%20Nice-1990, acedido em 08-01-20.

dos países mais conscientes quanto à necessidade de preservar testemunhos orais das instituições, preocupação que surge, sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial. Daí em diante, entendeu-se que era necessário preservar as memórias em geral.

Um dos exemplos é o do arquivo de *Ambleside*, Cumbria, com início em 1976 e que contém cerca de trezentos testemunhos de memórias desde 1880, transcritos para suportes analógico e digital e consultáveis *on-line*. As temáticas abrangentes estão classificadas em trinta e seis tópicos que vão desde “Bell ringing” a “World wars I & II”¹⁴³. Outros arquivos orais foram sendo organizados em Inglaterra com óbvio recurso a uma descentralização e trabalho de campo que, com a utilização das novas tecnologias, deram origem a conteúdos com graus de organização arquivística integradas nos repositórios a que pertencem e que implicam o respeito pelas normas de tratamento de documentação electrónica.

A organização arquivística destes arquivos, em geral, respeita a ISAD(G) com as áreas de controlo e identificação documental para os campos identidade, contexto, conteúdo e estrutura, condições de acesso e material relacionado assim como descrição, controlo e acesso, demonstrando que não há, do ponto de vista do respeito pela norma, restrições ao arquivamento deste tipo de material¹⁴⁴. Obedecem geralmente a um plano de classificação hierarquizado em que do documento composto dá acesso ao documento simples, como por exemplo, o arquivo oral “*London’s Voices*” do Museu de Londres, que é constituído por testemunhos dos londrinos de diversas proveniências culturais e está organizado por temas, onde podemos localizar

¹⁴³ <http://www.aohg.org.uk/>, acedido em 07-10-02.

¹⁴⁴ *Casbah – Caribbean Studies Black and Asian History* <http://www.casbah.ac.uk/cats/archive/96/SROA00001.htm>, acedido em 07-06-02; *The Edwardians on line* <http://www.qualidata.essex.ac.uk/edwardians/about/introduction.asp> acedido em 07-06-02; *The Essex Sound and Video Archive* <http://www.essexcc.gov.uk/vip8/ecc/ECCWebsite/dis/guc.jsp?channelOid=13813&guideOid=14812&guideContentOid=14811>, acedido em 07-06-02; *London Transport Museum* http://www.ltmuseum.co.uk/learning/online_resources/oral_history/page/oh1.htm, acedido em 07-06-02; *Moving Here – migration histories* <http://www.movinghere.org.uk/galleries/histories/default.htm>, em 07-06-02; *Museum of London – London’s voices* <http://www.museumoflondon.org.uk/archive/londonsvoices/default.asp>, acedido em 07-06-02; *The British Library – oral history collection* <http://www.bl.uk/collections/sound-archive/holdings.html>, acedido em 07-06-02; *Exmoor Oral History Archive* <http://www.somerset.gov.uk/archives/exmoor/>, acedido em 07-06-02.

as séries *Women talk* ou *Voices on line* para onde somos encaminhados encontrando os testemunhos audíveis em linha.

Sobre o País Basco, podemos encontrar um sítio denominado *The Basque museum and cultural center*¹⁴⁵, em Idaho nos Estados Unidos e que contém os testemunhos de bascos que vivem em Idaho. Tal repositório tem origem nos trabalhos de pesquisa de vários investigadores sobre o país Basco e está organizado com testemunhos de bascos de A a Z que nos conduzem às suas bibliografias resumidas e que, por sua vez, nos conduzem ao conjunto de episódios relevantes vividos por cada um dos entrevistados. Temos assim uma série de nomes e resumos bibliográficos e uma sub-série de episódios constituídos por entrevistas gravadas com som e imagem, ou fotografias.

Por todos os continentes, a história oral e a documentação oral é considerada como fonte documental credível. Do Japão à África do Sul, da Argentina ao Irão, passando pelos arquivos a que podemos chamar de supra-nacionais e que são organizados por associações que têm todo o interesse em deixar ao mundo conteúdos como, por exemplo, são os testemunhos de quem sobreviveu ao holocausto¹⁴⁶. A Unesco é uma dessas organizações e, dado que também regula a arquivística ocidental, quanto ao seu protagonismo relativamente a arquivos orais, através das *key words* “oral archives” somos “enviados”, através do seu portal de arquivos, para quatro endereços na Europa sendo os restantes maioritariamente nos Estados Unidos¹⁴⁷. Encontra-se igualmente em fase de organização do seu próprio arquivo oral que será constituído pelos testemunhos recolhidos junto de colaboradores e ex-colaboradores e são alguns dos critérios que assistem este trabalho a urgência, a relevância para a história da organização, a diversidade das experiências¹⁴⁸.

¹⁴⁵ *Basque oral History Project* <http://www.basquemuseum.com/oralhistory/>, acedido em 07-06-02.

¹⁴⁶ *Asociación Internacional de Historia Oral* <http://www.ioha.fgv.br/ioha/spanish/otrossitios.html>, acedido em 07-06-02; *The Holocaust Memorial Center* http://www.holocaustcenter.org/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=41&Itemid=10026, acedido em 07-06-02; *Jewish Heritage Collection* <http://www.cofc.edu/~jhc/oha/database.html>, acedido em 07-06-02); *Holocaust Survivor Oral History Archive* <http://holocaust.umd.umich.edu/>, acedido em 07-06-02.

¹⁴⁷ http://www.unesco.org/cgi-bin/webworld/portal_archives/cgi/search.cgi?query=oral+archives&mh=25&type=keyword&bool=and&submit=Search, acedido em 07-07-09.

¹⁴⁸ http://www.unesco.org/archives/Archives/files/archives/oral_prodoc.pdf, acedido em 07-09-17.

Há que assinalar que foi a revolução do mundo digital em relação ao mundo analógico que tornou possível este panorama. Os repositórios digitais são constituídos por documentos primários, digitalizados ou electrónicos permitindo o acesso à distância. O seu suporte pode ser em forma de disquetes, CD-ROM, DVD ou em linha através da *Internet*¹⁴⁹. Um dos benefícios dos repositórios digitais é, entre outros, o da acessibilidade, uma vez que são eliminados obstáculos contidos noutros suportes. Desta forma, é possível o acesso igual para todos ao conhecimento¹⁵⁰, se atendermos à possibilidade de aceder em simultâneo a informação que até à data se localizava em espaços físicos diversificados e implicava a deslocação de quem a procurava. Os recursos tecnológicos e humanos necessários são agora outros, e a dinâmica necessária para a constituição, divulgação e manutenção de repositórios é necessariamente diferente da de serviços de documentação, informação, bibliotecas e arquivos tradicionais. A nova dinâmica, no entanto, não afecta conceitos nem ética, mas facilita acessos e contorna obstáculos.

Este novo paradigma documental, manifestado na nova tomada de consciência sobre as fontes tanto para a história como para qualquer outra perspectiva de investigação, não deixa por isso de ser protagonizada por quem detem o poder. A afirmação de que arquiva quem detém o poder mantém-se em qualquer dos casos.

No que se refere à constituição de arquivos orais, Portugal, em comparação com outros países, não fez muito, sobretudo no que diz respeito

¹⁴⁹ Cf. Carla Coelho, *Um Repositório Digital para a Universidade do Porto, Relatório preliminar*, [s.d.], p. 3
http://sigarra.up.pt/up_uk/WEB_GESSI_DOCS.download_file?p_name=F1368788598/repositori-o-vpreliminar.pdf, acedido em 07-09-17.

¹⁵⁰ *Idem. Ibidem.* p. 4-7.

aos arquivos públicos, tutelados pela DGARQ, em comparação com França¹⁵¹, por exemplo, onde se destacam nomes como Guy Thuillier, Dominique Schnapper e Florence Descamps. Estes arquivistas e investigadores lutaram com os seus estudos e trabalho, e puseram em prática uma “arquitetura para os arquivos orais” em França¹⁵².

2.2. Negligência ou dificuldade em cumprir a lei?

A Lei 107/2001 de 8 de Setembro que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, no Capítulo III – Do património arquivístico - artigo 80º - conceito e âmbito, define no n.º 2 do mesmo artigo:

“Entende-se por arquivo o conjunto orgânico de documentos, independentemente da sua data, forma e suporte material, produzidos ou recebidos por uma pessoa jurídica, singular ou colectiva, ou por um organismo público ou privado, no exercício da sua actividade e conservados título de prova ou informação”.

E o número seguinte acrescenta que, para além destes, são também património arquivístico:

“[...] conjuntos não orgânicos de documentos de arquivo que se revistam de interesse cultural relevante e nomeadamente quando práticas antigas tenham gerado colecções factícias.”

A definição de colecção factícia do número seguinte, diz:

“...um conjunto de documentos de arquivo reunidos artificialmente em função de qualquer característica comum, nomeadamente o modo de

¹⁵¹ “Définir les témoignages couramment appelés «archives orales» [...] “Tous les témoignages oraux, couramment dénommés «archives orales», peuvent être ainsi définis: Les témoignages oraux, couramment dénommés «archives orales», sont recueillis dans un but de documentation scientifique et/ou dans un souci patrimonial. En fonction du critère de temporalité lors de leur réalisation, certains sont dénommés «témoignages immédiats» et d’autres «témoignages ultérieurs ou rétrospectifs». Sont appelés témoignages immédiats les entretiens ou récits enregistrés ou filmés dans un but de documentation scientifique, recueillis dans la proximité immédiate des faits auprès de personnes acteurs des faits dont elles témoignent. Sont appelés témoignages ultérieurs ou rétrospectifs les entretiens ou récits enregistrés, lorsqu’ils sont recueillis «a posteriori» et que la personne a cessé d’être acteur ou témoin des faits dont elle porte témoignage”, cf. Conseil Économique et Social *Les archives orales Rôle et statut* <http://www.ces.fr/rapport/notsyn/synthese12.asp?sy=SY001310>, acedido em 2007-10-20.

¹⁵² Cf. Florence Descamps, *op. cit.*, Préface, pp. IX-XVIII.

aquisição, o assunto, o suporte, a tipologia documental ou outro qualquer critério dos colecionadores”.

Os arquivos orais enquadram-se neste conjunto legislativo sem que sejam explicitamente referidos. Não falta, pois, legislação que lhes confira a devida prioridade se para tal houver vontade.

Os critérios para a protecção do património arquivístico vêm enumerados no artigo 82º e o artigo 83º indica as formas de protecção do património arquivístico onde podemos encontrar as razões para que um arquivo seja classificado como de interesse nacional, e no seu n.º 2, as razões para que seja considerado de interesse público que são as consagradas nos números dos artigos anteriores.

O muito recente Decreto-Lei n.º 215/2006 de 27 de Outubro vem mais uma vez *“modernizar a Administração Pública como um dos instrumentos essenciais da estratégia de desenvolvimento do País. [...] aprovou através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 124/2005, de 4 de Agosto, o Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado [...] PRACE”*. É anunciada uma redefinição da política de gestão do sistema arquivístico com a criação da DGARQ que passará a depender directamente do Ministério da Cultura, e da qual dependerá o Arquivo Nacional da Torre do Tombo que lhe cede, assim, as suas anteriores competências, passando a funcionar exclusivamente como Arquivo Nacional.

As atribuições consideradas por esta legislação emanada do Ministério da Cultura e no que diz respeito à política arquivística, são, entre outras, *“Salvaguardar e promover o património cultural imóvel, móvel e imaterial, promovendo a sua classificação e inventariação”*¹⁵³; *“Valorizar os testemunhos que, independentemente do suporte, tenham importância etnográfica ou antropológica com significado para a identidade e memória colectivas”*¹⁵⁴ e também *“Definir uma política integrada de gestão da documentação de arquivo produzida pela administração pública e valorizar a missão dos arquivos nacionais como repositório da memória colectiva”*¹⁵⁵.

¹⁵³ Decreto-Lei n.º 215/2006, de 27 de Outubro Diário da República nº 208/06 I, n.º 2 alínea a).

¹⁵⁴ Idem, *ibidem*, alínea d).

¹⁵⁵ Idem, *ibidem*, alínea i).

O mais recente ainda Decreto-Lei n.º 93/2007 de 29 de Março, define as medidas para a concretização do consagrado no Decreto-Lei n.º. 215/2006 de 27 de Outubro, através da enumeração dos modelos organizacionais que integram a estrutura do Ministério da Cultura. Este decreto refere que, para dar finalmente início a uma reforma dos Arquivos Nacionais, se torna imperioso, entre outros requisitos, a inclusão de novos arquivos electrónicos no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, para que possa “[...] *dar execução à lei que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural na sua vertente de património arquivístico* [...]”.

Como já referido, no que concretamente diz respeito aos arquivos orais como fazendo parte do património arquivístico, a lei também se aplica, com a diferença de que continua a não se encontrarem na legislação, especificidades sobre arquivos orais. Não parece ser necessário legislar concretamente para que seja possível a constituição de arquivos orais com o carácter de urgência de que alguns se revestem, como os totalmente indocumentados e em risco de perda. O legislador utiliza noções como a de “valor cultural”, e utiliza expressões como “inestimável interesse cultural”. A alínea d) do artigo 82º. refere como fazendo parte do património arquivístico classificável, critérios como sejam o “*Valor probatório e informativo do arquivo, decorrente, nomeadamente, da sua relevância jurídica, política, económica, social, cultural, religiosa ou científica*”; deixando ao critério de quem interpreta a lei a consideração das “relevâncias” no seu texto referidas. Verifica-se que a legislação continua cheia de conceitos muito abrangentes que conduzem à dificuldade de iniciativa quando esta não é um critério explícito, conduzindo à possibilidade de recorrer a vasta argumentação para quem não cumprir a lei relativamente à constituição de arquivos orais nas organizações. Geralmente as obrigatoriedades não expressas ou menos explícitas na lei parecem dar lugar a passividades e pouca obra com a agravante de, por vezes, com obra parcialmente feita, poder surgir novo governo com novas políticas, suspendendo e obstruindo o decurso de trabalhos, o que não parece particularmente encorajador nem motivante. Há que não esquecer acréscimos na despesa resultantes da aplicação de novas medidas que no caso dos arquivos implicam gestão dos orçamentos a atribuir-lhes. No campo das prioridades actuais do nosso país, em geral, os arquivos não parecem ser uma

prioridade daí resultando que, os arquivos orais em particular, deste modo indirectamente negligenciados, correm o risco de irremediável perda.

Afigura-se pois, necessário concentrar esforços nas actividades de recolha, tratamento e organização de arquivos orais, dado que a legislação assim o indica. A prioridade a atribuir aos arquivos orais em Portugal e o esforço e empenhamento para este arranque, deverá, para que Portugal se coloque ao nível do resto do mundo, ser proporcional ao seu atraso uma vez que a distância em relação aos outros países é cada vez maior.

2.3. O que se está a perder revelado em recolhas por tratar

A perda é difícil de quantificar, mas basta pensar nos trabalhos que vão sendo publicados nas várias regiões, mesmo os de baixas tiragens, apoiados por câmaras municipais, juntas de freguesia, associações culturais, ou edições de autor, para fazer uma pequena ideia da documentação oral que terá concorrido para essas publicações e que, não sendo depositada em arquivos ou entregues a organizações que possibilitem a consulta a outros investigadores, ficam na posse dos autores que não têm, mesmo que o não queiram, outra forma de preservar os documentos orais produto da sua investigação. Por exemplo, no decorrer da pesquisa para este trabalho, foi recebida da Câmara Municipal de Santarém a informação de que nos anos 80 foi iniciada a execução de um projecto de recolha de testemunhos e tradições de uma freguesia do Vale de Santarém, do qual resultaram vinte cassetes audio com entrevistas a idosos e três mil páginas em formato A4 com levantamentos que, aparentemente, permanecem sem qualquer tratamento documental e na posse do coordenador da recolha.

Já foi referido que é difícil encontrar nas bibliografias da maioria dos trabalho de investigação que tenham recorrido a alguns testemunhos orais, a referência a fontes orais, por não estarem consagradas no nosso universo de fontes referenciáveis, nem a fórmula nem a obrigatoriedade¹⁵⁶. O que se encontra de mais aproximado à consideração e aceitação da oralidade como fonte, são as fontes jornalísticas, essas sim, referidas e, do ponto de vista da oralidade nelas contida, as parentes mais próximas das fontes orais que seria

¹⁵⁶ Florence Descamps explica o fenómeno que levou à rejeição da oralidade. Cf. Florence Descamps, *op. cit.*, pp. 17-27.

bom se salvaguardassem. Paralelamente aos períodos documentados, há, pois, sempre a presença da oralidade não documentada mas fortemente influente. Se pensarmos, por exemplo, em tomadas de decisões ao longo da história - só podemos conhecer as motivações de um monarca que estejam documentadas por escrito, tudo o resto é conjectura. Não saberemos nunca que crenças, influências de pares, ou qualquer outro tipo de influência não escrita possa ter pesado em qualquer das suas decisões.

Continuam a perder-se oportunidades de constituir arquivos orais ao ignorar-se (independentemente das razões) momentos quase totalmente indocumentados sobretudo no período do Estado Novo. Quanto aos períodos com muita documentação escrita, também eles estão necessitados do auxílio da oralidade, temos, o exemplo dos arquivos da PIDE/DGS cuja consulta está legislada¹⁵⁷, mas cujos processos contêm apenas parte da informação, sendo necessário completá-la com os testemunhos dos visados em cada processo.

A constituição de um arquivo corrente oral, teoricamente, seria a única forma de constituir o universo informativo de qualquer organização. Seria a contribuição do testemunho primário a par do documento escrito, que constituiria o universo informativo institucional. O único caso em que tal se pratica e que pode servir de exemplo é o do registo imediato da oralidade nos julgamentos, para além dos processos, que, como já foi referido, são os documentos escritos insuficientes para julgar. O que certamente se pretende com tal registo é que não falte toda a informação que possa reunir para a correcta aplicação da justiça.

Há que dar um primeiro passo na constituição objectiva e consciente de arquivos orais em Portugal pois, a falta de legislação mais objectiva não pode continuar a servir de desculpa para a inexistência de iniciativas, uma vez que haverá sempre défice de legislação. Nas universidades haverá certamente muito material recolhido em condições de ser tratado do ponto de vista arquivístico. O que parece faltar é a certeza de um enquadramento organizacional, meios e muita vontade para a sua concretização e não, cobertura legislativa.

¹⁵⁷ Artigo 47º. do Decreto-Lei 16/93 de 23 de 3 Janeiro, relativo aos "arquivos de Salazar e Marcello Caetano e PIDE/DGS e LP".

2.4. O exemplo da *Revista Lusitana*

A necessidade de arquivamento da informação contida na oralidade deve-se também à necessidade de um critério para lhe aceder e para que essa informação seja classificada e consultada seja como tradição oral, seja com testemunho directo de um facto. A preocupação de que se não perca tal informação não é recente e no que diz respeito à preservação da tradição como testemunho de uma identidade cultural como fez Lonröt. Portugal conheceu quem de igual modo se tivesse preocupado e fomentasse formas organizadas de pesquisa e consulta da informação recolhida sobre o património cultural português.

José Leite de Vasconcelos percebeu ser uma necessidade premente a recolha de oralidades em Portugal à qual atribuiu uma forma de organização para posterior consulta – como num arquivo¹⁵⁸. Neste caso, a sua motivação e vontade, para além do espírito interventivo em várias frentes no que respeita à partilha da cultura, foi também influenciada pelos movimentos de intelectuais da época por toda a Europa. Nesta época eram as elites intelectuais que mais liam, influenciadas por uma Europa civilizada. Juntaram-se a Leite de Vasconcelos nomes como Garrett, Herculano, Sampaio Bruno, Oliveira Martins, Adolfo Coelho, Teófilo Braga e outros, que foram colaboradores de várias revistas e jornais que na época iam sendo editados com o objectivo de dar a conhecer aspectos do evoluir das ideias nos finais do século XIX.

A Europa publicava com regularidade e em Portugal foram alguns os títulos: *O Panorama* de 1837; *Revista Universal Lisbonense*, de 1841 a 1859; *Revista Crítica de Literatura Moderna* publicada durante um ano (1868 a 1869); *Bibliographia Critica de História e Literatura* (1872), e outras, cujos colaboradores eram intelectuais portugueses também chamados a colaborar em revistas estrangeiras. Em 1882 é editado um único número do *Anuário para o Estudo das Tradições Populares Portuguesas* com onze colaboradores entre os quais se encontram Teófilo Braga, Adolfo Coelho, Consiglieri Pedroso e Oliveira Martins. Almeida Garrett, por exemplo, com uma cultura vastíssima,

¹⁵⁸ Cf. Cristina Basilio, *Revista Lusitana, arquivo nacional do Romancero*, Dissertação de Mestrado em Estudos Anglo-Portugueses apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1994, pp. 58-79.

baseada nos clássicos greco-latinos e portugueses, não esquecia as lendas, as orações, os romances e ensinamentos que a sua ama Brígida e a mulata Rosa lhe tinham transmitido. Entretanto, debatia-se se a influência do povo era ou não nefasta para a tradição¹⁵⁹.

Em 1887, Leite de Vasconcelos, médico, fundou a *Revista Lusitana, Archivo de Estudos philologicos e etnologicos relativos a Portugal* com o intuito de criar um espaço científico a partilhar por etnólogos, filólogo e literatos, onde seriam arquivados os seus trabalhos de recolha. O público desta revista quase exclusivamente constituído pelo conjunto dos seus colaboradores, trabalhava para si próprio e contribuía para a construção de um arquivo publicado. Os critérios editoriais obedeciam a uma estrutura “pre-arquivística” sendo a revista constituída pelo que podemos chamar de “coleções subordinadas a temas e respectivos índices”.

Seu director desde o início, Leite de Vasconcelos apercebeu-se da necessidade da entrega dos seus colaboradores a tal projecto para a manutenção da fidelidade científica do mesmo, para “a consciência da nacionalidade [através] da investigação dos elementos que a constituem”¹⁶⁰. Uma atitude de consciência científica em plena época de construção dos valores das nacionalidades na Europa e quase podemos chamar-lhe o *Lonröt* português, dada a sua noção da riqueza dos materiais da tradição do romanceiro português.

Uma das suas preocupações foi a de que o trabalho de recolha servisse a investigação futura. As pesquisas etnográficas e etnoliterárias implicaram a organização de um levantamento geográfico e posterior reunião de materiais, trabalho a que José Leite de Vasconcelos, de entre todos, mais se dedicou analisando, comparando, classificando e interpretando os materiais. As suas transcrições são consideradas fiáveis ao nível dos falares locais e das influências regionais sofridas, por exemplo, em zonas fronteiriças. Deixou-nos, no conjunto do que foi publicado e também no que ficou em projecto, romances, cantigas, adágios, adivinhas, contos, lendas, superstições,

¹⁵⁹ Idem, *Ibidem*, pp. 83, 85.

¹⁶⁰ Cf. José Leite de Vasconcelos, *apud* Cristina Basílio, *op. cit.*, p. 69.

ensalmos, folhetos, manuscritos e outra documentação¹⁶¹. Encontra-se o produto das recolhas em todas as regiões do país em versões de vários autores e Leite de Vasconcelos também participou nesta actividade. “Miscelânea II - Romance popular de D. Carlos”, (versão do romance *Conde Carlos*), “Arremessos simbólicos na poesia popular portuguesa”, “Canções do berço segundo a tradição popular”, “Cantiga do Mirandum”, e “Assuntos insulanos: II Romanceiro da Madeira”, são alguns dos exemplos da sua produção¹⁶².

Leite de Vasconcelos transmitiu a inquietação desta geração: a construção de uma perspectiva universal da ciência; a importância de legar às gerações futuras essa herança patrimonial e literária, afectada pelo progresso e rejeitada da memória pelas novas vivências sociais. Na sua época, abriu perspectivas novas de leitura da cultura portuguesa¹⁶³. Publicar é, de certa forma também uma forma de arquivar e Leite de Vasconcelos no n.º 1 da *Revista Lusitana* refere: “[...] Há meia dúzia de escriptores consagrados de alma e coração a trabalhos philológicos e ethnológicos, mas esses escritores, obrigados pela força das circunstâncias a trabalhar quasi só uns pra os outros, pouca acção exercem no público. [...] archivará estudos e notas de diversos especialistas nacionais e estrangeiros”¹⁶⁴.

Do ponto de vista arquivístico, a abordagem do estudo de Cristina Basílio segue uma das convencionadas formas de organização e classificação do romanceiro, ao agrupar os materiais da revista segundo critérios como o tema, e em categorias segundo um modelo¹⁶⁵. Assim, temos Épicos, Carolíngios, Históricos, Bíblicos, Clássicos, mocidade do herói, Cativos e prisioneiros, regresso do marido, amor fiel, amor infeliz, mulheres adúlteras, mulheres assassinadas, raptos e violações, incestos, mulheres sedutoras, mulheres seduzidas, aventuras amorosas, religiosos, animais e diversos. Os

¹⁶¹ Cf. Cristina Basílio, *op. cit.*, p. 97.

¹⁶² *Idem, ibidem*, pp. 97-104.

¹⁶³ Cf. João David Pinto-Correia, “José Leite de Vasconcelos e *Revista Lusitana*: seu contributo para a recolha e estudo da literatura popular/literatura oral tradicional portuguesa” *Tarouca a Cister, homenagem a Leite de Vasconcelos, Actas-Novembro 2006*, Tarouca 2006, pp. 73-85.

¹⁶⁴ Cf. José Leite de Vasconcelos, *apud* Cristina Basílio, *op. cit.*, pp. 68-69.

¹⁶⁵ Cf. João David Pinto-Correia, *Romanceiro Oral da Tradição Portuguesa. Apresentação crítica, antologia e sugestões para análise literária*, Lisboa, Edições Duarte Reis, 2003, pp. 41-54.

índices são temáticos, geográficos e de editoriais¹⁶⁶. A classificação estabelecida para o romanceiro oral da tradição portuguesa, por exemplo, sendo uma forma de organização normalizada, pode servir de exemplo para uma organização arquivística a seguir no que se refere ao arquivamento de documentos provenientes de recolhas da tradição oral.

A *Revista Lusitana* nunca deixou de ser publicada e sobreviveu às suas contemporâneas que iam surgindo a par mas sossobravam, quase todas, por razões económicas. Em 1941 morre Leite de Vasconcelos e já a *Revista Lusitana* era considerada nos meios universitários estrangeiros como um tesouro “[...] *material sobre o qual se podem basear novas investigações [...]*”¹⁶⁷

À morte do seu director e impulsor seguiu-se um interregno entre 1943 e 1981 data partir da qual a obra de Leite de Vasconcelos prosseguiu impulsionada pelo Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras de Lisboa dando origem a uma *Nova Série*.

A *Nova Série da Revista Lusitana* recomeçou em 1981 com Lindley Cintra como director que afirmou [...] *é o conjunto da direcção que se propõe, ao relançar a Revista em 1981, voltar a fazer dela aquilo que ela durante tantos decénios foi: um repositório de estudos, documentos, notas, notícias referentes à língua, à literatura, às tradições populares portuguesas, encaradas nas suas várias épocas e segundo diversas perspectivas e métodos. Na velha Revista Lusitana colaboraram etnógrafos, filólogos, historiadores da literatura, ao lado de devotos amadores das coisas e palavras de Portugal. Desejaria a nova direcção que o conseqüente carácter de lugar de convergência de várias disciplinas se mantivesse na série da Revista que agora se inicia e até, se possível, que esse carácter se acentuasse [...]*¹⁶⁸.

Actualmente é director da *Revista Lusitana-Nova Série*, João David Pinto-Correia, sucedendo a Lindley Cintra e a Manuel Viegas Guerreiro. Dirige igualmente o CTPP da FLUL¹⁶⁹ e é autor de um vasto conjunto de obras e trabalhos de investigação de consulta obrigatória sobre literatura oral e tradição oral em Portugal.

¹⁶⁶ Cristina Basílio, *op. cit.*, pp. 121-123.

¹⁶⁷ Fritz Krüger, *apud*, Cristina Basílio, *op. cit.*, p. 77.

¹⁶⁸ <http://www.fl.ul.pt/unidades/centros/ctp/index.htm> acedido em 08-06-01.

¹⁶⁹ <http://www.fl.ul.pt/unidades/centros/ctp/index.htm>, acedido em 08-05-06.

3. ARQUIVOS DE ORALIDADE EM PORTUGAL – INTERPRETAÇÃO DE UM LEVANTAMENTO EM DOZE DISTRITOS

Justificados ou não, não se encontram muitos vestígios de vontade política ou preocupação com os arquivos orais em Portugal. O Arquivo Nacional-Torre do Tombo não tem fundos de arquivos orais e não são conhecidas, para além da legislação onde se poderá forçar o reconhecimento dessa questão, de que falaremos, manifestas preocupações por tal tema, a não ser, por parte de académicos conscientes das perdas irrecuperáveis e iminentes, por nada se fazer para a preservação da memória de momentos da nossa história recente indocumentados ou parcialmente documentados. A questão da existência de arquivos orais coloca-se nos novos horizontes que se podem abrir à investigação tanto de historiadores como a qualquer outra. Apesar de tudo, alguns projectos deram origem a conjuntos documentais orais que se encontram arquivados em arquivos privados. É o caso do projecto “Porto 2001” levado a cabo pela Universidade Popular do Porto que fez um levantamento de testemunhos de antigos profissionais da região do Porto relatando aspectos das suas profissões, algumas já desaparecidas¹⁷⁰. É um exemplo em Portugal de como se deveria trabalhar na constituição de arquivos orais. Os fundos testemunhais que se traduzem em centenas de horas de entrevistas, encontram-se nos arquivos dos sindicatos dos respectivos sectores laborais, que não são arquivos públicos.

O CTPP¹⁷¹ é um dos exemplos de um arquivo oral universitário em Portugal. É o exemplo do destino correcto a dar a documentação oral recolhida no âmbito de trabalhos académicos que implicam recolha de fontes orais, neste caso, relativas a tradições orais. Sejam quais forem as abordagens, trata-se de documentação recolhida por investigadores, professores e alunos ao longo de anos de trabalho e no âmbito de licenciaturas e mestrados sobre literatura oral que se encontra arquivada e ao dispôr da investigação reflectindo a orgânica lectiva (ano, tipo de recolha e temática). Um dos projectos do Centro, denominado “Tecnologia e Tradição: Informatização de Arquivos Etnográficos”, tem como objectivo a informatização de um riquíssimo espólio de recolhas

¹⁷⁰ <http://cdi.upp.pt/cgi-bin/apresentaGeral.py?projecto=memorias>, acedido em 07-06-02.

¹⁷¹ <http://www.fl.ul.pt/unidades/centros/ctp/index.htm>, acedido em 08-05-04.

etnográficas existentes no CTPP com vista à sua preservação e salvaguarda, e à sua disponibilização em condições de fácil acesso para a comunidade científica interessada, assim como, a possibilidade de consulta de relatórios do projecto documentos produzidos no âmbito de *workshops* realizados¹⁷².

O arquivo do Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa da Universidade Nova de Lisboa desenvolve, igualmente, projectos reveladores de uma preocupação em preservar em arquivo os documentos provenientes de recolhas orais resultantes da actividade do centro¹⁷³.

“Luis Graça & Camaradas da Guiné” é um “blogue” criado e editado por antigos combatentes da guerra colonial onde a dada altura se pode ler: “Não deixemos que sejam outros a contar a nossa história por nós”¹⁷⁴. Não é um arquivo de testemunhos, dado que não obedece a parâmetros arquivísticos; é totalmente da iniciativa de quem sente que a documentação existente sobre factos que viveram não testemunha o que foi vivido pelos combatentes.

A Fundação Mário Soares terá em breve um Arquivo de História Oral¹⁷⁵. A Escola Superior de Educação de Santarém é autora de um projecto museológico voltado para a história da educação e dá prioridade ao registo de testemunhos de professores¹⁷⁶. O Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, criou um sítio em 1984 onde concentrou documentação relacionada com o período de transição da ditadura para a democracia que se encontrava dispersa por vários locais, até fora do país, e inclui depoimentos orais desse período no seu acervo¹⁷⁷.

Veremos nesta parte do trabalho e por amostragem, que pouco mais se encontra, embora a lei refira a necessidade de defender o que nos pertence e culturalmente nos identifica, o nosso património, onde se enquadra também a nossa memória ainda não registada em suporte normalizado. Se em Portugal a

¹⁷² <http://www.fl.ul.pt/unidades/centros/ctp/tecnograd/projecto.htm>, acedido em 08-05-22.

¹⁷³ <http://www.fcsh.unl.pt/invest/CEEP.htm>, acedido em 07-06-02.

¹⁷⁴ <http://blogueforanadaevaotres.blogspot.com/2006/12/quin-6374-p1337-o-campo-de-concentrao.html>, acedido em 07-06-02.

¹⁷⁵ IFHC, “Notas sobre uma experiência-o arquivo & Biblioteca da Fundação Mário Soares”, trabalho para seminário *Documentos privados de Titulares de Cargos Públicos: um debate sobre jurisdição arquivística*, Instituto Fernando Henrique Cardoso, São Paulo, Brasil, 24 Novembro de 2004.

¹⁷⁶ Numa visita à ESES, foi possível testemunhar o trabalho e trocar impressões com Luis Vidigal, responsável pelo projecto.

¹⁷⁷ <http://www.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=ArquivoGuia>, acedido em 07-07-09.

legislação fosse menos vaga, mais consistente e penalizante, talvez fosse possível mais dinamismo e concretizações. O exemplo francês parece demonstrar que a vontade e a consciência da necessidade da organização de arquivos orais ultrapassa e é independente da existência de legislação mais ou menos específica que obrigue à sua constituição¹⁷⁸. Florence Descamps agora considerada uma das arquivistas que mais sabe sobre como tratar arquivos orais foi, entre 1988 e 1994, e apoiada pela Inspeção de Finanças em França, a criadora e fixadora das regras para a organização dos arquivos orais da instituição, criando as fundações para uma atitude séria e oficial perante a importância dos arquivos orais em França que tinham começado por ser considerados como formas de “sublevações arquivísticas”¹⁷⁹.

Trabalhos de investigadores que sem o recurso a testemunhos orais seriam irrealizáveis, onde essas fontes, a maior parte das vezes, não são referidas, revelam que a figura da fonte oral não está consagrada no nosso universo de utensílios ou está de uma forma velada. Em geral, não se lhes conhece o paradeiro e não se encontram à disposição de outros investigadores por não terem sido criadas condições para o seu tratamento e arquivamento. São, por isso, fontes inexistentes para a comunidade científica¹⁸⁰.

O já referido PARAM foi o programa lançado pelo então IAN/TT, actualmente DGA/TT, enquanto tutela dos arquivos nacionais. O então IAN/TT, no sentido de assumir a sua responsabilidade na salvaguarda do património arquivístico nacional considerado fundamental, elaborou um programa de apoio aos municípios e ao seu património arquivístico. Por se ter revelado necessário um envolvimento das autarquias e dos seus arquivos, para, mediante condições específicas de candidatura ao programa, poderem concorrer ao projecto, um programa de apoio estatal e de gestão integrada.

¹⁷⁸ Conseil Economique et Social, *Les archives orales rôle et statut*”, “Restent les témoignages oraux, si précieux à la connaissance et à la conservation de l’histoire de notre temps, dont la collecte s’étend chaque jour et pour lesquels il n’existe ni définition légale ni réglementation pour en fixer les conditions techniques et scientifiques de recueil et de conservation” <http://www.ces.fr/rapport/notsyn/synthese12.asp?sy=SY001310>, acedido em 07-10-21.

¹⁷⁹ Florence Descamps, *Op cit.*, “Préface”, pp. IX-XVIII.

¹⁸⁰ Um exemplo é o caso do trabalho coordenado por Luis Madureira: *História do Trabalho e das Ocupações*; Oeiras, Celta Editora, 2001, que refere como “Fontes iconográficas” as ilustrações e as entrevistas tidas por todo o país ao longo de vários anos e que foram, certamente, imprescindíveis para esse trabalho.

Dado que um dos objectivos principais deste trabalho se encontra na investigação sobre a existência, ou não, de arquivos orais em Portugal cujos resultados se expõem de seguida, a pesquisa centrou-se fundamentalmente neste tipo específico de arquivos públicos – os distritais e municipais, tendo sido escolhida a zona norte do país para a abordagem, efectuada através de uma pergunta simples mas abrangente¹⁸¹. A pergunta foi formulada a todas câmaras municipais de doze distritos independentemente de fazerem ou não parte PARAM.

A opção por uma pergunta geral dividida em duas questões simples em vez de um questionário pormenorizado e que, no mínimo, pudesse ser respondida com um **sim** ou **não**, pareceu o mais apropriado atendendo à característica da investigação, feita à distância. Assim, através de uma breve carta com dois parágrafos explicativos e de sensibilização para temática dos arquivos orais contendo, em simultâneo, a pergunta e alguma informação sobre quem a faz no sentido de funcionar pelo envolvimento como forma de motivação para a resposta, pareceu o mais adequado. A opção por este formato deveu-se também, por não haver razões para elaborar um questionário pormenorizado sem primeiro ter sido dada a resposta à grande questão de fundo que é a da posse (resposta afirmativa) ou não (resposta negativa), de documentos arquivados provenientes de recolhas orais.

Através dos endereços electrónicos facultados no sítio da ANMP¹⁸² a pergunta foi feita aos arquivos distritais e municípios em geral, tendo sido endereçada simultaneamente aos responsáveis pelos arquivos dos diferentes municípios e aos presidentes de câmara. Foram questionados os Arquivos Distritais de Aveiro, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria, Porto, Santarém, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu e respectivos arquivos municipais. A pergunta foi também enviada via postal para os casos em que não havia a certeza absoluta de ter sido recebida via correio electrónico. Assim, nos casos da devolução pelo sistema informático, ou incerteza de ter sido recebida a pergunta por correio electrónico, foram ainda efectuados cento e vinte e oito envios postais. Destes, foram recebidas quarenta respostas. A

¹⁸¹ Anexo 1.

¹⁸² <http://www.anmp.pt/munp/mun/mun101w2.php?dis=01>, acedido em 07-07-15.

pergunta foi enviada por correio electrónico a 21 de Agosto de 2006 e o envio postal foi efectuado a 4 de Março de 2007. A totalidade das respostas foi recebida entre Agosto de 2006 e Maio de 2007.

3.1. Arquivos Distritais e Municipais – o levantamento

Dos doze arquivos distritais interpelados responderam nove, e desses, apenas um refere documentação, apesar de não confirmar a natureza oral da sua proveniência. O elevado número de respostas recebidas destes arquivos leva-nos a interrogarmo-nos sobre o correspondente grau de interesse despertado pela questão da organização de arquivos orais nos Arquivos Distritais.

O quadro resumo geral (Anexo 2) concentra os dados quantitativos mais importantes de toda a pesquisa: o número e tipo de arquivos abordados pela pergunta e o número de respostas e respectivas percentagens relativas. Numa primeira fase deste trabalho, quando a percentagem de respostas dos arquivos municipais era ainda muito baixa, foi lançado a todos os arquivos distritais um apelo para que encorajassem as respostas dos arquivos municipais dos respectivos distritos à qual, maioritariamente responderam que insistíssemos junto dos municípios, o que fizemos.

No que diz respeito aos arquivos municipais, foram inquiridos todos os municípios de cada distrito num total de cento e noventa municípios nos doze distritos. A listagem e descrição das respostas por ordem alfabética de distritos e municípios, pareceu-nos uma forma de apresentação para um fácil acesso à informação sobre cada distrito em caso de consulta, e consta dos anexos 3 e 4.

Tentaremos analisar alguns aspectos da consciência demonstrada sobre o tema deste trabalho por parte dos arquivos municipais e distritais, através de uma análise qualitativa das respostas obtidas embora, sejam apresentadas, em anexo, todas as respostas.

Em termos quantitativos, o gráfico 1 mostra a média das respostas e a sua posição relativa em relação a todas respostas obtidas por parte dos municípios em cada distrito, verificando-se que não há simetria na sua distribuição, isto é, o número de respostas acima da média é bastante superior (oito) ao número de respostas abaixo da média (quatro). Embora os municípios de três distritos tivessem colaborado quantitativamente em número reduzido, em oito distritos, os municípios abordados participaram em grande

número com as suas respostas. Tal observação demonstra a quantidade relativa de interessados em responder à questão. No gráfico 2, por sua vez, pode comparar-se o número de respostas classificadas como: positivas, negativas, sem resposta concreta e com sugestões.

Gráfico 1

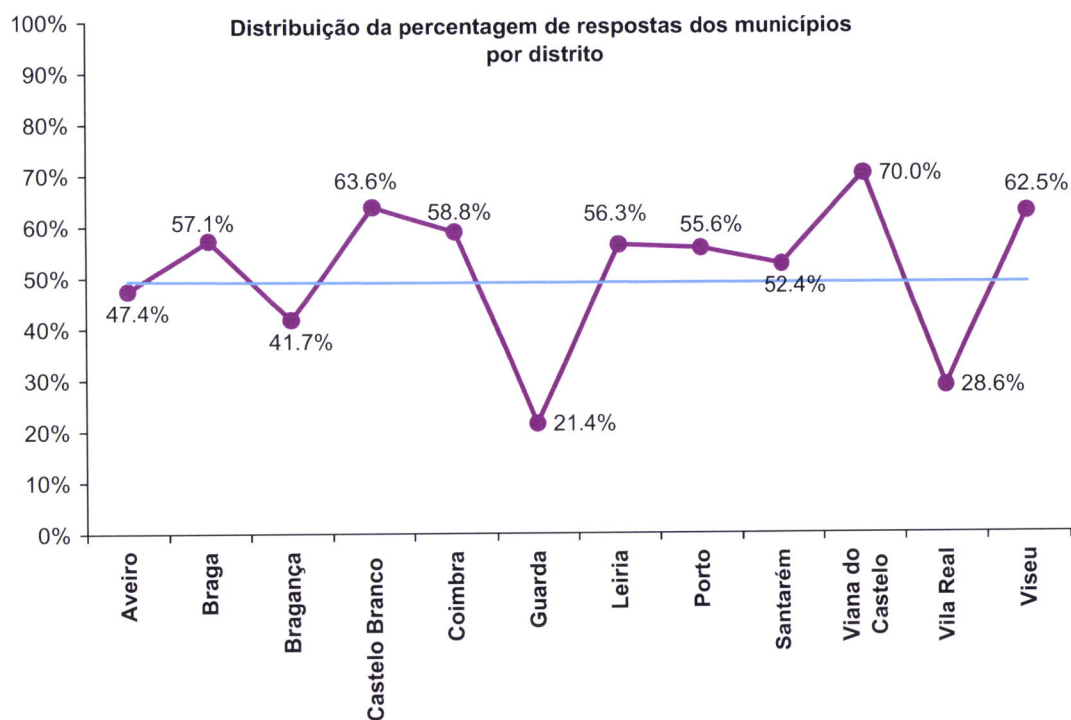
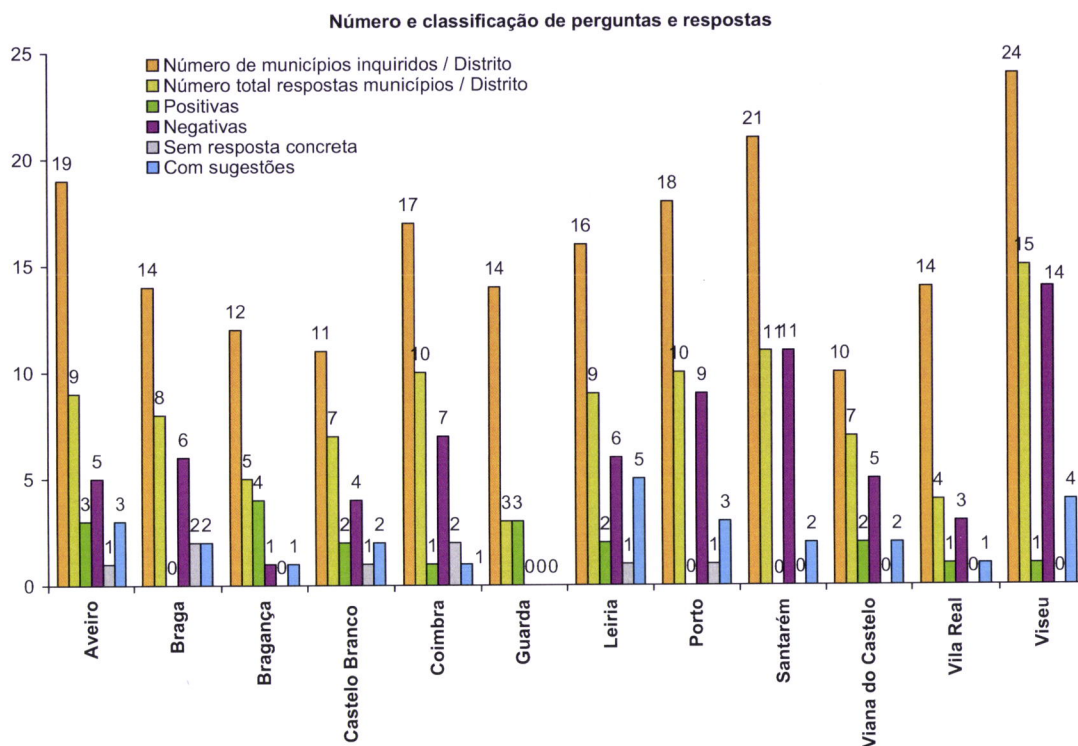


Gráfico 2



3.2. Leitura-síntese da recolha

Pode concluir-se que a relativa abrangência permitida pela pergunta possibilitou:

Quantitativamente:

- Saber o número de arquivos municipais que responderam à pergunta e que tipo de resposta forneceram, em comparação com instituições a que chamaremos “não-arquivo” que também o fizeram, permitindo conhecer a sua distribuição por distrito.

Qualitativamente:

- Analisar os diferentes tipos de interesse demonstrado por responsáveis, em responder à nossa pergunta, assim como avaliar o conhecimento sobre arquivos de quem respondeu e o interesse despertado pela temática, sobretudo através das respostas explicativas e com sugestões.

Nos casos de resposta negativa, que são a maioria, tornou-se evidente a importância atribuída à pergunta através da necessidade em explicar as razões de tal ausência assim como, através do elevado número de justificações por

não terem material proveniente de recolhas orais em arquivo. A falta de tempo e de pessoal habilitado, passando pela falta de verba até à afirmação de estarem a dar início a trabalhos nesse sentido, foram algumas das razões alegadas para a ausência de material arquivado proveniente de recolhas.

A ideia da ausência de uma política arquivística em Portugal foi também transmitida em respostas de pendor mais derrotista quanto à recuperabilidade da importância atribuída em geral aos arquivos.

- Analisar as razões porque a pergunta foi remetida para outros serviços municipais quando foi exclusivamente endereçada aos responsáveis pelos Arquivos e Presidentes de Câmara.

Do total de noventa e oito respostas recebidas, trinta e sete foram de arquivos. Dado que responderam sete bibliotecas, cinquenta e quatro respostas foram enviadas por entidades “não-arquivo” a quem os interpelados pela pergunta solicitaram a resposta. Interpretar tal fenómeno conduziu-nos à verificação de uma forte necessidade em responder positivamente e, perante a ausência dessa possibilidade por parte de arquivos, a pergunta foi remetida a quem pudesse dar uma resposta positiva.

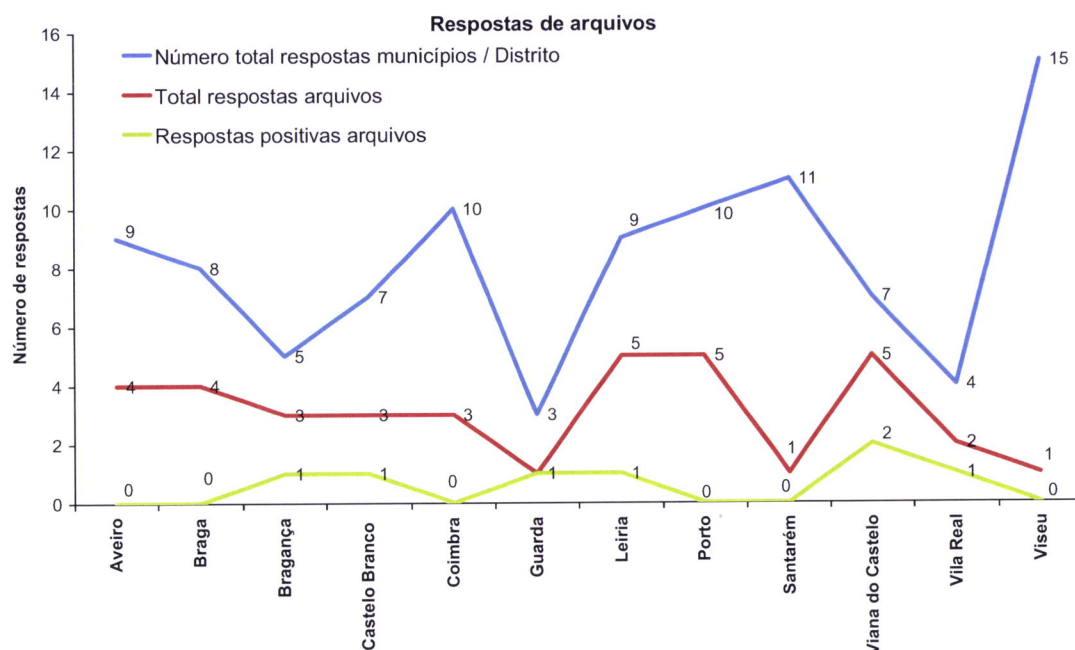
Foram igualmente recebidas respostas com palavras que, em geral, manifestaram regozijo, surpresa, incentivo, desalento e descrença quanto à possibilidade de fazer vingar a ideia da constituição de arquivos orais em Portugal.

O gráfico 3 representa a quantidade de arquivos que responderam no conjunto do total das respostas dos municípios em cada distrito e respectivas respostas positivas, permitindo perceber a sua distribuição. Verifica-se, pois, um reduzido número de respostas positivas, no já reduzido conjunto de respostas dos arquivos. Verificou-se também que o comportamento das respostas dos arquivos por concelho, não dependeu da quantidade total das mesmas precisamente por ter sido quase sempre reduzida. Também não parece existir relação entre o total das respostas positivas em geral e as dos arquivos municipais em particular, sugerindo alguma falta de comunicação

entre concelhos. As poucas excepções demonstram que essa comunicação seria possível e benéfica em muitos aspectos¹⁸³.

Salvo algumas excepções, em geral, as respostas recebidas de arquivos foram todas directas, objectivas e sem grandes comentários ou explicações.

Gráfico 3



3.3. As respostas e as suas mensagens

No total de vinte e seis respostas com sugestões¹⁸⁴, verificou-se, por parte dos interpelados, grande interesse em colaborar tanto através do número de respostas como do seu conteúdo, apesar da sua maior ou menor qualidade informativa. Com as excepções já referidas, a maioria das sessenta e uma respostas recebidas de instituições que não são arquivo, não indicam, especificamente, o seu papel na orgânica do município. No entanto, foram recebidas respostas de museus, sectores relacionados com a educação, turismo e cultura, assim como de alguns presidentes e vice-presidentes de

¹⁸³ Alguns concelhos associaram-se num só projecto (“Bibliotecas Vivas – Velhas Palavras Novas Leituras, apresentado” ao QCA III) revelando o que culturalmente têm de comum. Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira e Vale de Cambra são três dos concelhos associados, que nos responderam.

¹⁸⁴ Gráfico 2.

câmara ou/e, respectivos gabinetes de apoio. Uma das respostas foi enviada por uma biblioteca que desempenha também as funções de arquivo histórico.

Apesar da especificidade da pergunta, parece verificar-se um reduzido grau de conhecimento sobre arquivos na maioria destas respostas, sobretudo e como seria de esperar, nas recebidas, por exemplo, de sectores municipais dedicados ao turismo, cultura e educação. As respostas recebidas de presidentes, vice-presidentes e respectivos gabinetes de apoio, são maioritariamente sensíveis à questão da necessidade de trabalhar no sentido da preservação das culturas locais sem, no entanto, manifestarem conhecimentos sobre arquivística. Uma das preocupações manifestada é a do enaltecimento da região através de trabalhos que possam contribuir para que o protagonismo regional tenha um lugar honroso na história da região e na história em geral.

Há que referir a resposta recebida do responsável pelo gabinete de arqueologia da Câmara Municipal de Matosinhos recebida a 30 de Agosto de 2006. Este destaque deve-se à informação relativa ao projecto de recolha de testemunhos levado a cabo por uma equipa da Universidade Popular do Porto composta por vários elementos que deu origem a um arquivo de testemunhos recolhidos na zona laboral do Porto e organizado cronologicamente desde 1900 a 2002. Contendo testemunhos de trabalhadores ainda vivos, o projecto resultou num arquivo electrónico de testemunhos, consultável de A a Z pelo nome do trabalhador e o texto das transcrições contém *links* para informação sobre as organizações por onde cada trabalhador passou. Poderemos considerar este como o único arquivo constituído por testemunhos de trabalhadores, consultável "on-line"¹⁸⁵. De referir que esta documentação é custodiada pelos arquivos dos sindicatos a que pertencem as profissões, que são arquivos privados.

Algumas respostas, positivas, negativas ou sem serem objectivas, apresentaram sugestões de consulta a outras entidades nas respectivas regiões, predominantemente ranchos folclóricos, associações, colectividades,

¹⁸⁵ <http://www.upp.pt/>, acedido em 07-10-23.

jornais regionais e consulta a particulares e famílias, supostamente na posse de trabalhos de recolha de tradições sob várias perspectivas¹⁸⁶.

No conjunto das respostas positivas, negativas, sem resposta concreta, com ou sem sugestões ou explicações adicionais, podemos ainda assinalar quatro casos distintos:

- As respostas positivas que o são de facto, isto é, as que correspondem à existência de documentos provenientes de recolhas e estão arquivados.

Este tipo de respostas foi raro e correspondeu aos casos em que os documentos orais criados para trabalhos de investigação de patrocínio autárquico se encontram arquivados nas autarquias mesmo que não seja no arquivo. Há três respostas desta natureza em que a informação fornecida refere a proveniência e organização da documentação oral assim como o local de arquivamento das fontes para consulta¹⁸⁷.

- As respostas negativas que o são de facto, isto é, as que correspondem à inexistência de documentos arquivados provenientes de recolhas.

Estas foram a maioria e informam a inexistência de documentos arquivados provenientes de recolhas orais. Foi a informação que predominou, coincidindo com a generalidade das respostas negativas. Algumas destas respostas apresentaram as suas justificações, ou apenas informaram que só arquivam documentos escritos. Algumas sugeriram, especificando ou não, a consulta a outras organizações na região.

- As respostas dadas como positivas, que do nosso ponto de vista o não são, pois referem publicações para as quais concorreram trabalhos de recolha oral dando origem a publicações editadas pela autarquia, mas cuja documentação proveniente do trabalho de recolha para a concretização da obra não se encontra, nem na sua totalidade, nem em parte, nos arquivos ou noutra sector do

¹⁸⁶ Quadro resumo (anexo 2) e gráfico 2.

¹⁸⁷ O projecto “Bibliotecas Vivas – Velhas Palavras Novas Leituras, apresentado” ao QCA III no âmbito da Medida 1.4 – Valorização e Promoção Regional e Local, em 2002, teve como objectivo global a promoção e animação do Livro e da Leitura, através da recuperação e reabilitação do património cultural oral do EDV e a preservação e valorização da memória e identidades locais; <http://www.bibliotecasvivas.org/>, acedido em 08-04-07.

município, ou ainda noutro arquivo, que possibilite a consulta desses documentos.

A maior parte das respostas supostamente positivas foram deste género. São respostas que, aparentemente, e do ponto de vista de quem respondeu (nem sempre de quem foi questionado), mereceriam ser consideradas como tal. Referem-se maioritariamente às publicações para as quais concorreram trabalhos de recolhas orais por parte dos seus autores, normalmente investigadores da região e cuja responsabilidade editorial foi das autarquias. Tais publicações encontram-se nas bibliotecas municipais à consulta pública sem que forneçam qualquer tipo de indicação quanto ao arquivamento das fontes orais recolhidas no âmbito desses trabalhos.

- As respostas dadas como negativas que do nosso ponto de vista o não são, pois referem a existência de alguns documentos provenientes de recolhas, mas, por serem considerados arquivisticamente desenquadrados, embora recolhidos no âmbito de trabalhos de história oral, não são reconhecidos como documentos de arquivo dando origem a uma resposta negativa.

Este foi um dos tipos de resposta contidos no grupo das respostas negativas. Foram algumas as respostas negativas de autarquias que, no entanto, referiram possuir documentos dispersos provenientes de recolhas mas não considerados arquivisticamente porque não organicamente enquadráveis, e por não obedecerem, segundo os respondentes, ao princípio da arquivística que impõe que o documento de arquivo simples ou composto seja produzido por uma entidade e reflita a sua actividade organizacional. A atitude de não consideração destes documentos como merecedores de arquivamento parece desconhecer que, no mínimo, a lei tal não impõe desde que o documento tenha um valor cultural tal, que dispense essa obrigatoriedade¹⁸⁸.

3.4. Sugestões e delegações

As sugestões de consulta contidas na maior parte das respostas remetem maioritariamente para instituições privadas como ranchos folclóricos e rádios locais. Foram igualmente sugeridos os contactos de museus municipais

¹⁸⁸ Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro, Diário da República n.º 209 /01, I Série, Capítulo III, artigo 80º, ponto 3.

e outros que, dada a sua actividade de organização de exposições temáticas, pesquisaram e criaram acervos de cariz antropológico sendo a maior parte constituídos por documentos orais provenientes de trabalhos de recolha sobretudo de tradições orais, mas também relativas às memórias laborais das indústrias locais e que povoaram com trabalhadores as diferentes localidades.

A maioria das respostas não foi fornecida por quem foi interpelado pela pergunta deste trabalho. Os endereçados foram os responsáveis pelos arquivos distritais e presidentes de câmara (para casos da não existência de Arquivo Municipal). As razões das inúmeras delegações de respostas podem ser interpretadas à luz da necessidade em responder assim como fazê-lo de forma satisfatória se não afirmativa, partindo do princípio de que a iniciativa de arquivar documentos orais depende fundamentalmente e exclusivamente da vontade de quem é responsável pelas instituições de arquivo e quem sobre elas decide, associada à consciência da necessidade, premência e urgência no tratamento desse tipo de documentação. Se assim não fosse, não encontraríamos nenhum documento proveniente de recolhas orais arquivado. Encontrámos alguns, embora poucos, mas não em arquivos públicos. Talvez assim, se possa explicar o motivo de muitas das respostas terem sido, se não afirmativas, pelo menos explicativas, e somos levados a crer que por esse motivo, fornecidas por quem os interpelados consideraram ter capacidade para dar uma resposta convincente.

As justificações foram, muitas delas, bastante reveladoras de lacunas na formação arquivística de quem respondeu, sobretudo no que respeita aos arquivos contemporâneos. Uma, porque não foram técnicos superiores de arquivo a responder, outras, porque apesar de terem sido arquivistas a responder, demonstraram a estrita observância de regras já ultrapassadas ou, pelo menos, desactualizadas.

De um modo geral, a solicitude foi uma manifestação comum à maior parte das respostas e foi notória a necessidade de mostrar obra feita neste tema que relaciona oralidade e arquivos, sobretudo por parte dos detentores de cargos de maior responsabilidade nas autarquias. Recebeu-se informação de trabalhos de recolha em curso, na sua maior parte relacionados com as tradições das respectivas regiões concelhias, embora alguns projectos estejam também relacionados com a memória testemunhal primária. É o caso de

estudos sobre memórias de trabalho e acontecimentos vividos em períodos específicos como movimentos migratórios das populações em alturas de crise ou situações que, de alguma forma, não tenham sido registadas do ponto de vista das organizações envolvidas, mas haja interesse em que fiquem registados alguns aspectos dos acontecimentos que foram testemunhados.

3.5. Outros testemunhos - a palavra aos investigadores

O II Congresso Nacional de História Oral, organizado pelo núcleo do Museu da Pessoa em Portugal da Universidade do Minho decorreu na Casa das Artes em Arcos de Valdevez em 25 e 26 de Outubro de 2007. Os historiadores e demais investigadores presentes foram por nós interpelados no sentido de saber onde costumam arquivar os conjuntos de documentos orais que criam no decorrer dos seus trabalhos de investigação, após terminados os trabalhos.

Todos os investigadores presentes denunciaram surpresa nas suas reacções e as respostas foram, na generalidade, a confirmação de que não tinham onde guardar tal documentação. À excepção de uma investigadora da área da linguística que confirmou que todas as fontes utilizadas no seu trabalho de doutoramento seriam divulgadas em formato digital no sítio da universidade onde trabalha após terminado e defendido o trabalho, outros confessaram ficar com os documentos nas suas residências. Outros, ainda, simplesmente a crer pela expressão e pelo silêncio, revelaram nunca ter pensado nessa questão, não obstante o interesse despertado por ela no momento, que resultou em aceso e extenso debate.

No Seminário Internacional “Memória & Testemunhos Oraís” ocorrido em 22 e 23 de Novembro de 2007, foi possível interpelar da mesma forma os investigadores presentes, que, por norma, utilizam exclusivamente as fontes orais nos seus trabalhos de investigação. Entre eles encontravam-se historiadores, jornalistas, antropólogos e juristas. As respostas foram similares às dos investigadores interpelados no congresso de Arcos de Valdevez. Apesar de considerarem da maior importância o tratamento arquivístico desse tipo de documentação, levantaram outra questão que os preocupa, que tinha igualmente sido colocada por uma investigadora que apresentara um trabalho no *Congresso Nacional de História Oral* “Portugal Memória em Rede” e que diz respeito ao sigilo devido às fontes por eles recolhidas. A nosso ver, tal questão

só tem lugar por desconhecimento das regras do tratamento arquivístico e pelo facto de não associarem as dificuldades que por vezes têm no acesso às fontes escritas como estando relacionadas com deveres de sigilo; manifestariam, certamente, menos receios sobre a quebra desse dever do arquivista para com todos os documentos arquivados sem excepção.

Não existem razões para temer que documentos provenientes de recolhas orais devam estar sujeitos a tratamentos distintos de qualquer outro documento no que respeita ao sigilo devido e aos prazos a respeitar para a divulgação da informação neles contidos. É um receio infundado e uma questão que revela algum desconhecimento sobre arquivos e sobre o dever dos arquivistas e o sigilo a que estão obrigados. Outro aspecto que parece ser desconhecido dos investigadores que recolhem, organizam e utilizam fontes orais, é o de que, sendo eles a dar origem a uma organização documental possa ser considerada a sua entidade de investigador como entidade organizadora e portanto serem eles a ditar as regras do acesso a essa documentação. Isto para responder a outra questão colocada por alguns investigadores, que no Seminário Internacional referido, afirmaram considerarem ser os antropólogos, por exemplo, parte dessas fontes e documentos e deles indissociáveis, uma vez que, da sua interpretação particular resulta o documento. Um dos critérios para a divulgação dos documentos, para além dos consignados na lei, é o da autorização dos seus proprietários. Não há, pois, razões para que não se respeitem os princípios basilares da arquivística como o do respeito pela proveniência e ordem original.

No caso francês já referido, em todos os arquivos orais existentes de que falámos, as políticas de acesso à documentação são estabelecidas *a priori* através de convenções estabelecidas por cada testemunho.

Outros investigadores, por nós interpelados, manifestaram não ter preconceitos quanto à constituição de arquivos orais mostrando-se, aliás, conscientes da sua urgência, convictos e esperançados de que tal possa suceder brevemente. Lamentam, até, o facto de ainda não existirem, ou existirem tão poucos no nosso país.

No entanto, se se mantiver o desconhecimento da lei associado ao desconhecimento generalizado e a alguma desconfiança sobre arquivos em geral e orais em particular, manifestado pelos próprios investigadores, a maior

parte não abandonará os receios manifestados e pouco se poderá fazer quanto à preservação dos documentos tão caros a uns e de forma tão pouco científica negados a outros.

Afigura-se-nos, assim (ou pelo menos difundido publicamente), que não foi, por ninguém, ainda, seriamente pensado o espaço a atribuir aos arquivos orais no nosso país, assim como não se encontram incluídos nos *curricula* académicos dos cursos de especialização em arquivos, qualquer tipo de projecto ou programa para preparação de arquivistas para o tratamento da documentação oral. Parece-nos matéria de urgente abordagem pela política arquivística nacional atendendo a que existem condições técnicas para a sua execução e pelos responsáveis pelos *curricula* académicos dos cursos de ciências documentais.

CONCLUSÃO

A arquivística ocidental tem vindo a reflectir uma gradual consciência sobre a importância do que preservar como fonte, o que, por sua vez, reflecte as perspectivas dos diferentes povos perante a importância da memória e do conhecimento. Verifica-se que a consciência da importância dos arquivos orais foi surgindo de uma forma organizada no mundo ocidental onde os arquivos que sempre predominaram foram os de documentação escrita proveniente das organizações. A partir do momento em que um grande número de estudos que recorreram à oralidade foram sendo produzidos, sobretudo nas universidades americanas e inglesas, o mundo anglo-saxónico, que sempre se posicionou com um certo distanciamento vanguardista também nas questões relacionadas com a arquivística, terá sido dos primeiros a contribuir com a evolução dos estudos em antropologia social, entre outros, para a organização em arquivo, de fontes orais.

Não é fácil dissociar os poderes e as práticas arquivísticas, dado que, como já foi referido, arquiva e elimina quem manda. Assim, somos levados a concluir que, por exemplo, um regime totalitário apenas permite que investigadores acedam a documentação que reflita as suas boas convicções e ideias. Não é, portanto, o tipo de suporte da memória que modifica esta realidade. Em África, a história recitada através da tradição sempre cumpriu, entre outros, o papel da afirmação de legitimidades.

Parece verificar-se que, os países que utilizam a escrita como função organizadora central e que há mais tempo organizam arquivos orais, são também os países que há mais tempo vivem em democracia. Um dos exemplos é o de países do Novo Mundo, como Estados Unidos, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, entre outros, em que a independência foi conquistada com a participação dos colonizadores, nestes casos maioritariamente de tradição anglo saxónica. Tal também se verifica nos países da Europa que têm um histórico de actividades culturais e académicas ancestrais como é o caso da Inglaterra. Os países do Novo Mundo foram herdeiros desta cultura enraizada que partiu da Europa e foram influenciados pelos que sempre mantiveram uma actividade cultural e académica abrangente e enraizada.

Dos países do Novo Mundo que não foram herdeiros da tradição anglo-saxónica, destaca-se o Brasil, embora demonstre influências dos Estados

Unidos no que diz respeito à consciência já demonstrada quanto à importância dos arquivos orais, pelo menos no mundo académico.

Foi sobretudo nas universidades americanas, a par de outros organismos públicos e privados, nomeadamente nas universidades de Chicago e Columbia¹⁸⁹, herdeiras das inglesas, que o pioneirismo das fontes orais arquivadas se deu.

Em quase todos os países, sobretudo depois da II Grande Guerra, foram-se constituindo arquivos orais não apenas para preservar a memória de momentos traumáticos da história dos povos, como guerras e conflitos, mas também de realidades sociais, com as suas diferenças e semelhanças. Arquivaram-se as recolha de testemunhos, dada a necessidade do seu registo para investigações no futuro, sobretudo em ciências sociais mas não só.

A grande contribuição das culturas indígenas, autóctones, baseadas na memória oral, assim como as culturas e as memórias migrantes que maioritariamente constituíram estas sociedades, terão contribuído para perceber a importância desse tipo de preservação, o da memória não escrita. A grande diversidade que deu origem às sociedades do Novo Mundo terá contribuído para essa espécie de vanguardismo arquivístico em sociedades herdeiras da tradição da escrita, como se a tomada de consciência de novos métodos de estudo fosse igualmente acompanhada de novas formas de arquivamento desses mesmos materiais.

As actuais preocupações com os arquivos de oralidade também parecem reflectir algumas diferenças na forma como devem ser constituídos e reafirmam tradições arquivistas instaladas. Assim, enquanto na Europa, nomeadamente em França, a preocupação parece ser a da urgência em constituir arquivos com os testemunhos de antigos dirigentes e detentores de altos cargos políticos, ou a organização de arquivos com testemunhos de ex-detentores de cargos de topo em empresas importantes, nos Estados Unidos e Brasil, por exemplo, uma das preocupações é com o registo e arquivamento da memória de todos os colaboradores sem excepção, das organizações em geral, sendo um dos exemplos o caso dos arquivos orais da Smithsonian.

¹⁸⁹ <http://www.columbia.edu/cu/lweb/indiv/oral/>, acedido em 08-02-17.

Retomando a temática do poder relacionado com os arquivos, é óbvio que um elevado poder económico torna possível um acesso fácil a novas tecnologias colocando-as também ao serviço dos arquivos. A possibilidade de, em simultâneo, poder registar o discurso, os gestos e as expressões de um entrevistado num mesmo suporte, tornando possível ultrapassar problemas antigos de transcrição, permite um enorme avanço na actividade de recolha de fontes de oralidade. Os dados qualitativos de uma entrevista onde seja importante o tom de voz e as manifestações emocionais perante uma recordação, são alguns dos muitos elementos de difícil transcrição, sem referir aqueles que são relativos à conjuntura da entrevista como o local, a hora, o ruído, a disposição do entrevistado ou entrevistador, etc. A possibilidade de recolher o maior número de elementos num mesmo suporte é uma vantagem que depende igualmente dos meios e apoios orçamentais atribuídos pelos governos para a adopção de tais tecnologias e dado que são dispendiosas, confere, à partida, desigualdades entre estados reflectindo-se também nas suas capacidades arquivísticas supostamente proporcionais às suas capacidades económicas. Em Portugal, terá de ser feito um esforço para “acertar o passo” neste campo, o que implicará andar mais depressa que os que vão à frente, durante um largo período.

Em geral, a forma de encarar a importância em constituir arquivos orais preservando a memória não escrita não parecem ser diferentes da forma de encarar a importância dos arquivos em geral. Os diferentes dinamismos encontram-se nos povos, nos estados, nas diferentes tomadas de consciência, organização e iniciativas, inscritos no tempo estrutural e longo da cultura. Apesar da tendência para a uniformização na forma de agir no sentido de facilitar a globalização como, por exemplo, na aplicação e respeito pelas normas, a verdade é que não parece ser possível, ou sequer aconselhável, a uniformização na forma de pensar em termos globais, podendo tal facto explicar as diferentes sensibilidades perante um mesmo problema que, neste caso, tem igualmente uma dimensão estrutural e que é a das diferentes consciências da importância em trabalhar para a preservação da memória oral.

Em Portugal, oito para nove séculos de história e uma unidade cultural e nacional considerada estável e única, poderão parecer tradicionais desculpas para que se negligencie o papel das tradições como desnecessário cimento de

uma nacionalidade, como sucedeu com a Finlândia. Foram já muitos, os estudiosos portugueses e estrangeiros que se dedicaram ao estudo das nossas tradições. Desde o século XIX, com José Leite de Vasconcelos como já referido a propósito da *Revista Lusitana* e como também referiu a propósito de Miguel Giacometti, João David Pinto-Correia na sua intervenção sobre literatura oral em 2001 numa comunicação na Universidade de Évora¹⁹⁰ ou na sua obra sobre o romanceiro da tradição oral portuguesa¹⁹¹.

Verificou-se neste estudo, que no nosso país, são os trabalhos sobre tradições orais que maioritariamente têm mobilizado as autarquias que, principalmente através das suas bibliotecas municipais, desempenham uma função editorial e de divulgação das culturas regionais e locais. Há notícias de documentos arquivados provenientes de recolhas orais reveladas no presente trabalho, referências a trabalhos em curso, documentos dispersos provenientes de terceiros a que foi atribuído um espaço na orgânica documental e de iniciativas privadas tidas como sem enquadramento. A maior parte da documentação proveniente dos referidos trabalhos de recolha, sobretudo de tradições, que estão na origem das publicações referidas, não se encontra arquivada nos arquivos municipais, nas autarquias que editaram as publicações, nem os responsáveis pelos arquivos das autarquias parecem conhecer o seu paradeiro. Sugeriram contactos com associações e organizações, na sua maioria privadas, no sentido de poder, eventualmente, encontrar este tipo de documentos.

A necessidade de que criem espaços para o arquivamento de fontes orais talvez comece a sentir-se em Portugal a partir da organização no nosso país de encontros de investigadores que trabalham exclusivamente com estas fontes, como foi o caso do *I Congresso Internacional de História Oral* organizado pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e teve lugar em finais Outubro de 2006. Embora não se tivesse debatido o tema dos arquivos orais, foi debatida a problemática das fontes. Tal questão foi por nós

¹⁹⁰ Cf. João David Pinto-Correia, "Tradição, «cultura de massa» e novos contextos culturais: desaparecimento ou persistência da literatura oral tradicional?", *op. cit.*
http://www.eventos.uevora.pt/comparada/VolumelI/TRADICAO_CULTURA%20DE%20MASSA%20E%20NOVOS%20CONTEXTOS%20CULTURAIIS.pdf, acedido em 08-04-05.

¹⁹¹ Cf. João David Pinto-Correia, *Romanceiro Oral da Tradição Portuguesa. Apresentação crítica, antologia e sugestões para análise literária*, *op. cit.* pp. 32, 69.

expressamente colocada no *II Congresso Nacional de História Oral* organizado pelo núcleo em Portugal do Museu da Pessoa e que teve lugar em finais de Outubro de 2007, assim como no *Seminário Internacional Memória & Testemunhos Oraís* que foi organizado e decorreu na Fundação Mário Soares no final de Novembro de 2007. É de ter esperança de que Portugal não irá permanecer na cauda dos países que consideram a constituição de arquivos orais como uma prioridade, dado que os investigadores são os que mais prejudicados se sentem. A ideia de criar centros de história oral nos departamentos de História das faculdades de letras das universidades para que os documentos orais comecem a ser arquivados, deveria ser um dos primeiros passos e um exemplo para que, posteriormente, arquivos públicos, empresas e instituições-arquivo em geral, comecem a receber e tratar arquivisticamente os documentos provenientes de recolhas orais. Formação específica deve ser igualmente introduzida nos *curricula* de todos os cursos de ciências documentais, sobretudo nas variantes de arquivo.

Comparando com França, onde ainda se debatem supostos vazios legislativos em relação aos arquivos orais, não deixando por isso de se trabalhar na sua constituição, a legislação portuguesa parece ser suficiente¹⁹². A lei que define o conceito de património arquivístico também estabelece as prioridades culturais quanto à prioridade de arquivamento. Em caso de dúvidas, e no caso específico das autarquias, o seu regulamento arquivístico estabelece com precisão um determinado grau de autonomia dos responsáveis pelos serviços das autarquias e dos seus arquivos para receber avaliar e arquivar documentos entregues à sua guarda¹⁹³.

A pesquisa deste trabalho levou-nos até ao universo das autarquias e dos seus arquivos que prestam serviço público nas diversas regiões do país, e, porque cada autarquia pode estabelecer regras próprias no acesso e uso dos documentos que custodia, deu-nos uma panorâmica das mesmas. A obrigação de um arquivo público é, pois, prestar serviço público aos cidadãos dentro da lei e das normas.

¹⁹² *Conseil Economique et Social les "archives orales" rôle et statut*
<http://www.ces.fr/rapport/notsyn/synthese12.asp?sy=SY001310>, acedido em 08-04-07.

¹⁹³ Portaria 412 de 17 de Abril de 2001, *Diário da República* - I Série B; anexo 4.

A surpresa perante a questão levantada neste trabalho foi largamente manifestada apesar da colaboração prestada na maior parte das respostas. Se considerarmos que uma grande parte dos questionados (presidentes de câmara e arquivistas) remeteram a pergunta deste trabalho a outrem dentro da autarquia, podemos concluir que não só não responderam de forma directa, mas para que a pergunta não ficasse sem resposta, fizeram-no indirectamente. Algumas respostas revelaram tanto a presença como a ausência de conhecimentos de arquivística, dado que, muitas delas, ou não continham qualquer tipo de informação sobre tais conhecimentos ou revelavam através de algumas afirmações, poucos, ou mesmo nenhuns conhecimentos nessa área. Verificou-se também algum desinteresse em relação à temática apesar da resposta; tal pode verificar-se através dos formais laconismos de algumas respostas que nada acrescentaram a simples “sim” ou “não”, cumprindo o que sentiram ser a formal obrigação de responder, não deixando, portanto, de colaborar.

A par do recurso às fontes orais e da sua consideração como primordiais para muitos trabalhos de investigação, podemos concluir que continuam a ser negligenciadas as suas formas de tratamento arquivístico. Tal é evidente quando interpelamos os autores dessas recolhas que, acima de tudo expressam, na sua maioria, uma desmedida desconfiança no trabalho dos arquivistas quando se perspectiva pôr em prática projectos de arquivamento das fontes orais por eles recolhidas. Embora a produção de documentos com proveniência na oralidade deva ser encarada como qualquer outro tipo de documentação (salvaguardando as suas especificidades) e deva, como tal, ser tratada, arquivada e posta ao dispor de quem precise utilizá-la, tal não parece vir a suceder tão cedo no nosso país, pois nem sequer parece ter sido pensado. Sonegar tal informação a quem investiga com dados provenientes da oralidade é o mesmo que fechar os arquivos a todos os investigadores que sempre recorreram aos arquivos de documentação em suportes tradicionais. Os investigadores que agora produzem documentação oral (e muitos deles parecem não confiar no trabalho dos arquivistas) começaram, certamente, por investigar em arquivos tradicionais, pelo menos durante a sua formação.

A aparente ignorância sobre a disciplina da “arquivística-oral” manifestada nas próprias instituições que custodiam arquivos tradicionais leva-

nos a não estranhar tal atitude por parte da maior parte dos investigadores que utilizam fontes orais enquanto produtores das mesmas. Isso foi revelado, quando foram interpelados directamente sobre a questão e afirmaram não ter onde depositar os materiais. Afirmaram alguns deles não sentir confiança sobre o respeito ao sigilo que algumas fontes lhes merecem, para que depositem tais recolhas. Tal argumentação não deixa de fazer sentido, dado que, em Portugal, os próprios arquivistas se mostram surpresos e pouco conscientes do trabalho a fazer quanto ao tratamento de fontes provenientes de recolhas orais. Florence Descamps refere que, em França assim como nos Estados Unidos, entre a investigação em história oral e a organização de arquivos orais, houve um período de maturação de uma nova ideia de arquivo, o arquivo oral, apesar da real existência da documentação oral¹⁹⁴.

O levantamento efectuado com a pergunta deste trabalho possibilitou ter uma ideia do reduzido número de arquivos e instituições municipais que consideram custodiar documentos provenientes de recolhas orais sendo igualmente possível verificar, através de alguma análise qualitativa, os tipos de interesse sobre a temática e qual o grau da tomada de consciência de quem decide sobre os arquivos públicos regionais e sobre a constituição de arquivos orais, sejam eles de testemunhos ou de tradições, dada a situação de proximidade com as populações, privilégio das autarquias e instituições locais e regionais.

No *Seminário Internacional Memória & Testemunhos Oraís* que decorreu em 22 e 23 de Novembro, foi apresentado o projecto de arquivo oral da Fundação Mário Soares, neste caso de consulta electrónica. Foi, sobretudo, a demonstração da aplicação das técnicas da ciência informática aos arquivos, neste caso de documentos já existentes e arquivados na Fundação Mário Soares e maioritariamente provenientes de recolhas orais, com o objectivo da sua consulta electrónica e digital.

Deste modo, pode concluir-se com os dados obtidos junto dos arquivos municipais e distritais, associados às informações testemunhais obtidas junto de investigadores que trabalham quase exclusivamente com dados da

¹⁹⁴ Florence Descamps, *op. cit.*, pp. 151-166.

oralidade, que a maior parte da já abundante documentação oral recolhida não se encontra tratada, nem disponível.

Podemos também afirmar que não encontramos, por parte dos arquivos distritais e municipais, uma consciência arquivística no que respeita ao arquivamento das fontes utilizadas em trabalhos de investigação que utilizaram maioritariamente fontes orais. Tal não torna expectável que existam, num futuro próximo, estruturas consistentes e confiáveis no que diz respeito a este tipo de tratamento documental. Podemos considerar o nosso país mergulhado num profundo atraso no que diz respeito aos arquivos orais, comparando com o seu empreendedorismo noutros campos.

A obra e o percurso de Florence Descamps, assim como antes dela, os de Guy Thuillier nos anos setenta, e de Dominique Aron-Schnapper nos anos oitenta¹⁹⁵, testemunharam as dificuldades de quem lutou pela implementação dos arquivos orais em França e da sua admissão na política arquivística nacional. Observar o seu percurso e o das instituições no que respeita à luta pela consideração desta tipologia documental na política arquivística em França pode dar-nos uma ideia do que Portugal tem ainda de evoluir e as atitudes que terão os decisores de tomar, para que no futuro seja salvaguardada a investigação no futuro. Mas tem de haver quem lute por tal objectivo a começar pelos arquivistas conscientes e os investigadores temerários. O que se verificou em França demonstra o empenho que é necessário para que todos possam compreender e beneficiar de uma tal evolução.

Que o conhecimento e a liberdade nunca se dissociem nem deixem de permanecer no topo da hierarquia de valores do homem como os únicos caminhos para a dignidade humana.

¹⁹⁵ Florence Descamps, *op. cit.*, “Préface”, pp. IX-XVIII.

FONTES E BIBLIOGRAFIA¹⁹⁶

AAVV

Diccionário de Terminologia Arquivística, Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993.

AAVV

Poesia Popular na voz dos mais idosos. A tradição oral no concelho de Castro Daire, Castro Daire, Câmara Municipal de Castro Daire, 2002.

AAVV

Tarrafal-Testemunhos, Lisboa, Ed. Caminho, 1978.

Actes du seminaire regional sur le traitement archivistique des traditions orales, Libreville (Gabon), 11/12 Septembre 1989.

ADRIANO, Carlos

“A longevidade dos códigos”, *Trópico*, [Em linha], [s.d.], [Acedido em 4 Dez. 2007]. Disponível em:
<http://pphp.uol.com.br/tropico/html/textos/2423,1.shl>

ALBERTI, Verena

Ouvir contar, Rio de Janeiro, Fundação Gertúlio Vargas, 2004.

APARÍCIO, Alexandra, CRUZ E SILVA, Rosa

“O fundo documental sobre o tráfico de escravos e escravatura no Arquivo Histórico Nacional”, *Fontes & Estudos*, n.º 3, Novembro, 1996, pp. 141-151.

Archives and Manuscripts - the Journal of the Australian Society of Archives, vol 27, nº 2, November, 1999, p. 86.

Associação de Municípios das Terras de Santa Maria, ed.

“Zás-Trás-Pás, eis os contos que livro traz”, *Velhas Palavras Novas Leituras*, vol I, Santa Maria da Feira, 2006.

“Contos Tradicionais da Região do Entre Douro e Vouga”, *Velhas Palavras Novas Leituras*, vol I, CD, Santa Maria da Feira, 2006.

“Poesia Popular e melodias da Região do Entre Douro e Vouga”, *Velhas Palavras Novas Leituras*, vol I, livro, CD e DVD, Santa Maria da Feira, 2006.

BARTHES, Roland; MARTY, Eric,

“Oral/Escrito”, *Enciclopédia Einaudi*, vol.11, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 32-57.

¹⁹⁶ As fontes para este trabalho encontram-se salvaguardadas e foram sistematicamente transcritas nos anexos 3 e 4.

BASÍLIO, Cristina

Revista Lusitana, arquivo nacional do Romanceiro, Dissertação de Mestrado em Estudos Anglo-Portugueses apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, texto policopiado, Lisboa, 1994.

BEIRA, Eduardo

Memórias das Tecnologias e dos sistemas de Informação, [Em linha]. [s.d.], [Acedido em 4 Dez. 2007]. Disponível em: <http://www3.dsi.uminho.pt/memtsi/livros/prefacio.pdf>

BERGUA, Juan B., trad.

La gran epopeya nacional finlandesa, por primera vez vertida al castellano, Madrid, Clásicos Bergua, c) 1967.

BRAND, António, coord.

Memória e História como elementos fundamentais na formação dos professores indígenas kaiowa e guarani, [Em linha], [s.d.], [Acedido em 4 Dez. 2007]. Disponível em: http://www.staff.uni-mainz.de/lustig/guarani/estudios/memoria_kaiowa.htm

BRITO, Joaquim Pais

A aldeia, as casas: organização comunitária e reprodução social numa aldeia transmontana (Rio de Onor), Dissertação para tese de doutoramento em Antropologia Social, 2 vol., vol.I, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), Lisboa, 1989.

_____, coord.

"Tradições", in *Portugal Moderno*, Lisboa, ed. Pomo, imp. 1993.

BULHOSA, Manuel Nascimento Vasquez

Um século de toureiro equestre em Portugal, Lisboa, Gráfica Manuel Barbosa & Filhos, 1996.

CÂMARA MUNICIPAL DE GONDOMAR

Os rostos dos presidentes, 1932-1974, Gondomar, Pelouro da Cultura, Arquivo Municipal, 2006.

CARVALHO, Abílio Pereira de

Lendas de Cá. Coisas do Além, Castro Daire, edição de autor, 2004.

Castro Daire. Indústria, Técnica e Cultura, Castro Daire, Câmara Municipal de Castro Daire, 1995.

CITRON, Susanne,

Ensinar a História hoje, a memória perdida e reencontrada, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

COELHO, Carla

Um Repositório Digital para Universidade do Porto, Relatório preliminar, [Em linha], [s.d.], [Acedido em 7 de Setembro de 2007]. Disponível em: http://sigarra.up.pt/up_uk/WEB_GESSI_DOCS.download_file?p_name=F1368788598/repositorio-vpreliminar.pdf

COELHO, João Paulo Borges

"O início da luta armada em Tete, 1968-1969: A Primeira fase da guerra e a reacção colonial", *série estudos*, Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique, 1989. pp. 137-140.

CONNERTON, Paul,

Como as sociedades recordam, 2ª ed., Oeiras, Celta Editora, 1999.

COOPER, Barbara M.

"Oral sources and the challenge of African history", in *Writing African History*, Rochester, University of Rochester Press, 2005. pp. 191-216.

CORDELL, Dennis D.

"Section introduction oral tradition: classic questions" in *Sources and methods in African Story: spoken, written, unearthed*, Austin, University of Rochester Press, 1st ed. 2003. pp. 239-248.

CORREIA, Francisco

Inventário do Arquivo Histórico de Benavente, Benavente, Câmara Municipal de Benavente, 2000.

Subsídios para a História Benaventina do Século XVI. (Sumários de um livro de Actas da Câmara de 1559 a 1564), Santarém, Câmara Municipal de Benavente, 1995.

CUNHA, Luis Manuel de Jesus,

Entre espaço e Representação. Comunidade e Memória Social, Dissertação de Doutoramento, Universidade do Minho, Fevereiro, 2003.

D'AZEVEDO, Alvaro Rodrigues

Benavente. Estudo Histórico-descritivo, obra póstuma continuada e editada por Ruy d'Azevedo, Lisboa, 1926, Câmara Municipal de Benavente, reed., Almeirim, 1981.

DESCAMPS, Florence

L'Historien, l'archiviste e le magnétophone. De la constitution de source orale à son exploitation, 2ª ed., préface de François MONNIER, avant-propos de Dominique SCHNAPPER, Comité pour l'histoire économique et financière de la France, Paris, 2005.

DUARTE, José Lucas Baptista, coordenação, textos livres e anotações

Antologia I, textos escolhidos sobre Manteigas e Sameiro, contributo para uma monografia, História-Tradição-Etnografia, [Manteigas], [Câmara Municipal de Manteigas], 1985.

DUCHEIN, Michel

"O papel da arquivologia na sociedade de hoje" *conferência organizada pela Associação Arquivistas Brasileiros (AAB), 31 Agosto 1978, Boletim*, [Em linha], Ano 15, nº 1, Jan-Jun 2006. [Acedido em 7 Set. 2007]. Disponível em: <http://www.aab.org.br/download/boletimjanjun06.pdf>

DUNAWAY, David K.

"The interdisciplinarity of Oral History" in David K. Dunaway, Willa K. Baum, ed., *Oral History an Interdisciplinary Anthology*, Second Edition, Walnut Creek, Altamira Press, 1996. pp. 7-23.

ESCARDUÇA, Carla Sofia Caneiro

"Romanceiro" in *E-Dicionário de Termos Literários*, [s.l.], Carlos Ceia, 2005 c), [Em linha], [Acedido em 4 Maio 2008]. Disponível em <http://www.fcsh.unl.pt/edtl/verbetes/R/romanceiro.htm>

FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (organizadoras)

Uso & abusos da história oral, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1995.

FONSECA, Luis

"Tradição Oral recolhida por equipa municipal", *Jornal de Notícias*, 16 Jan 2006. p. 28.

FREIRE, Dulce

"Arquivar a memória do colonialismo e da independência", *História*, 3ª Série, nº1, [s.n., s.l.], Abril, 1998, pp. 68-73.

— "A extinção do IPA: um «erro trágico»", *História*, Ano VII, Nova Série, nº7, Abril, 1995, pp. 12-15.

FREIRE, José R. Bessa,

O ensino da Etnohistória, [Em linha], [s.d.], [Acedido em 5 Fev. 2007]. Disponível em <http://paginas.terra.com.br/educacao/Ludimila/proen.htm>

Fundação Mário Soares, Instituto de História Contemporânea/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, org.

"Textos de apoio", *Seminário Internacional Memória & Testemunhos Oraís, Lisboa, 22 e 23 de Novembro de 2007*, 2007.

GILES-VERNICK, Tamara

"Lives, Histories, and Sites of Recollection", in *African Words, African Voices, Critical Practices in Oral History*, Bloomington, Indiana University Press, 2001.

GOODY, Jack

A Lógica da Escrita e a organização da Sociedade, Lisboa, Edições 70, c) 1986.

-
- Domesticação do pensamento selvagem, Lisboa, Editorial Presença, 1988.
- HEINTZE, Beatrix
 "Written Sources, Oral Traditions and Oral Traditions As Written Sources. The Steep and thorny way to Early Angolan History", *Paideuma*, 33, 1987, pp. 263-287.
- HENIGE, David
Oral Historiography, London, Longman, 1982.
-
- "Oral tradition as a means of reconstructing the past" in *Writing African History*, Rochester, University of Rochester Press, 2005, pp. 169-189.
- HENRIQUES, Isabel Castro
 "Tempos africanos, leituras europeias. Tentativa de sistematização". *Actas do Seminário Encontro de Povos e culturas em Angola, Luanda, 3 a 6 de Abril, 1995*, [s.l.], Comissão nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 1997, pp. 481-499.
- HENRY, Carol, ed.
 "A reader in preservation and conservation", *IFLA Publication*, 91, Munique, K.G.Saur, 2000, pp. 78-85.
- HORTA, José da Silva,
A "Guiné do Cabo Verde" produção textual e representações (1578-1684), Dissertação de Doutoramento em História da Expansão Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, texto policopiado, Lisboa, Outubro de 2002.
-
- "A Representação do Africano na Literatura de Viagens, do Senegal à Serra Leoa (1453-1508)", *Mare Liberum*, nº 2, 1991, pp. 209-339.
-
- "As tradições orais Wolof de transmissão cabo-verdiana: a memória de *Buumi Jeleen* e dos *Njaay* na ilha de Santiago (Séculos XV-XVIII)", in *Mélanges en Hommage à Jean Boulègue*, Paris, (no prelo).
-
- "Evidence for a Luso-African Identity in «Portuguese» Accounts on Guinea of Cape Verde (Sixteen-Seventeenth Centuries)", *History in Africa. A Journal of Method*, vol. 27, 2000, pp. 99-130.
- IBRAHIM, Abdullahi, A.
 "The Birth of the interview", in *African Words, African Voices, Critical Practices in Oral History*, Bloomington, Indiana University Press, 2001, pp. 103-124.

- INSTITUTO FERNANDO HENRIQUES CARDOSO (IFHC), ed,
"Notas sobre uma experiência-o arquivo & Biblioteca da Fundação Mário Soares", trabalho para seminário *Documentos privados de Titulares de Cargos Públicos: um debate sobre jurisdição arquivística*, São Paulo, 24 Novembro de 2004.
- JARDIM, José Maria
"A invenção da memória nos arquivos públicos", *Ciência da Informação*, vol.25, n.º 2, [s.l.; s.n.], 1995. pp. 1-13.
- JESUS, Regina,
"A tradição oral africana como possibilidade de compreender a complexidade do cotidiano escolar", *A Página*, [Em linha], nº 145, ano 14, Maio 2005.
[Acedido em 30 Jan. 2007]. Disponível em:
<http://www.apagina.pt/arquivo/Artigo.asp?ID=3855>
- JÚNIOR, Joaquim Alberto Iria,
Arquivística e História, (contribuição de Júlio Dantas), Lisboa, Academia Portuguesa da História, [s.l.; s.d.],1965.
- KI-ZERBO, Joseph
História da África Negra, vol. I, 3ª ed. revista pelo autor, Publicações Europa-América, Mem-Martins, 1999.
- L'Archiviste*, (publicação periódica dos arquivos nacionais do Canadá)
"Voices in the shadows", vol. 20, nº1, (número dedicado aos indígenas), [s.l., s.n.], 1993.
- LE GOFF, Jacques
"Documento/Monumento", in *Enciclopédia Einaudi*, vol I Memória-História, c) Lisboa, IN-CM,1997, pp.94-105.
- LEH Almut,
"Problems of archiving oral history interviews. The example of the Archive German Memories", *Forum Qualitative Social Research*, vol.1, n.º 3, Dec. 2000.
- LIMA, A. C. Pires
As Invasões francesas na tradição oral e escrita,.Separata da *Revista Lusitana*, – Vol. XXIII, Porto, Tipografia Sequeira, Lda., 1922.
- MADUREIRA, Luis Nuno, coord.
História do Trabalho e das Ocupações – A indústria Têxtil, 2 vol., vol I; Oeiras, Celta Editora, 2001.
- MBAYE, Saliou
"Les Archives en Afrique de l'Ouest: un patrimoine en mutation", *Conférences de l'école des chartes*, Mardi, 24 Février 2004, [Em linha], [s.d.], [Acedido em 4 Dez. 2007]. Disponível em:
<http://elec.enc.sorbonne.fr/document10.html>

- MCLLWAINE, John, WHIFFRIN, Jean, (ed)
 “Collecting and safeguarding the oral traditions: an international conference”, *IFLA Publications 95*, Khon Kaen, Thailand, 16-19 August 1999 organized as a Satellite Meeting of the 65th *IFLA General conference held in Bangkok, Thailand, 1999*, Munique, K.G. Saur, 2001.
- MELRO, Luisa, org. e coord.
Zona do Pinhal, tradições e Cultura Popular, Direcção Geral de Educação de Adultos, Coordenação Distrital de Castelo Branco, colaboração da Câmara Municipal da Sertã, [s.l.; s.n.], 1984.
- MONIOT, Henri
As civilizações da África, [s.l.], Lello & Irmão, c) 1987.
- “A história dos povos sem história”, in *Fazer História*, 2^a ed., Venda Nova, Bertrand editora, 1987. pp. 129-147.
- MONTEIRO, Emília Teixeira
 “Linguagem popular no século XIX no Marco de Canaveses”, *Jornadas de Estudo de Marco de Canaveses*, [s.l.; s.n.; s.d.], pp. 151-167.
- MONTEIRO, J. Gonçalves
São João da Pesqueira. (Monografia do Concelho), [s.l.], Câmara Municipal de S. João da Pesqueira, 1993, pp.235-255.
- MOSS, William W.; MAZIKANA, Peter C.
Los Archivos, la historia y la tradición orales: un studio RAMP, Programa General de Información y UNISIST, Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia e la Cultura, Paris, 1986.
- MUNDET, José Ramon Cruz,
Manual de Archivística, Madrid, Fundación Germán Sánchez Ruipérez, Piramide, 1994.
- Museu da Música Portuguesa - Casa Verdades de Faria, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, [s.d.], [Em linha]. Disponível em: <http://www.cm-cascais.pt/cascais/Print.aspx?guid=%7BDC36331D-0ABD-4ECA-AF37-2A89BC8649EA%7D>
- MWEMBU, Donatien Dibwe Dia,
 “History and memory”, in *Writing African History*, Rochester, University of Rochester Press, 2005, pp. 439-464.
- NEVES, Francisco Correia das,
Cancioneiro Popular do Concelho de Oliveira do Hospital, Oliveira do Hospital, Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 2005.

NGOU-MVÉ, Nicolás

"África e os africanos nos arquivos Ibéricos: proposta de uma abordagem triangular", *Comunicação apresentada na reunião de peritos sobre arquivos Ibéricos do tráfico de escravos, Alcalá de Henares, 4-5 Outubro de 1995, Fontes & Estudos*, nº 2, Luanda, Novembro 1995, pp. 69-73.

NUNES, José Horta

Leitura de arquivo: historicidade e compreensão, [s.l.], Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", [s.d.].

OKIHIRO, Gary Y.

"Oral History and the Writing of Ethnic History" in *Oral History an Interdisciplinary Anthology*, edited by David K. Dunaway; Willa K. Baum, Second Edition, Walnut Creek, Altamira Press, 1996. pp. 199-214.

PHILIPS, John Edward, ed.

Writing African History, Rochester, University of Rochester Press, 2005.

PINTO, Carla Alferes

"História de África: fontes e arquivos", *História*, Maio 1998, pp.68-73.

PINTO-CORREIA, João David,

Os romances Carolíngios da tradição Oral Portuguesa, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1994.

Romanceiro Oral da Tradição Portuguesa. Apresentação crítica, antologia e sugestões para análise literária, Lisboa, Edições Duarte Reis, 2003.

"Tradição, «cultura de de massa» e novos contextos culturais: desaparecimento ou persistência da literatura oral tradicional?", *IV Congresso Internacional da associação Portuguesa de Literatura Comparada, Universidade de Évora, Maio 2001*, [Em linha], [Acedido em 4 Maio 2008]. Disponível em:

http://www.eventos.uevora.pt/comparada/VolumelI/TRADICAO_CULTURA%20DE%20MASSA%20E%20NOVOS%20CONTEXTOS%20CULTURAIIS.pdf

"José Leite deVascocellos e *Revista Lusitana*: seu contributo para a recolha e estudo da literatura popular/literatura oral tradicionalportuguesa" *Tarouca a Cister, homenagem a Leite de Vasconcelos, Actas-Novembro 2006*, Tarouca, 2006, pp. 73-85.

PÔRTO, António Francisco da Silva,

"Viagens e apontamentos de um portuense em África" – *excertos do Diário de António Francisco da Silva Pôrto*, Divisão de Publicações da Biblioteca. Publicação autorizada por despacho de Sua excelência o Ministro das Colónias, de 14 de Maio de 1942.

Revista Lusitana,

Arquivo de estudos philologicos e ethnologicos relativos a Portugal, nºs. 1-40, publicado com a collaboração dos especialistas portugueses e a de alguns estrangeiros por J. Leite de Vasconcellos.

Revista Lusitana, Nova Série,

Arquivo de Estudos Filológicos e Etnológicos relativos a Portugal. nºs. 1-10, [Em linha], Lisboa, Centro de Tradições Populares Portuguesas Professor Manuel Viegas Guerreiro da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, [Acedido em 4 Maio 2008]. Disponível em: <http://www.fl.ul.pt/unidades/centros/ctp/index.htm>

RIBEIRO, Cândida Fernanda Antunes

O acesso à informação nos Arquivos, Dissertação de Doutoramento em Arquivística, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Partes I e II, Porto 1998.

RIBEIRO, Fernanda

“Da arquivística técnica à arquivística científica: a mudança de paradigma”, *Ciências e técnicas do património*, [Em linha], Porto, 1ª Série, vol.1, 2002, pp. 98-110., [Acedido em 4 Dez. 2007]. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo3511.pdf>

ROBINEAUX, Lucien

“Les témoignages oraux comme archives de substitution: le cas de l'affaire de Suez en 1956”, *Actes du Colloque Les guerres du XXe Siècle a travers les Tèmoiagnages oraux, Nice, 14 e 15 Décembre 1990*, 1992, [Em linha], [Acedido em 4 Dez. 2007]. Disponível em: http://war.megabaze.com/page_html/103b-Parley%20of%20Nice-1990

ROSAS, Fernando

“Política de Arquivos: crime sem castigo”, *História*, Nova Série, nº 7, [s.n., s.l.], Abril, 1995, pp. 4-11.

SANTOS, António César de Almeida,

Fontes Oraís: Testemunhos, trajectórias de vida e História, Paraná, Universidade Federal do Paraná, [s.d.].

SWAIN, Ellen D.

“Oral History in the Archives. Its Documentary Role in the Twenty First Century”, *The American Archivist*, vol. 66, n.º 1 Spring/Summer/2003, [s.n., s.l.] pp. 139-158.

SANTOS, Maria Emília Madeira

“A Apropriação da escrita pelos africanos”, *Actas do Seminário Encontro de Povos e culturas em Angola, Luanda, 3 a 6 de Abril, 1995*, [s.l.], Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, pp. 353-359.

SANTOS, Maria Emília Madeira

“Viagens do editor pelo diário de Silva Porto”, *Fontes & Estudos*, Luanda, [s.n.], Novembro, 1995, pp. 75-79.

SERRÃO, Joel, coord; LEAL, Silva Maria José, dir.; PEREIRA, Miriam Halpern, dir. MATOS, Ana, Maria Cardoso, colaboração; HENRIQUES, Maria de Lurdes Nunes, colaboração

Roteiro das Fontes da História Portuguesa Contemporânea, Arquivo Nacional da Torre do Tombo I, II – Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984.

SETON, Martha Lund Smalley Rosemary, compil.

Resgatando a memória da nossa gente, New Haven, c) International Association for Mission Studies, 2003.

TAVARES, Ana Paula; SANTOS, Catarina Madeira, ed.

Africae Monumenta; A Apropriação da Escrita pelos Africanos; vol I, Arquivo Caculo a Cahenda, Lisboa, IICT, CEHCA, 2002.

THOMPSON, Paul

The voice of the past. Oral History, Oxford, Oxford University Press, c) 1988.

TOURNIER-BONAZZI, Chantal de

“Les témoignages oraux aux Archives de France: collecte, inventaire, conservation”, *Actes du Colloque Les guerres du XXe Siècle a travers les Témoignages oraux, Nice, 14 e 15 Décembre 1990*, [Em linha], 1992. [Acedido em 4 Dez. 2007]. Disponível em: http://war.megabaze.com/page_html/103b-Parley%20of%20Nice-1990

VANSINA, Jan

“Oral tradition and Historical Methodology”, in *Oral History an Interdisciplinary Anthology*, Second Edition, Walnut Creek, Altamira Press, c) 1996.

Oral tradition. a Study in Historical Methodology, London, Aldine Transaction Publishers, c) 2006.

VAUGHAN, Megan

“Reported Speech and Other Kinds of Testimony” in *African Words, African Voices, Critical Practices in Oral History*, Bloomington, Indiana University Press, 2001.

VIDIGAL, Luis

“A memória oral”, *Cadernos do Projecto Museológico*, n.º 72, Santarém, Escola Superior de Educação de Santarém, 2000.

Os testemunhos orais na escola-História oral e projectos pedagógicos, Lisboa, Edições ASA, 1996.

VIEIRA, António Bracinha

“O Homem como Património”, [entrevista realizada por Miguel Peixoto e Ângela Luzia], *Arquivos da Memória*, nº 2, Primavera-Verão, Lisboa, Edições Colibri, 1997. pp. 69-79.

WEISE, Constanze

“Kingship and the mediators of the Past: oral tradition and ritual performance in nupeland, Nigeria”, *Sources and methods in African Story: spoken, written, unearthed*, Austin, University of Rochester Press, 1st ed. 2003, pp. 268-294.

WHITE, Luise

“True Stories, Narrative, event, History and blood in the Lake Victoria Basin”, in *African Words, African Voices, Critical Practices in Oral History*, Bloomington, Indiana University Press, 2001, pp. 281-304.

WEBB Collin

“Safeguarding oral heritage in Australia”, in HENRY, Carol, ed., *A reader in preservation and conservation, IFLA Publications 91*, München, K.G. Saur, 2000. pp. 79-85.

REFERÊNCIAS ELECTRÓNICAS

Ambleside Oral History Archive, [Em linha], [Acedido em 5 Dez. 2007]. Disponível em: <http://www.aohg.org.uk/>

Associação de Municípios das Terras de Santa Maria (AMTSM), [Em linha], [Acedido em 5 Dez. 2007]. Disponível em: www.bibliotecasvivas.org

Associação Nacional de Municípios Portugueses (A.N.M.P.), [Em linha], [Acedido em 5 Dez. 2007]. Disponível em: <http://www.anmp.pt/munp/mun/mun101w2.php?dis=01>

Archivio audiovisivo del movimento operaio e democratico, [Em linha], [Acedido em 5 Dez. 2007]. Disponível em: <http://www.aamod.it/>

Arquivo Distrital de Vila Real, Legislação, [Em linha], [Acedido em 4 Dez. 2007]. Disponível em: <http://www.advrl.org.pt/legislacao/index.php>

The Art Institute of Chicago, *Chicago Architects Oral History Project*, [Em linha], [Acedido em 5 Dez. 2007]. Disponível em: <http://www.artic.edu/aic/libraries/caohp/>

Asociación Internacional de Historia Oral, [Em linha], [Acedido em 14 Fev. 2008]. Disponível em: <http://www.ioha.fgv.br/ioha/spanish/otrossitios.html>

Association des Archivistes Français, [Em linha], [Acedido em 5 Dez. 2007]. Disponível em: <http://www.archivistes.org/IMG/Art91.pdf>
http://www.archivistes.org/article.php3?id_article=56#sommaire

Association française des détenteurs de documents audiovisuels et sonores, *L'historien, le sociologue et les récits de vies. Archives orales: usages et problèmes*, [Em linha], [Acedido em 5 Dez. 2007]. Disponível em: <http://afas.imageson.org/document1044.html>

Asociación Internacional de Historia Oral, [Em linha], [Acedido em 5 Dez. 2007]. Disponível em: <http://www.ioha.fgv.br/ioha/spanish/otrossitios.html>

The basque museum and cultural center, *Basque Oral History Project*, [Em linha], [Acedido em 5 Dez. 2007]. Disponível em: <http://www.basquemuseum.com/oralhistory/>

Baião *on line*, Cancioneiro Popular de Baião, [Em linha], [Acedido em 17 Maio 2008]. Disponível em: http://www.geocities.com/baiao_on_line/hcancio.htm

Bibliothèque de Documentation Internationale Contemporaine, org, *Ingénierie patrimoniale et historique. Ingénierie des archives orales*, [Em linha], [Acedido em 4 Dez. 2007]. Disponível em: http://www.bdic.fr/page.php3?id_page=282

The British Library, [Em linha], [Acedido em 4 Dez. 2007]. Disponível em: <http://www.bl.uk/collections/sound-archive/nlsc.html>

The British Library, *Oral History Collections*, [Em linha], [Acedido em 4 Dez. 2007]. Disponível em: <http://www.bl.uk/collections/sound-archive/holdings.html>

BURKARD, Francois, "L'Archiviste et les Enquêtes Orales", *Varia*, [Em linha], [Acedido em 5 Dez. 2007]. Disponível em: <http://www.archivistes.org/IMG/Art58.pdf>

Calvanese, Jurema de Carvalho, 2003, [Em linha], [Acedido em 5 Dez. 2007]. Disponível em: http://www.memoriasehistorias.com.br/Encontro%20com%20as%20Origens/e_e_assim..htm

Canal Académie, [Em linha], [Acedido em 5 Dez. 2007]. Disponível em: <http://www.canalacademie.com/L-Institut-d-Histoire-du-Temps.html>

Casbah Caribbean Studies Black and Asian History, [Em linha], [Acedido em 4 Dez. 2007]. Disponível em: <http://www.casbah.ac.uk/cats/archive/96/SROA00001.htm>

Centro de Estudos de História do Atlântico CEHA – *Bibliografia fundamental*, [Em linha], [Acedido em 4 Dez. 2007]. Disponível em: <http://www.ceha-madeira.net/oral/bib.htm>

Centro de Tradições Populares Portuguesas *Manuel Viegas Guerreiro*, [Em linha], [Acedido em 3 Mai. 2008]. Disponível em:
<http://www.fl.ul.pt/unidades/centros/ctp/index.htm> e
<http://www.fl.ul.pt/unidades/centros/ctp/tecnotrad/proyecto.htm>

Chapitre.com. Comité d'Histoire de la Sécurité Sociale, [Em linha], [Acedido em 5 Dez. 2007]. Disponível em: <http://www.livres-chapitre.com/-S0VXHJ/-FRANCE.-COMITE-D'HISTOIRE-DE-LA-SECURITE-SOCIALE/-HISTOIRE-ORALE-OU-ARCHIVES-ORALES-:-RAPPORT-D'ACTIVITE-SUR-LA-CONSTITUTION-D'ARCHIVES-ORALES-POUR-L'HISTOIRE-DE-LA-SECURITE-SOCIALE.html>

Chicago Architects Oral History Project, [Em linha], [Acedido em 24 Fev. 2008]. Disponível em: <http://www.artic.edu/aic/libraries/caohp/>

Columbia University Libraries Oral History Research Office, [Em linha], [Acedido em 5 Dez. 2007]. Disponível em: <http://www.columbia.edu/cu/lweb/indiv/oral/>

Conseil Economique et Social *les "archives orales" rôle et statut*, [Em linha], [Acedido em 5 Dez. 2007]. Disponível em:
<http://www.ces.fr/rapport/notsyn/synthese12.asp?sy=SY001310>

Conseil Supérieur des Archives Commission Archives Orales, réunion du 4 Février 2003, [Em linha], [Acedido em 5 Dez. 2007]. Disponível em:
<http://www.archivesdefrance.culture.gouv.fr>

Crawford John Martin, trad. *Wikipedia*, [Em linha], [Acedido em 4 Dez. 2007]. Disponível em:
http://en.wikipedia.org/wiki/John_Martin_Crawford_%28scholar%29

Culture et communication-Ministère, Département de la politique archivistique et de la coordination interministerielle, [Em linha], [Acedido em 24 Fev. 2008]. Disponível em:
<http://www.archivesdefrance.culture.gouv.fr/fr/organes/CAO040203.pdf>

Direcção Geral de Arquivos, [Em linha], [Acedido em 4 Dez. 2007]. Disponível em:
http://www.iantt.pt/instituto.html?menu=menu_ligacoes ;
www.iantt.pt/instituto.html?menu=menu_rna&conteudo=param

Edwardians on line, *Family and Work Experience before 1918*, [Em linha], [Acedido em 4 Dez. 2007]. Disponível em:
<http://www.qualidata.essex.ac.uk/edwardians/about/introduction.asp>

Education Resources Information Center, [Em linha], [Acedido em 4 Dez. 2007]. Disponível em:
http://www.eric.ed.gov/ERICWebPortal/Home.portal?nfpb=true&ERICExtSearch_SearchValue_0=oral+archives&ERICExtSearch_SearchType_0=kw&pageLabel=ERICSearchResult&newSearch=true&rnd=1170259821909&searchtype=keyword

- EFFOSSE, Sabine, (Université de Tours), *Campagnes d'archives orales auprès de personnalités, acteurs et témoins de la genèse des villes nouvelles*, [Em linha], [Acedido em 5 Dez. 2007]. Disponível em: <http://www.villes-nouvelles.equipement.gouv.fr/outils-recherche/campagnesarchivesorales.pdf>
- El sitio web de la historia del siglo XX, Guerra Civil Española*, [Em linha], [Acedido em 4 Dez. 2007]. Disponível em: <http://www.historiasiglo20.org/enlaces/por.htm>
- Encontro com as origens*, [Em linha], [Acedido em 24 Fev. 2008]. Disponível em: http://www.memoriasehistorias.com.br/Encontro%20com%20as%20Origens/co_meco.htm
- Essex County Council, About the Essex Sound and Video Archive, [Em linha], [Acedido em 5 Dez. 2007]. Disponível em: <http://www.essexcc.gov.uk/vip8/ecc/ECCWebsite/dis/guc.jsp?channelOid=13813&guideOid=14812&guideContentOid=14811>
- Eurozine, [Em linha], [Acedido em 24 Fev. 2008]. Disponível em: <http://www.eurozine.com/articles/2003-07-11-ginzburg-en.html>
- Exmoor Oral History Archive, [Em linha], [Acedido em 5 Dez. 2007]. Disponível em: <http://www.somerset.gov.uk/archives/exmoor/>
- Fondation pour la Mémoire de la Deportation, [Em linha], [Acedido em 5 Dez. 2007]. Disponível em: http://www.fmd.asso.fr/web/index.php?id_cat=20&id_contenu=55&lang=lang1
- Frank, Marie-Thérèse, Mignaval Pierre *La prise de décision en éducation depuis la guerre à travers les sources orales*, [Em linha], Institut national de recherche pédagogique [Acedido em 5 Dez. 2007]. Disponível em: http://www.inrp.fr/she/frank_oral.htm
- Fundação Mário soares, [Em linha], [Acedido em 4 Dez. 2007]. Disponível em: <http://www.fmsoares.pt/>
- The Georges Pompidou Association, [Em linha], [Acedido em 5 Dez. 2007]. Disponível em: <http://www.georges-pompidou.org/english/research/oral.htm>
- The Hogan Jazz Archive, [Em linha], [Acedido em 5 Dez. 2007]. Disponível em: <http://www.tulane.edu/~lmiller/OralHistoryIntroduction.html>
- Holocaust Memorial Center, [Em linha], [Acedido em 5 Dez. 2007]. Disponível em: http://www.holocaustcenter.org/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=41&Itemid=10026
- Holocaust Survivor Oral History Archive, [Em linha], [Acedido em 5 Dez. 2007]. Disponível em: <http://holocaust.umd.umich.edu/>

- IEEE, Oral Histories, [Em linha], [Acedido em 5 Dez. 2007]. Disponível em: http://www.ieee.org/web/aboutus/history_center/oral_history/oral_history.html
- Imperial War Museum Collections, [Em linha], [Acedido em 4 Dez. 2007]. Disponível em: <http://collections.iwm.org.uk/server/show/nav.00g007>
- Institut de Gestion Publique et du Developpement Economique “Archives Orales”, [Em linha], [Acedido em 4 Dez. 2007]. Disponível em: <http://www.comite-histoire.minefi.gouv.fr/memoire du minefi/presentation des arc/presentation/methodes>; <http://www.comite-histoire.minefi.gouv.fr/memoire du minefi/presentation des arc/catalogue/liste de temoins#A>
- International Council on Archives (ICA), [Em linha], [Acedido em 4 Dez. 2007]. Disponível em: www.ica.org
- Jewish Heritage Collection, [Em linha], [Acedido em 5 Dez. 2007]. Disponível em: <http://www.cofc.edu/~jhc/oha/database.html>
- Kalevala — a epopeia nacional da Finlândia, [Em linha], [Acedido em 4 Dez. 2007]. Disponível em: www.finlandia.org.pt/doc/pt/infopin/kalevala.html
- The Library of Congress, *Experiencing War*, [Em linha], [Acedido em 5 Dez. 2007]. Disponível em: <http://www.loc.gov/vets//stories/ex-war-asianpacific.html>
- Library and archives Canada, [Em linha], [Acedido em 24 Fev. 2008]. <http://www.collectionscanada.gc.ca/aboriginal/index-e.html>
- Luís Graça & Camaradas da Guiné, [Em linha], [Acedido em 5 Dez. 2007]. Disponível em: <http://blogueforanadaevaotres.blogspot.com/2006/12/guin-6374-p1337-o-campo-de-concentrao.html>
- Mennonite Archives of Ontario, [Em linha], [Acedido em 07 Maio 2007]. Disponível em: <http://grebel.uwaterloo.ca/mao/oralhistory/hist.Mss.22.htm>
- Moving here, *Migration Histories*, [Em linha], [Acedido em 4 Dez. 2007]. Disponível em: <http://www.movinghere.org.uk/galleries/histories/default.htm>
- Multimedia Instructional Network Delivery System, LLC, [Em linha], [Acedido em 5 Dez. 2007]. Disponível em: <http://oralhistory.minds.tv/>
- Município da Guarda, [Em linha], [Acedido em 17 Maio 2008]. Disponível em: <http://www.mun-guarda.pt/index.asp?idedicao=51&idseccao=599&id=545&action=noticia>
- Museu da Chapelaria, João da Madeira, [Em linha], [Acedido em 5 Dez. 2007]. Disponível em: <http://museudachapelaria.blogspot.com>; <http://cerem.ufp.pt/cgi-bin/projectos/chapeu/index.pl>

- Museu Marítimo Ílhavo, [Em linha], [Acedido em 24 Nov. 2007]. Disponível em: <http://www.museumaritimo.cm-ilhavo.pt/>
- Museu da Pessoa, Brasil) [Em linha], [Acedido em 4 Dez. 2007]. Disponível em: www.museudapessoa.net/oquee/oquee_rede.shtml;
http://www.museudapessoa.net/oquee/oquee_linksaz.shtml
- Museum of London, *London's voices*, [Em linha], [Acedido em 4 Dez. 2007]. Disponível em: <http://www.museumoflondon.org.uk/archive/londonsvoices/default.asp>
- NASA, [Em linha], [Acedido em 5 Dez. 2007]. Disponível em: http://www.jsc.nasa.gov/history/oral_histories/oral_histories.htm#ohp
- National Library of New Zealand Kilbirnie - Lyall Bay Community Centre Oral History Project, [Em linha], [Acedido em 5 Dez. 2007]. Disponível em: <http://kilbirnie.natlib.govt.nz/>
- The New York Public Library, *Video Oral History Gallery*, [Em linha], [Acedido em 5 Dez. 2007]. Disponível em: <http://www.nypl.org/research/sc/scl/MULTIMED/JAZZHIST/jazzhist.html>
- Oral History American Music, [Em linha], [Acedido em 5 Dez. 2007]. Disponível em: <http://www.yale.edu/oham/>
- Oral History Center University Archives and Records Center, [Em linha], [Acedido em 5 Dez. 2007]. Disponível em: <http://louisville.edu/library/uarc/ohc/index.html>
- Panos Institute, *Mountain Voices*, [Em linha], [Acedido em 5 Dez. 2007]. Disponível em: <http://www.mountainvoices.org/intro.html>
- Pasadena Heritage, [Em linha], [Acedido em 5 Dez. 2007]. Disponível em: http://www.pasadenaheritage.org/site_info.php?siid=12
- The Rutgers oral History Archives, *World War II, Korea, Vietnam, Cold War*, [Em linha], [Acedido em 5 Dez. 2007]. Disponível em: <http://oralhistory.rutgers.edu/>
- Répertoire des archives de l'IHTP Archives orales Entretiens, [Em linha], [Acedido em 4 Dez. 2007] Disponível em: http://www.ihtp.cnrs.fr/biblio_arch/arc_orales_ent.html
- Smithsonian Institution Archives, [Em linha], [Acedido em 4 Dez. 2007]. Disponível em: http://siarchives.si.edu/research/videohistory_catalogduplicationinfo.html
- Smithsonian Archives of American Art, [Em linha], [Acedido em 5 Dez. 2007]. Disponível em: <http://artarchives.si.edu/collections/oralhistories/>

- Society of American archivists, [Em linha], [Acedido em 4 Dez. 2007]. Disponível em: www.archivists.org
- The T. Harry Williams Center for oral History. A Division of LSU Libraries's Special Collection, [Em linha], [Acedido em 5 Dez. 2007]. Disponível em: <http://www.lib.lsu.edu/special/williams/index.html>
- UNESCO Archives Portal, [Em linha], [Acedido em 4 Dez. 2007]. Disponível em: www.unesco.org/webworld/portal_archives
- UNESCO Oral Archives Initiative, [Em linha], [Acedido em 5 Dez. 2007]. Disponível em: http://www.unesco.org/archives/Archives/files/archives/oral_prodoc.pdf
- Universidade de Coimbra, Centro de Documentação 25 de Abril, [Em linha], [Acedido em 5 Dez. 2007]. Disponível em: <http://www.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=ArquivoGuia>
- Universidade Nova de Lisboa, Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, [Em linha], [Acedido em 5 Dez. 2007]. Disponível em: <http://www.fcsh.unl.pt/invest/CEEP.htm>
- Universidade Popular do Porto, Centro de Documentação Movimento Operário e Popular do Porto, *Memórias do Trabalho, Testemunhos do Porto Laboral no sec. XX*, [Em linha], [Acedido em 5 Dez. 2007]. Disponível em: <http://cdi.upp.pt/cgi-bin/apresentaGeral.py?projecto=memorias>
- University Archives of Virginia Tech, *Black History Oral Histories*, [Em linha], [Acedido em 5 Dez. 2007]. Disponível em: <http://spec.lib.vt.edu/archives/blackhistory/oralhistory/>
- The University of Iowa, *Iowa women's Archives*, [Em linha], [Acedido em 5 Dez. 2007]. Disponível em: <http://www.lucidplanet.com/iwa/>
- The University of North Carolina at Chapel Hill, *Southern Oral History Programme Archives*, [Em linha], [Acedido em 5 Dez. 2007]. Disponível em: <http://www.sohp.org/archives/index.html>
- University of Wisconsin-Madison Archives Oral History Program, [Em linha], [Acedido em 5 Dez. 2007]. Disponível em: <http://archives.library.wisc.edu/oral/oral.htm>
- Valinor, 2007, [Em linha], [Acedido em 4 Dez. 2007]. Disponível em: http://www.valinor.com.br/index.php?option=com_ijoomla_archive&Itemid=485
- Veterans History Project, [Em linha], [Acedido em 5 Dez. 2007]. Disponível em: <http://www.loc.gov/vets/>
- The Vietnam Center and Archive, [Em linha], [Acedido em 5 Dez. 2007]. Disponível em: <http://www.vietnam.ttu.edu/oralhistory/workshop/index.htm>

The Whole World Was Watching an oral history of 1968, [Em linha], [Acedido em 5 Dez. 2007]. Disponível em:
<http://www.stg.brown.edu/projects/1968/notes/default.htm>

Youngstown State University Oral History Collection, [Em linha]. [Acedido em 5 Dez. 2007]. Disponível em: http://www.maag.yzu.edu/oralhistory/oral_hist.html

LEGISLAÇÃO

Decreto-Lei n.º 149/83 de 5 de Abril. *Diário da República n.º 78/83 – I Série*.
Ministério da Cultura e da Coordenação Científica. Lisboa.

Decreto-Lei n.º 447/88 de 10 de Dezembro. *Diário da República n.º 284/88 – I Série*.
Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa.

Lei 10/1991 de 24 de Abril. *Diário da República n.º 98/91 – I Série A*.
Assembleia da República. Lisboa.

Decreto-Lei n.º 16/1993 de 23 de Janeiro. *Diário da República n.º 19/93 – I Série A*.
Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa.

Decreto-Lei n.º 65/1993 de 26 de Agosto. *Diário da República n.º 200/93 – I Série A*.
Assembleia da República, Lisboa.

Decreto-Lei n.º 60/1997 de 20 de Março. *Diário da República n.º 67/97 – I Série A*.
Ministério da Cultura, Lisboa.

Portaria 412/2001 de 17 de Abril. *Diário da República n.º 90 – I Série B*. Anexo.
Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, Secretaria de Estado
da Administração Local e Ministério da Cultura, Lisboa.

Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro. *Diário da República n.º 209 /01 – I Série A*.
Presidência da República, Lisboa.

Decreto-Lei n.º 60/1997 de 20 de Março. *Diário da República n.º 67/97 – I Série A*.
Ministério da Cultura, Lisboa.

Decreto-Lei n.º 248/2003 de 8 de Outubro *Diário da República* n.º 233/03 – I Série A. Ministério da Cultura, Lisboa.

Decreto-Lei n.º 47/2004, de 3 de Março *Diário da República* n.º 53/04 – I Série A. Ministério da Cultura, Lisboa.

Decreto-Lei n.º 215/2006, de 27 de Outubro *Diário da República* n.º 208/06 – I Série. Ministério da Cultura, Lisboa.

Decreto-Lei n.º 93/2007, de 29 de Março *Diário da República* n.º 63/07 – I Série. Ministério da Cultura, Lisboa.

Decreto Regulamentar n.º 35/2007 de 29 de Março *Diário da República* n.º 63/07 – I Série. Ministério da Cultura, Lisboa.

Anexo 1

A pergunta

ANEXO 1

A PERGUNTA

Exmos. Senhores

Presidente da Câmara e Responsável pelo Arquivo

Chamo-me Maria Amélia Próspero Colaço de Andrade e encontro-me a fazer o Mestrado em Arquivo, Biblioteca e Ciências da Informação 2005-2006 na Universidade de Évora, variante **Arquivo**.

Trabalho no Banco Central em Lisboa e já não sou jovem.

Sabendo que algumas Câmaras têm fundos arquivados (ou têm conhecimento) de recolhas de tradições orais ou testemunhos, propus-me fazer o levantamento desse tipo de fundos no norte de Portugal.

Toda a informação recolhida de fonte oral (tradição ou testemunho) é única e não se encontra em mais lado nenhum. Interessa saber o que há recolhido.

É um trabalho que tem como objectivo dar a importância que têm esses documentos (som, imagem ou outra forma de recolha de testemunho) como fontes únicas para a História e outras ciências uma vez que o seu conteúdo, não sendo registado, só existe se for transmitido e acaba por perder-se.

Assim, gostaria que fizessem o favor de me responder apenas se:

TÊM ou NÃO, fundos arquivados provenientes de recolhas, e têm conhecimento de instituições que os tenham, na vossa região.

Com mais respeitosos cumprimentos

Maria Amélia Próspero Colaço de Andrade

mely2@hotmail.com

mely2oister@gmail.com

PS. Quando apresentei este projecto alguns professores mostraram-se descrentes quando às respostas que eu iria obter; gostaria de lhes mostrar que se enganaram.

Anexo 2

Quadro síntese do levantamento em doze distritos

ANEXO 2
QUADRO SÍNTESE DO LEVANTAMENTO EM DOZE DISTRITOS

DISTRITOS	Respostas de Arquivos Distritais	Número de municípios inquiridos / Distrito	Número total respostas municípios / Distrito	Percentagem respostas / Distrito	Respostas municipais						
					Posit.	Negat.	Sem resposta concreta	Com sugestões	Arq. Total respostas	Arq. Respostas positivas	Respostas de não-arq.
Aveiro	Respondeu/negativo	19	9	47,4%	3	5	1	3	4	0	5
Braga	Não respondeu	14	8	57,1%	0	6	2	2	4	0	4
Bragança	Respondeu/sugestões	12	5	41,7%	4	1	0	1	3	1	2
Castelo Branco	Não respondeu	11	7	63,6%	2	4	1	2	3	1	4
Coimbra	Respondeu/sugestões	17	10	58,8%	1	7	2	1	3	0	7
Guarda	Respondeu/sugestões	14	3	21,4%	3	0	0	0	1	1	2
Leiria	Respondeu/sugestões	16	9	56,3%	2	6	1	5	5	1	4
Porto	Respondeu/sugestões	18	10	55,6%	0	9	1	3	5	0	5
Santarém	Respondeu/sugestões	21	11	52,4%	0	11	0	2	1	0	10
Viana do Castelo	Não respondeu	10	7	70,0%	2	5	0	2	5	2	2
Vila Real	Respondeu/negativo	14	4	28,6%	1	3	0	1	2	1	2
Viseu	Respondeu/negativo	24	15	62,5%	1	14	0	4	1	0	14
12=100%	9 respostas=75%	190	98	51,6%	19	71	8	26	37	7	61

Anexo 3

As respostas
Informação sistematizada por
distritos e concelhos

ANEXO 3¹⁹⁷

AS RESPOSTAS

Informação sistematizada por distritos e concelhos

- **Distrito de Aveiro**

A resposta do **Arquivo Distrital de Aveiro**, recebida a 19 de Outubro de 2006, é negativa quanto à existência de documentação arquivada proveniente de recolhas de oralidade e sem resposta quanto ao conhecimento de quem, na região, tenha tal tipo de documentação.

Do município de **Aveiro** a resposta chegou a 31 de Agosto de 2006, negativa e sem sugestões, a informação é escassa e foi assinada pelo Arquivo Municipal de Aveiro.

De **Espinho**, a resposta recebida a 25 de Agosto de 2006, foi enviada pelo Arquivo Municipal. Afirma não ter registo de qualquer documento relativo a fontes orais ou que as refira. Sugere a consulta a ranchos folclóricos da região informando que fazem recolhas de carácter etnográfico. Refere ainda, a existência, no arquivo fotográfico, de registos da arte de puxar os barcos para a praia com o auxílio de bois (arte xávega) e uma colecção de postais com a recriação encenada por ranchos folclóricos, de antigas profissões umas já desaparecidas, outras em desaparecimento.

O Arquivo Municipal de **Estarreja**, por sua vez, respondeu afirmando não ter registos provenientes de documentos orais. Sugere, no entanto, o contacto na região com grupos folclóricos e de música popular e forneceu os respectivos contactos. A resposta foi recebida em 4 de Setembro de 2006 e foi assinada pela técnica do Arquivo Municipal de Estarreja.

Da Câmara e Arquivo Municipais da **Mealhada**, foi recebida a 24 de Agosto de 2006 a informação de que não dispõem de qualquer documentação desse teor (oral). A responsável pelo Arquivo Municipal adianta os contactos do Grupo Etnográfico de Defesa do Património e Ambiente da Região da Pampilhosa, assim como os da Junta de Freguesia de Pampilhosa onde sabe existirem registos vídeo sobre o trabalho nas antigas cerâmicas da Pampilhosa.

¹⁹⁷ As informações contidas no presente anexo estão relacionadas com as do anexo seguinte.

De **Oliveira de Azeméis**, a resposta foi enviada pela Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, em 12 de Março de 2007. As Bibliotecas Municipais da Região Entre Douro e Vouga¹⁹⁸, de que faz parte, promoveram o projecto “Velhas palavras novas leituras” integrado no projecto Bibliotecas Vivas. Teve como objectivo global a promoção e animação do Livro e da Leitura através da recuperação e reabilitação do património cultural oral de Entre Douro e Vouga e a preservação e valorização da memória e identidades locais¹⁹⁹. A informação adicional é de que a documentação resultante da investigação para este projecto está integrada nos espólios das várias bibliotecas, à consulta pública, embora alguns com reservas.

De **S. João da Madeira**, a resposta foi-nos enviada pela coordenadora do Museu da Chapelaria para quem a Câmara Municipal enviou a nossa pergunta e informou-nos de tal procedimento em 14 de Março de 2007. Não há referências quanto à existência de documentos de proveniência oral no Arquivo Municipal, mas o referido Museu da Chapelaria respondeu na mesma data referindo possuir documentação no âmbito desta pesquisa pois tem uma colecção documental pertencente à Empresa Industrial de Chapelaria que laborou na região, e que inclui histórias de vida de chapeleiros sanjoaneneses. Está à consulta no centro de documentação do museu em suportes diversificados e também pode ser acedido através de endereço electrónico²⁰⁰.

Foi a Biblioteca Municipal de **Santa Maria da Feira** que, em 14 de Março de 2007, veio dar resposta à solicitação em questão neste trabalho. A Biblioteca Municipal é uma das três que integra o projecto “Velhas palavras novas leituras” e encontram-se à consulta na biblioteca os documentos resultantes do projecto da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria. “Contos tradicionais da região de entre Douro e Vouga”, *Velhas palavras novas leituras*, 2005/2006 (livro e CD), contendo cerca de vinte e três contos transcritos e gravados por narradores da região; Associação de Municípios de

¹⁹⁸ Do qual fazem parte as Bibliotecas Municipais de Arouca, Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira, Sta. Maria da Feira e Vale de Cambra, que constituem a zona denominada de Terras de Santa Maria onde a população se fixou apoiando-se na floresta, agricultura, e artesanato, que evoluiu para actividades industriais.

¹⁹⁹ *Velhas palavras, novas leituras* www.bibliotecasvivas.org, acedido em 07-07-23.

²⁰⁰ Museu da chapelaria <http://cerem.ufp.pt/cgi-bin/projectos/chapeu/index.pl>, acedido em 07-11-29.

Terras de Santa Maria, “Zás-Trás-Pás, eis os contos que o livro traz”, *Velhas palavras novas leituras*, 2006, (livro), dedicado ao publico juvenil e contendo cinco contos: Associação de Municípios de Terras de Santa Maria, “Poesia popular e melodias da região de entre Douro e Vouga, Santa Maria da Feira”, *Velhas palavras novas leituras*, 2006 (livro, CD e DVD), contendo poesia popular e melodias de Santa Maria da Feira, foi a documentação que nos foi enviada. Tais documentos são fruto de trabalho de recolha de tradições cujos conteúdos ficam assim ao dispor através da publicação mas também de uma colecção denominada de “Arquivo de trabalho de campo, constituído por sessenta e dois DVD’s com todo o trabalho, uma colecção de trinta e seis CD’s de bases de dados e informação escrita relativa a todos os *itens* gravados.²⁰¹.

Do município de **Vagos**, a resposta foi remetida via postal em 10 de Novembro de 2006 e assinada por uma vereadora. Responde que a autarquia não dispõe em arquivo documentação do tipo pretendido.

De **Vale de Cambra**, também integrada no projecto *Velhas palavras, novas leituras*, a resposta recebida a 13 de Março de 2007, foi semelhante às de Oliveira de Azeméis e Santa Maria da Feira. Não há documentos provenientes de oralidade no Arquivo Municipal, havendo, no entanto, projectos sobre recolhas de oralidade.

Apesar da ausência de resposta do município de Ílhavo, é público o trabalho de recolha e organização de documentação com origem nessa recolha por parte da equipa do Museu Marítimo de Ílhavo no que diz respeito às actividades da região relacionadas com o mar, como a pesca, sobretudo a do bacalhau²⁰².

- **Distrito de Braga**

De **Cabeceiras de Basto** a resposta foi enviada em 21 de Março de 2007 pela responsável pelo Arquivo Municipal sendo negativa quanto à detenção de documentos provenientes de recolha. Sugere o contacto do Museu das Terras de Basto do qual fornece o contacto.

²⁰¹ “Poesia popular e melodias da região de EDV, Santa Maria da Feira”, *Velhas palavras novas leituras*, 2006, (livro, CD e DVD) – “prólogo”.

²⁰² Museu Marítimo de Ílhavo <http://www.museumaritimo.cm-ilhavo.pt/>, acedido em 24 de Novembro de 2007.

O Arquivo Municipal de **Esposende** respondeu em 9 de Novembro de 2006, e, sem comentar ou sugerir outras consultas no concelho, afirmou não existirem no arquivo documentos provenientes de recolhas orais.

De **Fafe** a resposta foi recebida a 8 de Março de 2007 referindo, como em casos já citados, que o Arquivo Municipal de Fafe não dispõe de qualquer documento proveniente de recolhas de fontes orais. Não sugere a consulta a outras instituições no concelho.

De **Guimarães**, o Arquivo Municipal Alfredo Pimenta informou, em 24 de Agosto de 2006, não custodiar documentos ou informação recolhida de fontes orais, assim como refere desconhecer quem o faça na região.

De **Póvoa de Lanhoso**, a resposta recebida da Câmara Municipal em 17 de Janeiro de 2007 foi semelhante e afirma não possuir qualquer documento proveniente de recolhas orais. Informa de que na região algumas escolas fazem algumas recolhas de tradições muito circunscritas e localizadas.

De **Vieira do Minho** a resposta foi enviada pela secretária do Presidente da Câmara em 19 de Março de 2007 e informa não terem nenhuma documentação proveniente de recolhas, nem terem conhecimento de quem tal possuía na região.

De **Vila Nova de Famalicão**, em 18 de Abril de 2007, foi recebida a resposta assinada pelo próprio Presidente da Câmara, informando que, através da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, está a ser promovido um projecto no sentido de valorizar o património oral. Sugere que seja contactada a coordenadora da biblioteca e responsável pelo projecto da qual forneceu o contacto.

Da Câmara Municipal de **Vizela** chegou, a 9 de Março de 2007, a resposta da responsável pelo Serviço de Turismo e Cultura da Câmara, que, no âmbito da pergunta deste trabalho, fez um levantamento para poder fornecer uma lista de lendas, tradições e outros, existentes no concelho. Enviou um documento electrónico contendo o calendário das festas de todas as localidades do concelho com a descrição de mês, data, nome e descrição da festa, localização e entidade organizadora, bem como das feiras e mercados. Foram assinaladas sete das festas consideradas mais importantes da região de Vizela das quais apenas duas não são exclusivamente religiosas. Foi ainda enviado um ficheiro denominado “Tradições, costumes e lendas de Vizela”; que

é um catálogo com a descrição sumária de lendas, tradições e histórias populares de Vizela. Excepto no caso de uma referência, muito incompleta, não há qualquer informação sobre a localização das fontes que deram origem às recolhas resumidas nestes documentos nem onde e, se se encontram arquivadas. A resposta foi enviada por uma divisão da Câmara relacionada com o turismo.

- **Distrito de Bragança**

A directora do Arquivo Distrital de **Bragança** forneceu, em 20 de Outubro de 2006, uma resposta que refere a existência no seu arquivo de fundos documentais do Abade de Baçal, em suporte de papel, e o de um ex-director do Arquivo Dr. Belarmino Augusto Afonso, fundo ainda por tratar do ponto de vista arquivístico. Sugere a consulta da obra do Abade de Baçal *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, vol. 11/12 numa reedição, assim como a da Revista “*Brigantia*”.

O Arquivo Municipal de **Bragança** informou não existir documentação com origem em recolhas orais, tanto no arquivo como na região. A resposta foi enviada em 19 de Março de 2007.

A resposta de **Miranda do Douro**, recebida a 23 de Março de 2007, foi positiva quanto à existência de um acervo documental proveniente de recolhas de tradições orais, sobretudo da cultura e língua mirandesas. A documentação encontra-se à guarda de um centro criado para o efeito pela Câmara Municipal - o Centro de Estudos António Maria Mourinho, cuja página da *internet* é quase totalmente escrita em mirandês²⁰³ e, através do qual, os trabalhos de recolha continuam a decorrer na região.

A responsável pelo Arquivo Municipal de **Mogadouro**, informou sem explicitar, existirem alguns trabalhos realizados sobre as tradições orais do concelho de Mogadouro, colocando ao dispor os serviços do Arquivo Municipal. A resposta foi recebida em 24 de Agosto de 2006.

De **Vimioso**, a resposta foi enviada em 16 de Março de 2007 pela Biblioteca Municipal que afirma, sem explicitar, que tem documentos provenientes de recolhas de tradições na região.

²⁰³ <http://ceamm.no.sapo.pt>, acedido em 07-08-12.

De **Vinhais**, a resposta foi enviada em 4 de Setembro de 2006 e foi enviada pela Sala de Leitura da Divisão Educativa e Socio-Cultural da Câmara Municipal de Vinhais, através de um responsável que refere a existência no fundo bibliográfico da instituição, de um trabalho intitulado *Folklore no Concelho de Vinhais* de autoria do Pe. Firmino Augusto Martins e publicado em 1928 pela Imprensa da Universidade de Coimbra. Trata-se de informação incompleta dado que se sabe que a publicação referida foi também publicada em 1938²⁰⁴ pela Imprensa Nacional em Lisboa e reeditada pela Câmara Municipal em 1997.

- **Distrito de Castelo Branco**

Do Arquivo Municipal da **Covilhã** a resposta foi recebida em 19 de Setembro de 2006, sendo negativa quanto à posse de documentos provenientes de recolhas orais à guarda do arquivo. Sugere, no entanto, o contacto com um elemento do corpo docente do Departamento de Letras da Universidade da Beira Interior, para a obtenção de mais dados sobre esta temática.

Do município do **Fundão**, a resposta foi enviada em 26 de Março de 2007 por um responsável pela Divisão de Cultura e Educação. Informa que, apesar de esta Divisão ter procedido à recolha de sons e imagens relacionadas com antigas tradições da Quaresma, transumância e pastorícia da região, a documentação proveniente destas recolhas não se encontra depositada no Arquivo.

O Arquivo Municipal de **Idanha-a-Nova**, respondeu em 20 de Março de 2007 informando estar em vias de lançamento, à data da resposta, um trabalho intitulado: "Terras de Idanha: uma paisagem sonora", trabalho em suporte CD, num total de 6 unidades e cujas temáticas são a *semana santa*, *quaresma*, *adufe*, *cantadores e tocadores*. A resposta não especifica se as fontes para este trabalho irão ou não, ficar depositadas no arquivo.

De **Oleiros** foi o Presidente da Câmara que respondeu em 7 de Março de 2007, afirmando não existir documentação oral arquivada. Informa da existência de alguma bibliografia sobre a temática depositada na Biblioteca da

²⁰⁴ <http://www.porbase.org/pesquisa-porbase.html>, acedido em 08-06-01.

Casa da Cultura de Oleiros e destaca a obra *Memórias da Vila de Oleiros e do seu Concelho*, de 1881, que afirma ser uma recolha bastante extensa das tradições do concelho de Oleiros. Perante nova pergunta sobre onde se encontrariam arquivadas as fontes provenientes das referidas recolhas, não foi obtida qualquer outra resposta.

De **Penamacor** a arquivista responsável pelo Arquivo Municipal revelou na sua resposta recebida a 27 de Setembro de 2006, a posse de alguns documentos com tradições locais e regionais apesar de ainda por tratar. Assim, por esse motivo, não se encontram ainda à consulta, embora, em casos muito excepcionais, seja permitida a consulta presencial com a ajuda de um técnico do arquivo.

Do município da **Sertã** e por delegação do Presidente da Câmara, a técnica superior informa na resposta recebida em 9 de Outubro de 2006, da posse de uma brochura com lendas e contos tradicionais da Zona do Pinhal, trabalho levado a cabo pelo Ensino Recorrente da Sertã na década de 80, intitulada *Zona do Pinhal, Tradições e Cultura Popular* e publicada em 1984. A publicação foi organizada e coordenada com a colaboração da Câmara Municipal da Sertã, por Luísa Melro. A resposta deste município alude, ainda, aos trabalhos de um investigador da região dedicado à temática da Beira Baixa, referindo apenas o título de uma das suas obras: *Etnografia da Beira*.

O município de **Vila de Rei** respondeu em 19 de Março de 2007 através da sua secção de Recursos Humanos, informando de que não tem fundos ou documentos arquivados provenientes de recolhas de testemunhos ou tradições orais. Refere ainda, desconhecer quem, na região os possuía.

- **Distrito de Coimbra**

O Arquivo Distrital de **Coimbra**, tutelado pelo Arquivo da Universidade de Coimbra, respondeu em 19 de Outubro de 2006 negativamente quanto à detenção de documentos provenientes de recolhas orais de qualquer tipo. A resposta do assessor não se manifesta quanto ao conhecimento de instituições na região nas condições inquiridas.

De **Arganil**, foi recebida em 17 de Agosto de 2007 a resposta da Câmara Municipal referindo que a Biblioteca Municipal Miguel Torga poderia responder ao solicitado. Sugeriu e forneceu o contacto electrónico e telefónico

da referida biblioteca, informando igualmente sobre o seu horário e sublinhando o seu protagonismo num trabalho de recolha de testemunhos a decorrer.

O vereador do pelouro da cultura da Câmara Municipal de **Cantanhede** informou, na sua resposta recebida a 27 de Março de 2007, que o município de Cantanhede está a desenvolver um projecto denominado “Traçar a memória do Concelho de Cantanhede”. Forneceu contacto telefónico para pormenores mas não refere material arquivado.

Da Câmara Municipal de **Coimbra**, a chefe de divisão da Biblioteca e Arquivo Histórico respondeu em 3 de Maio de 2007 afirmando não possuir em arquivo documentação com as características referidas na pergunta.

Do município da **Figueira da Foz**, a resposta, assinada pela directora do Departamento de Cultura, Educação e Acção Social, foi recebida em 23 de Agosto de 2006. Negativa quanto à existência de arquivos orais, revelou, no entanto, o projecto de, a breve prazo, se dar início, numa primeira fase, à recolha de testemunhos junto da comunidade piscatória.

De **Góis**, a resposta foi recebida em 3 de Abril de 2007 e assinada pela Câmara Municipal sem identificação do cargo de quem respondeu. Negativa quanto a documentos com as características definidas na pergunta, não sugere outra instituição a consultar no concelho.

Da Câmara Municipal da **Lousã**, tal como na resposta recebida de Góis, a resposta foi assinada em nome da câmara embora sem identificação do cargo. Foi recebida em 31 de Agosto de 2006 e refere não possuírem quaisquer fundos documentais provenientes de recolha oral. Adiantou ser este tema um dos objectivos de trabalho na câmara, e de já existirem projectos e trabalhos de identificação de pessoas e temas a abordar nesta temática, assim como, trabalhos a decorrer.

De **Montemor-o-Velho**, a resposta foi enviada pelo Arquivo Municipal em 11 de Abril de 2007. Sem revelar o cargo, respondeu negativamente à pergunta informando que o Arquivo Municipal de Montemor-o-Velho não possui documentos provenientes de recolhas orais. Colocou-se ao dispor para qualquer esclarecimento adicional e não sugeriu a consulta a qualquer outra organização com eventual arquivo de fontes orais na região.

De **Oliveira do Hospital**, a resposta foi redigida e assinada pelo presidente da Câmara. Com data de 13 de Março de 2007, informou não

possuir documentação proveniente de recolhas de oralidade. Refere a obra de Francisco Correia das Neves *Cancioneiro Popular do Concelho de Oliveira do Hospital* editada pelo município em Abril de 2005, que enviou juntamente com a resposta. A obra contém a transcrição das recolhas efectuadas pelo autor nas vinte e uma freguesias do concelho. No prefácio, o autor explica que apenas efectuou a recolha sem averiguação da antiguidade ou genuinidade das canções recolhidas embora acredite serem algumas muito antigas. É um cancionero constituído por letras e partituras de canções e a cada uma está associada a freguesia onde foi recolhida e a versão, pois há locais onde a mesma canção se canta de forma diferente. Encontram-se notas explicativas dos momentos em que a canção era entoada, como no caso de “Lá vai a malta” recolhida na freguesia de Penalva d’Alva – Sto. António d’Alva, canção classificada na obra como *tradicional portuguesa* e que reflete o recrutamento de grupos de trabalhadores da região de Oliveira do Hospital para serviços agrícolas no Alentejo (Ratinhos) ou Vale do Tejo (Gaibéus). Algumas notas descrevem igualmente coreografias e gestos²⁰⁵.

Do município de **Pampilhosa da Serra**, a resposta foi recebida em 15 de Março de 2007 e assinada pelos Serviços de Cultura e Turismo. Refere que a autarquia dispõe de registos de tradições e testemunhos orais. Dada a parcimónia da resposta foi feita nova pergunta sobre os formatos desses registos e qual a sua custódia - não foi obtida resposta. Não foram mencionados dados adicionais nem outras sugestões de pesquisa.

Do município de **Vila Nova de Poiares**, a resposta foi de que não possuem fontes orais ou qualquer fundo arquivado proveniente de recolha oral assim como desconhecem que outras instituições no concelho tenham feito tal tipo de levantamento. A resposta foi enviada em 25 de Outubro de 2006 e assinada por um técnico da autarquia.

²⁰⁵ Cf. Francisco Correia das Neves, *Cancioneiro Popular do Concelho de Oliveira do Hospital*, 2005, p. 310.

- **Distrito da Guarda**

A directora do Arquivo Distrital da **Guarda** respondeu em 19 de Outubro de 2007 negativamente quanto à existência de documentos provenientes de recolhas no arquivo que dirige. Afirma desconhecer a existência de tal tipo de documentação noutros arquivos de organizações da região. Nesta resposta, é abordada a questão da eventual ausência de carácter orgânico das recolhas etnográficas que levaria a que não fossem considerados como de arquivo muitos documentos provenientes de recolhas orais. Sugeriu, no entanto, o contacto com rádios locais existentes no distrito, como a Rádio Altitude, referida como uma das mais antigas, para o eventual acesso a esse tipo de documentação arquivada.

O Arquivo Municipal de **Figueira de Castelo Rodrigo** respondeu em 23 de Agosto de 2006 afirmando dispor de documentação oral que consiste em cinco bobines gravadas pelo Rádio Clube Português sobre Figueira de Castelo Rodrigo. Não especificou conteúdos, nem forneceu datas ou procedimentos arquivísticos.

Do município da **Guarda** a resposta chegou em 29 de Agosto de 2006 da coordenadora de animação cultural. Informou que, através do seu núcleo de animação cultural, a autarquia se encontra em pleno trabalho de levantamento de cultura popular no concelho da Guarda. Revelou ainda a existência de trabalhos editados com algumas das recolhas efectuadas na colecção “Fio da Memória” e que, continuam os trabalhos. Não mencionou o tipo de arquivamento dessas recolhas²⁰⁶.

De **Manteigas**, a resposta foi enviada em 2 de Outubro de 2006 pelo vice-presidente da Câmara acompanhada por cópias de excertos de obras resultantes de trabalhos de recolha de tradições orais como lendas, cantares e

²⁰⁶ Informação do Prof. João David Pinto-Correia, revela que “Praça Velha” é uma revista editada pelo município da Guarda, de cariz cultural sobretudo dedicada às tradições, embora não tivesse sido referida na resposta, <http://www.mun-guarda.pt/index.asp?idedicao=51&idseccao=599&id=545&action=noticia> [acedido em 08-05-17].

danças²⁰⁷. Em relação ao arquivamento do material recolhido não houve referências.

- **Distrito de Leiria**

O director do Arquivo Distrital de **Leiria** respondeu em 25 de Outubro de 2006, negativamente quanto à detenção de fundos provenientes de recolhas, argumentando que, dos arquivos de toda a administração central do distrito que tutela, não consta tal tipo de documentação. Referiu ainda a autonomia dos arquivos municipais e outras instituições, não tendo, pois, conhecimento dos seus acervos. Sugeriu a consulta a associações e colectividades da região tais como a Associação Património Histórico das Caldas da Rainha, Casa Museu João Soares, Fundação Mário Soares, entre outras.

A responsável pela Biblioteca Municipal/Arquivo Histórico Municipal de **Alcobaça** referiu na sua resposta, recebida em 12 de Março de 2007, não possuir qualquer fundo arquivado proveniente de recolhas ou testemunhos. Informou estar a tentar implementar um projecto no âmbito da pergunta, através do seu pelouro e mais não informou.

De **Alvaiázere** a resposta chegou da Biblioteca Municipal e foi enviada em 29 de Novembro de 2006. Informou que não detém arquivados documentos provenientes de recolhas orais. Não faz qualquer referência ao arquivo propriamente dito. As informações são, no entanto, as de terem conhecimento de que, na região, o Rancho Folclórico da freguesia de Pussos-Alvaiázere tem vindo a fazer uma recolha exautiva de tradições, trajes e outros. Também o rancho folclórico e etnográfico da Casa do Povo de Maçãs de Santa Maria-Alvaiázere tem feito trabalho semelhante. Refere ainda o trabalho de investigação de Alfredo do Rosário Rodrigues, *Maçãs de D. Maria, - história lendas e contos à sombra da ribeirinha*, sugerindo a sua aquisição junto da família.

Da secção de Educação e Cultura da Câmara Municipal da **Batalha**, foi recebida em 8 de Março de 2007 a sugestão para a consulta de um *link* cuja informação do endereço é pouco clara. A resposta foi igualmente pouco clara.

²⁰⁷ Câmara Municipal de Manteigas, *Manteigas, etnografia e folclore*, CMM, [s.d.]; José Lucas Baptista Duarte, *Antologia I, textos Seleccionados sobre Manteigas e Sameiro, Contributo para uma monografia*, [s.l.], 1985.

A directora da Biblioteca Municipal de **Castanheira de Pêra** respondeu em 10 de Março de 2007 e afirma ter, na biblioteca, documentação sobre tradições, usos e costumes da região, assim como cópias de documentos importantes para a sua história. Refere também outros documentos importantes para a história do concelho cujos originais se encontram na Torre do Tombo e no Arquivo Distrital de Leiria. A resposta foi, assim, afirmativa na perspectiva de uma biblioteca, dado ter documentação resultante de recolhas. Referiu alguns arquivos onde se encontram algumas das fontes que deram origem a trabalhos depositados na biblioteca. A resposta não contém qualquer informação quanto à localização das fontes que deram origem aos trabalhos de recolha, feitos nas aldeias, sobre tradições.

Do município de **Leiria** a resposta foi assinada pela técnica profissional de Arquivo foi recebida em 25 de Agosto de 2006. Afirma não dispor de documentação com as características da pergunta e sugere o contacto com o Arquivo Distrital.

Do município da **Marinha Grande**, a resposta da arquivista, recebida em 23 de Agosto de 2006, foi de que o Arquivo Municipal possui um conjunto de documentos recolhidos na sequência de um projecto de história local. A informação foi de que estes materiais se encontram arquivados.

Da Câmara Municipal da **Nazaré**, a resposta foi recebida do pelouro do turismo em 28 de Agosto de 2006. Afirma não possuírem materiais provenientes de recolhas orais e sugeriu a consulta do Museu Etnográfico e Arqueológico Dr. Joaquim Manso dado ter materiais provenientes de recolhas e do qual forneceu o contacto.

O Arquivo Histórico de **Óbidos** respondeu afirmando que não dispõe de nenhuns documentos orais. Afirmou dispor apenas de documentos escritos ligados à História de Óbidos. A resposta foi recebida em 14 de Março de 2007.

De **Porto de Mós**, a resposta foi enviada pelo arquivo e chegou a 25 de Agosto de 2006. Esclarece que, à data da resposta, decorria um processo de inventariação do espólio documental pertença do município. No entanto, afirma como quase certa a ausência de documentação proveniente de recolhas orais com características de documento de arquivo. Referiu, no entanto, ter conhecimento da preocupação de diversas entidades no concelho no que diz respeito à necessidade de recolhas orais urgentes e apresenta alguns títulos

editados: *A Tradição Oral do Concelho de Porto de Mós*, editado pelo Núcleo Pedagógico de Educadores de Infância do Ministério da Educação; *Saberes dos Nossos avós – Recolha de Património Oral*, edição da Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós; *O Testamento da Velha em Porto de Mós no dia da Serração da Velha a 18 de Março de 1945*, sendo desconhecida a edição; *Vento Norte*, de Odete Cláudio, edições Cláudio, 2000; *Da pré-história à actualidade, monografia de Porto de Mós – II volume*, de Francisco Jorge Furriel, edição da Câmara Municipal de Porto de Mós.

- **Distrito do Porto**

A resposta, recebida em 2 de Novembro de 2006, foi assinada pelo responsável pelo Arquivo Distrital do **Porto** e refere três documentos no Arquivo Distrital proveniente do Fundo de Fomento de Habitação considerando-os, portanto, enquadráveis no âmbito do pretendido pela questão colocada. Indica a sua localização, forma de pesquisa, e respectiva descrição uma vez estarem disponíveis na página do Arquivo Distrital que indica²⁰⁸. Sugere igualmente a consulta ao sítio da Universidade Popular do Porto²⁰⁹.

De **Amarante**, foi recebida em 8 de Março de 2007, a resposta de que não possuem documentos com as características solicitadas pela pergunta. É a única informação prestada.

De **Baião** a resposta foi assinada pela responsável da biblioteca e museu e recebida a 21 de Março de 2007. Refere que a documentação da autarquia é apenas composta por documentos escritos²¹⁰. Sugeriu como protagonista desse tipo de trabalhos a Cooperativa Cultural Fonte do Mel que edita uma revista, *Bayam*²¹¹, onde são abordadas tais temáticas. Refere dois volumes: um sobre o cancionero e outro com ditados populares. Lembra ainda o envolvimento de algumas escolas de 1º ciclo em recolha “lenga-lengas” e lendas.

²⁰⁸ www.adporto.org, acedido em 07-11-19; no entanto, a consulta revelou-se infrutífera revelando apenas um documento da mesma série.

²⁰⁹ <http://cdi.upp.pt>, acedido em 07-10-29.

²¹⁰ O que, só por si, tal como em Óbidos, não nega a sua origem em recolhas orais.

²¹¹ Por informação do Prof João David Pinto-Correia, o responsável pela *Revista Bayam*, é Carlos Nogueira, investigador do CTPP. *Baião on line*, http://www.geocities.com/baiao_on_line/hcancio.htm, acedido em 08-05-17.

Da Câmara Municipal de **Gondomar**, a resposta foi assinada pelo vereador da Acção Social, Cultura e Desporto por delegação do Presidente da Câmara e foi enviada em 15 de Setembro de 2006. É uma resposta de trinta linhas que apresenta um breve historial do arquivo da autarquia que remonta ao século XIX e cuja documentação se encontra ainda a ser avaliada e tratada. Refere-se ainda a projectos para a recolha de oralidades no sentido da salvaguarda da memória concelhia em todas as vertentes, sendo um dos objectivos o de reunir documentos testemunhais de ex-combatentes da guerra colonial e regressados das ex-colónias, do concelho. Outro dos projectos é a reunião em “arquivo oral”, da documentação relativa à indústria da ourivesaria, riqueza cultural do concelho, muitas vezes integrada em fundos de família. A sugestão final da resposta foi a do contacto com a técnica superior de arquivo. Esta resposta foi recebida via postal acompanhada por uma brochura ilustrativa de uma exposição intitulada *Os Rostos dos Presidentes* que faz um percurso pelas biografias dos autarcas que estiveram na Câmara de Gondomar entre 1932 e 1974.

Do **Marco de Canavezes**, a resposta recebida a 4 de Outubro de 2006, confirmou não haver qualquer levantamento de tradições orais na região. Apontou, no entanto, um trabalho organizado por ocasião das 1^{as} jornadas de Estudo do Marco de Canavezes em 1988, denominado *Linguagem Popular do Sec. XIX no Marco de Canavezes* que é uma compilação de um conjunto de expressões idiomáticas actualmente em desuso na região.

De **Matosinhos**, chegaram duas respostas. Uma do responsável pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara de Matosinhos em 30 de Agosto de 2006, que tem à sua guarda o espólio fotográfico das recolhas etnográficas efectuadas por Armando Leça, realizadas em 1940, e que abrange todas as regiões de Portugal. Esclarece esta resposta que a documentação que deu origem a essa recolha está dispersa: as gravações encontram-se no Arquivo da RDP, os documentos (supostamente em suporte papel) na BN e os elementos fotográficos dessa recolha, esses sim, ficaram na Câmara Municipal de Matosinhos. Refere-se ainda à preparação de uma edição crítica que compilará todas as fontes referidas. A segunda parte desta resposta refere-se ao que resultou de um projecto candidato à *Porto 2001, SA, Capital da Cultura*,

intitulado: “Para preservar e divulgar a Memória do Porto. Os Arquivos das Organizações Populares”, levado a cabo pela Universidade Popular do Porto.

Ainda de Matosinhos, foi recebida em 5 de Setembro de 2006 a resposta da técnica superior do Arquivo Municipal de Matosinhos informando não ter na sua posse qualquer fundo documental com as características pretendidas na pergunta. Sugeriu o contacto com o Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal onde se encontra o espólio fotográfico das recolhas de Armando Leça referidas acima, e cujo responsável nos tinha já respondido. Referiu ainda, a existência, na Biblioteca Florbela Espanca, de várias publicações produto de recolhas de tradições e lendas. Forneceu também os contactos e horários da Biblioteca para consulta dos seus fundos.

A resposta do Arquivo Histórico Municipal do **Porto** foi assinada pela técnica superior de arquivo e recebida em 4 de Setembro de 2006 e afirma, sem informações adicionais, não ter aquele arquivo qualquer fundo proveniente de recolhas orais.

Da **Póvoa de Varzim**, a resposta foi a de que o Arquivo Municipal não possui “informação relativa à tradição oral” (sic). A resposta foi recebida em 23 de Agosto de 2006 e não contém informações adicionais.

A técnica superior do Arquivo Municipal da **Trofa** respondeu em 15 de Julho de 2007, revelando que, no concelho da Trofa, alguns investigadores têm vindo a efectuar trabalhos de recolhas orais com vista a publicações, algumas já à consulta na Biblioteca Municipal. A divisão da Cultura da Câmara levou a cabo um projecto de recolha de informação sobre as azenhas do Ave e o Arquivo Municipal encontra-se a fazer levantamentos no âmbito da história do concelho que inclui fotografias e gravações. O Gabinete do Património está igualmente a proceder ao levantamento de testemunhos sobre as actividades de uma oficina de arte sacra sediada numa freguesia do concelho. Mais acrescenta a responsável pelo arquivo que, uma vez que a Câmara da Trofa é relativamente recente, ainda não foi possível arquivar todo este tipo de documentação, afirmando ser um projecto do Arquivo Municipal fazê-lo.

Do arquivo Histórico de **Valongo**, a resposta foi enviada por uma técnica arquivista em 4 de Setembro de 2006 e informa que não dispõe de documentos arquivados provenientes de recolhas sugerindo a consulta ao Arquivo Histórico da RTP.

A Câmara Municipal de **Vila do Conde** referiu na sua resposta de 28 de Março de 2007, não dispor de arquivos provenientes de recolhas orais embora afirmasse ter um acervo de registos fotográficos e de vídeo. Esta resposta, assinada pela técnica superior de arquivo, foi conseguida por fases. A primeira resposta (15 de Março de 2007) exigiu mais clareza na pergunta e, numa segunda fase, respondeu colocando-se ao dispor para a consulta do acervo fotográfico e de vídeo.

- **Distrito de Santarém**

Em 17 de Outubro de 2006, foi recebida uma resposta do Arquivo Distrital de **Santarém** extensa e detalhada. Começou por confirmar a inexistência de documentos provenientes de recolhas orais no Arquivo Distrital e explicou a ausência de respostas das Câmaras Municipais e respectivos arquivos municipais do seu distrito, com a segura inexistência de tal tipo de documentação. Referiu eventuais exceções como registos de palestras ou discursos presidenciais sem encaixe organizacional à luz do enquadramento arquivístico tradicional e, tal como foi invocado na resposta do Arquivo Distrital da Guarda, não considera tais documentos como sendo de arquivo, pois, sendo de registo ocasional, não são considerados para arquivamento. Sugeriu o contacto com Escola Superior de Educação de Santarém referindo um investigador que numa das suas publicações se refere a arquivos orais. Acrescentou ainda a informação sobre o trabalho de recolha do rancho folclórico “Os camponeses” de Riachos, integrado no espólio do Museu Agrícola dos Riachos. De todos forneceu os contactos.

Seguindo a sugestão do Arquivo Distrital, entrevistámos Luis Vidigal, autor de *Os testemunhos orais na escola. História oral e projectos pedagógicos*. Porto, Asa, 1996, e que organizou o *Arquivo Oral de Educação*, que criou na ESES, que visitámos. Este arquivo é constituído por testemunhos de antigos alunos e professores recolhidos em fichas em suporte papel e cassetes de fita magnética, organizado cronologicamente.

Do município de **Abrantes**, a resposta foi enviada em 12 de Setembro de 2006 pelo chefe de divisão de Bibliotecas e Arquivos e nela afirma não existirem no concelho de Abrantes recolhas de testemunhos orais. Respondeu, portanto, em nome de todo o concelho.

Da Câmara Municipal de **Alcanena**, a resposta foi recebida em 30 de Março de 2007 e enviada pelo sector da Cultura e Turismo. Apesar de informar que a autarquia não possui qualquer resultado documental de recolhas orais, forneceu os contactos pormenorizados de ranchos folclóricos de freguesias do concelho como Gouxaria, Covão do Coelho e Santa Marta de Moitas Venda.

Do município de **Benavente**, a resposta foi assinada apenas em nome da Câmara sem explicitação do cargo de quem responde, e foi enviada em 18 de Setembro de 2006. Embora refira não existirem documentos provenientes de recolhas orais, concretizou o envio postal de publicações que considerou de interesse para o tema da pergunta²¹² acompanhadas de um ofício assinado pelo Presidente da Câmara. Sobre o tema foi também sugerida a consulta da revista de cultura do município de Benavente *Terras d'água*, nº2.

Do município da **Chamusca**, a resposta foi assinada pelo Vice-Presidente da Câmara e enviada em 17 de Abril de 2007. Informa não possuir o tipo de arquivos que se define na pergunta deste trabalho.

A vice-presidente da Câmara Municipal de **Constância** revelou que não possui, nem tem conhecimento da existência na região, de arquivos contendo documentação proveniente de recolhas orais.

De **Coruche**, foram recebidas duas respostas: uma, do Gabinete de Apoio ao Presidente enviada em 7 de Setembro de 2006 pelo próprio e outra, enviada pelo Arquivo Municipal em 13 de Setembro de 2006. Ambas informam não existirem documentos arquivados provenientes de recolhas orais. A resposta assinada pelo presidente sugere ainda a consulta ao Centro de Documentação do Museu Municipal onde existem três cassetes audio com recolhas elaboradas com o objectivo de recolher experiências de vida e que foram parcialmente transcritas no catálogo da exposição temporária “Os caminhos de ferro em Coruche”. Refere ainda uma entrevista ao arquitecto Gonçalo Ribeiro Telles que faz igualmente parte do acervo do centro de documentação do museu, resultado de uma exposição temporária intitulada:

²¹² Francisco Correia, *Subsídios para a História Benaventina do Século XVI. (Sumários de um livro de Actas da Câmara de 1559 a 1564)*, Benavente, Câmara Municipal de Benavente, 1995; Câmara Municipal de Benavente, *Inventário do Arquivo Histórico de Benavente*, 2000; Alvaro Rodrigues d'Azevedo, *Benavente. Estudo Historico-descritivo*, obra póstuma continuada e editada por Ruy d'Azevedo, 1926.

“Coruche na obra do arquitecto Ribeiro Telles”. “Os forcados amadores de Coruche” foi outra das exposições que deu origem a trabalhos de registo em DVD, sobre a preparação e treino dos forcados amadores.

Foi o Presidente da Câmara de **Mação** que respondeu, em 21 de Março de 2007, à nossa pergunta através de ofício informando que: [...] “a Câmara Municipal de Mação não dispõe da documentação solicitada” [...].

Da Câmara Municipal de **Ourém**, a resposta foi enviada por ofício de assinado pelo responsável pelos arquivos em 16 de Março de 2007. A informação foi a de que não têm ainda arquivos provenientes de recolhas orais por estarem a decorrer trabalhos nessa área.

A técnica de arquivo de **Rio Maior** respondeu em 12 de Março de 2007 informando que o arquivo da Câmara Municipal não tem registo de documentos provenientes de recolhas orais.

De **Santarém** recebemos uma resposta em 8 de Setembro de 2006 de um ex-vereador, informando que nos anos oitenta do século XX coordenou um levantamento de testemunhos orais na freguesia do Vale de Santarém de que resultou um conjunto de transcrições de testemunhos em suporte papel e audio. Esse material não se encontra arquivado nem tratado. Referiu ainda materiais eventualmente recolhidos por ranchos folclóricos e outros, como os que concorreram para a publicação de um livro de cozinha da região. A Biblioteca Municipal de Santarém, por sua vez, respondeu a 1 de Setembro de 2006, informando da inexistência no município de documentação proveniente de recolhas orais e sugeriu, tal como o Arquivo Distrital, a consulta à Escola Superior de Educação de Santarém, onde foi possível encontrar o já referido *Arquivo Oral de Educação* organizado por Luis Vidigal.

- **Distrito de Viana do Castelo**

De **Arcos de Valdevez** a resposta chegou-nos do director da Casa das Artes de Arcos de Valdevez e foi enviada em 6 de Fevereiro de 2007. Revelou que a instituição não possui, e desconhece quem possua, tal tipo de documentação, mas fornece e sugere os contactos de um antropólogo com obras editadas sobre temáticas da região tais como, rituais funerários e vivências da zona serrana da Gavieira, assim como o contacto do director do jornal “Notícias do Arcos”.

A técnica superior do Arquivo Municipal de **Melgaço** respondeu à pergunta em 31 de Outubro de 2006 com uma resposta negativa quanto à existência de documentos provenientes de recolhas orais à guarda do arquivo.

Do município de **Paredes de Coura** a resposta foi enviada pela técnica superior de arquivo em 23 de Outubro de 2006 e informou não existirem na instituição documentos com as características que a pergunta especifica, embora, a autarquia tenha em seu poder uma cassete vídeo com a recriação do ciclo do linho e de uma lavrada, iniciativas da Associação Cultural e Recreativa de Moselos. Sugeriu na sua resposta o contacto com os arquivos de rádios locais, embora acrescenta não existir nenhuma em Paredes de Coura. Informou ainda ter encaminhado a pergunta para o seu colega de Valença do Minho, autarquia igualmente abordada neste trabalho.

Do Arquivo Municipal de **Ponte de Lima**, chegou, em 14 de Março de 2007 a resposta de que a instituição possui um DVD sobre a “vaca das cordas”, uma bobine de 35 mm com o primeiro filme que passou na televisão sobre Ponte de Lima e ainda, algumas cassetes sobre a região de Ponte de Lima.

Do Arquivo de **Valença do Minho** a resposta refere ter recebido uma mensagem da colega de Paredes de Coura como foi referido. Esta resposta, enviada em 24 de Outubro de 2006, informa que são habitualmente efectuadas gravações das sessões do executivo e da assembleia municipal. Revelou ainda que o arquivo tem também alguns programas de rádio de 1994. Adiantou ter arquivado, por iniciativa própria, através de entrevista, o testemunho de um antigo responsável pelos serviços hidráulicos de Valença, falecido há mais de um ano à data da resposta. Confirmou não haver sistematização nem normas para o arquivamento de testemunhos ou qualquer tipo de informação proveniente de recolha de oralidade e não haver, arquivado em Valença do Minho, mais do que referiu.

A resposta do Município de **Viana do Castelo** foi enviada em 20 de Setembro de 2006 pelo chefe de divisão de arquivo e por delegação do Presidente da Câmara. Informou que o Arquivo Municipal não possui fundos relativos a recolhas de tradições orais ou testemunhos e sugeriu que, para a região do Alto Minho, fosse contactada a associação de produção e animação “Ao Norte” da qual forneceu os contactos e nome do responsável.

A técnica superior do Arquivo Municipal de **Vila Nova de Cerveira** informou, na sua resposta de 22 de Setembro de 2006, não existirem no arquivo quaisquer documentos provenientes de recolhas orais, assim como, não ter conhecimento de instituições na região que os possuam.

- **Distrito de Vila Real**

O director do Arquivo Distrital de **Vila Real** respondeu em 17 de Outubro de 2006, afirmando que o Arquivo Distrital não possui, e desconhece, no universo dos arquivos do distrito, qualquer fundo com as características desejadas.

Da Câmara Municipal de **Mesão Frio**, a resposta foi enviada pelo Presidente da Câmara em 22 de Março de 2007, informando, sem comentários, da inexistência de documentos provenientes de recolhas orais nos arquivos.

Da Câmara Municipal de **Sabrosa**, a resposta foi enviada em 3 de Maio de 2007 por uma técnica do Arquivo que informou existirem alguns documentos provenientes de recolhas orais efectuadas pelo pessoal do gabinete de apoio ao cidadão, a título pessoal, podendo deduzir-se que não constem do arquivo nem se encontrem à consulta.

O Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de **Valpaços** respondeu em 6 de Setembro de 2006 à pergunta por delegação do Presidente da Câmara. Afirmou existir no distrito uma instituição, sem revelar qual, que poderia, segundo ele, satisfazer a temática da pergunta²¹³.

De **Vila Real** a resposta foi enviada pelo responsável pelo arquivo Municipal em 8 de Novembro de 2006, informando que não existem arquivados quaisquer documentos provenientes de recolhas orais. Informa ainda desconhecer quaisquer arquivos com documentação desse tipo na região e sugere três entidades a contactar: a Direcção de Cultura da Câmara Municipal de Vila Real, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e o Centro

²¹³ Informação do Prof. João David Pinto-Correia revela, no entanto, existirem obras editadas sobre temáticas relacionadas com tradições.

Cultural de Vila Real. De todos, forneceu os contactos e nomes de respectivos responsáveis²¹⁴.

- **Distrito de Viseu**

A resposta do Arquivo Distrital de **Viseu**, transmitida através de uma comunicação telefónica da iniciativa da sua responsável, informou que o arquivo não tem documentos provenientes de recolhas orais.

Do município de **Armamar** foi recebida em 10 de Abril de 2007 uma resposta assinada por um responsável da Câmara Municipal informando da inexistência de documentos provenientes de recolhas orais.

De **Carregal do Sal** a resposta foi enviada em 13 de Março de 2007, pelo Museu Municipal Manuel Soares de Albergaria informando de que não existe na autarquia documentação com as características solicitadas na pergunta.

O adjunto da Presidente da Câmara de **Castro Daire** respondeu à pergunta em 13 de Março de 2007 afirmando que a autarquia possui publicações sobre a região. Perante nova pergunta sobre o arquivamento dos documentos que deram origem às publicações, não foi obtida resposta mas o envio de três publicações e respectiva consulta às fontes utilizadas, podem ser consideradas como resposta. Assim, para uma das publicações enviadas²¹⁵ para a qual parece terem concorrido quase exclusivamente fontes orais, encontram-se as memórias dos vários alunos do curso sócio-educativo de Animação Cultural com Idosos do Lar de 3ª idade da Santa Casa da Misericórdia de Castro Daire. É um grupo constituído por vinte e duas pessoas dos 52 aos 92 anos. Atendendo a que no final do livro solicitam a quem queira saber mais que os visite, pode ser afirmado que têm a consciência de serem arquivos vivos. Outra das publicações enviadas²¹⁶, foi um levantamento de

²¹⁴ Sabemos que o investigador de literatura oral tradicional Alexandre Parafita, ligado à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, doutorado em tradições orais, publicou obras sobre literatura oral tradicional e inúmeros trabalhos de pesquisa que lhe permitiu resgatar cerca de um milhar de textos inéditos. Mais uma vez se confirma que apesar de se fazerem recolhas orais neste concelho, não se encontram no Arquivo Municipal as fontes provenientes dessas recolhas.

²¹⁵ Câmara Municipal de Castro Daire ed. *Poesia Popular na voz dos mais idosos. A tradição oral no concelho de Castro Daire*. Castro Daire, 2002.

²¹⁶ Abílio Pereira de Carvalho, *Castro Daire. Indústria, Técnica e Cultura*. Castro Daire, Câmara Municipal de Castro Daire, 1995.

técnicas ancestrais que se pode enquadrar no âmbito do estudo da arqueologia industrial. A obra está organizada, em primeiro lugar, por indústrias e técnicas e, em seguida, por regiões do concelho onde se aplicaram e/ou estão a ser recuperadas. As fontes orais são referenciadas da seguinte forma: “*informações prestadas pelo empresário...*” e são consideradas, tal como as outras, sendo referidas em simultâneo como fontes e notas. Embora seja referida a origem arquivística de toda a documentação escrita, não fica claro onde ficam arquivados os testemunhos orais eventualmente recolhidos para o trabalho. Do mesmo autor, outra obra enviada pelo município de Castro Daire²¹⁷, está estruturada por temáticas tais como lendas, bruxas e bruxos, lobisomens, fantasmas, visões e milagres e almas penadas; cada uma destas categorias é descrita por regiões. Embora seja referida a importância da recolha oral neste tipo de trabalhos, não se encontra na bibliografia qualquer referência desta natureza.

O responsável pela Biblioteca Municipal de **Lamego** informou em 30 de Agosto de 2006 não terem fundos arquivados provenientes de recolhas orais. Mais informou que um dos projectos que está a ser desenvolvido pela Biblioteca Municipal é, precisamente, o de recolher tais documentos num “[...] *fundo local com tradições orais [...]*” (*sic*) junto dos particulares.

A Câmara Municipal de **Mangualde** afirma, numa resposta enviada a 25 de Agosto de 2006, não dispor de documentos com as características referidas na pergunta.

De **Oliveira de Frades**, a resposta foi enviada em 15 de Março de 2007 pela Câmara Municipal e afirma não conhecer recolhas de tradições efectuadas pela câmara, embora a pergunta não refira apenas o protagonismo da autarquia exclusivamente na recolha mas também, e sobretudo, na detenção e custódia de documentos provenientes de recolhas orais protagonizadas por terceiros.

De **Penalva do Castelo**, a resposta foi enviada em 13 de Março de 2007 e é igualmente negativa quanto à detenção ou guarda de documentos provenientes de recolhas orais. Foi enviada pelo presidente da Câmara e

²¹⁷ Abílio Pereira de Carvalho, *Lendas de Cá. Coisas do Além*. Castro Daire, edição de autor, 2004.

informa desconhecer que qualquer instituição na região possua o tipo de documentação referida na pergunta.

Foi também o Presidente da Câmara de **Santa Comba Dão** que, em 27 de Março de 2007, respondeu informando que não existe tal tipo de documentação na câmara, nem tem conhecimento de instituições na região com documentos provenientes de recolhas orais.

De **São João da Pesqueira** chegou em 11 de Abril de 2007 uma resposta enviada por um responsável na área da cultura que informou que a autarquia não possui documentos arquivados com as características apresentadas na pergunta. Por terem sido publicadas algumas obras relacionadas com a temática, solicitou o endereço para o envio postal de alguma documentação. Assim, foram recebidas cópias de algumas páginas de uma obra publicada pela Câmara Municipal cujo conteúdo versa temas tradicionais da região como adagiário, artesanato, esconjuros, entre outros. Dado que não foi enviado o índice, não foi possível conhecer a organização da obra nem as suas fontes²¹⁸.

De **S. Pedro do Sul**, a resposta foi assinada por uma técnica da Biblioteca Municipal e enviada em 3 de Abril de 2007. Informou não haver na biblioteca qualquer documento proveniente de recolhas orais. Sugere e fornece o contacto do responsável da Rádio Lafões que promove programas no sentido da temática da pergunta.

Do Município de **Sátão**, a resposta foi enviada pelo Gabinete de Comunicação Social da Câmara Municipal e enviada em 9 de Março de 2007. Informa que o arquivo não dispõe de documentação proveniente de recolhas orais, mas refere que a Biblioteca Municipal dispõe de obras com temas do cancionero de Sátão e com lendas e histórias do concelho, alguns, da autoria de Albano Martins de Sousa.

Da Câmara Municipal de **Tabuaço**, a resposta foi enviada por uma técnica documentalista em 7 de Novembro de 2006 que informou nada existir na Câmara que satisfaça a solicitação da pergunta. Sugere o contacto com o

²¹⁸ J. Gonçalves Monteiro, *São João da Pesqueira. (Monografia do Concelho)*, S. João da Pesqueira, Câmara Municipal de São João da Pesqueira, 1993, pp. 235-255.

Rancho Folclórico da Granja do Tedo, freguesia do concelho, que tem efectuado recolhas orais.

Da Câmara Municipal de **Tarouca**, a resposta foi enviada pelo Vice-Presidente da Câmara em 6 de Novembro de 2006 e informa não dispor o Município, de documentação do tipo referido na pergunta. Afirmo igualmente desconhecer qualquer outra instituição no concelho que tenha arquivados documentos da natureza referida.

De **Vila Nova de Paiva**, a resposta foi enviada em 16 de Março de 2007 pelo Gabinete de Apoio à Presidência, informando que o município não possui documentos provenientes de recolhas orais. Como outros municípios, sugere e fornece o contacto de dois grupos folclóricos que fazem trabalho de recolha no concelho²¹⁹.

Da Câmara Municipal de **Viseu**, a resposta foi enviada pelo Presidente da Câmara em 17 de Abril de 2007 e informa que a autarquia não possui ainda uma instituição que possa levar a cabo projectos de criação de acervos documentais provenientes de recolhas orais. Fornece os contactos do Museu de Silgueiros e do Eco Museu de Torredeira.

Não foram recebidas as respostas dos arquivos distritais de **Braga**, **Castelo Branco** e **Viana do Castelo**.

²¹⁹ Grupo Folclórico Cultural e Recreativo de Vila Nova de Paiva e Grupo Folclórico e Etnográfico de Vila Nova à Coelheira.

Anexo 4

Quadros resumo e análise estatística

ANEXO 4

QUADROS RESUMO E ANÁLISE ESTATÍSTICA

Aveiro

Quadro resumo 1

Distrito	Proveniência das respostas/Câmaras/Arquivos Municipais/outros	Respostas com/sem sugestões
Aveiro	Arquivo Municipal de Aveiro	Negativa sem sugestões.
	Arquivo Municipal de Espinho	Negativa. Arquivo fotográfico:(barcos puxados por bois-arte xávega); coleção de postais de ranchos que recriam (encenando) antigas profissões.
	Arquivo Municipal de Estarreja	Negativa. Sugestão: contactar chefe da Divisão de Cultura da C.M. Estarreja.
	Arquivo Municipal da Mealhada	Negativa. Contactar GEDEPA (Grupo Etnográfico de Defesa do Património e Ambiente da Região de Pampilhosa).
	C.M. Oliveira de Azeméis	Positiva. Projecto-Bibliotecas Municipais entre Douro e Vouga -"Velhas Palavras Novas Leituras"- www.bibliotecasvivas.org
	C.M. S.João da Madeira	Sem resposta da CM -S.João da Madeira - Contacto do Centro de documentação do Museu da Chapelaria com arquivos sobre o sector da chapelaria.
	C.M. Santa Maria da Feira	Positiva. Biblioteca Municipal - enviou 2 CD, 1 DVD e um livro, sobre recolhas no âmbito do projecto "Velhas Palavras Novas Leituras".
	C.M. Vagos	Negativa sem sugestões.
	C.M. Vale de Cambra	Positiva. Biblioteca Municipal inserida no projecto de recolhas "Velhas Palavras Novas Leituras".

No distrito de **Aveiro** com dezanove municípios, responderam nove municípios ou seja, 47,4% de respostas, colocando o distrito 4,2 pontos percentuais abaixo da média total de respostas obtidas.

Analisando o conjunto das respostas recebidas dos municípios do distrito de **Aveiro**, verifica-se que, das nove respostas, cinco foram negativas quanto à existência de documentação arquivada proveniente de recolhas orais. Destas, uma não refere se possui tal tipo de documentação, outra não apresenta sugestões de pesquisa, e três apresentam sugestões para pesquisar junto de outras organizações de carácter cultural dos respectivos concelhos. Verifica-se igualmente que, do total de respostas, quatro foram fornecidas por Arquivos Municipais sendo estas todas negativas quanto à posse de documentação arquivada proveniente de recolhas orais.

Neste distrito, não foram recebidas respostas de **Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Arouca, Castelo de Paiva, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar e Sever do Vouga.**

Braga

Quadro resumo 2

Distrito	Proveniência das respostas/Câmaras/Arquivos Municipais/outros	Respostas com/sem sugestões
Braga	Arquivo Municipal de Cabeceiras de Basto	Negativa. Sugere contactar Museu das Terras de Basto.
	Arquivo Municipal de Esposende	Negativa sem sugestões.
	Arquivo Municipal de Fafe	Negativa sem sugestões.
	Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (C.M. Guimarães)	Negativa sem sugestões.
	C.M. Póvoa de Lanhoso	Negativa. Refere duas publicações editadas por escola (EB1 de Taíde: "A escola à descoberta de Taíde") e trabalhos de recolha embora sem tratamento, de outras escolas versando o mesmo tema.
	C.M. Vieira do Minho	Negativa. Desconhece na região.
	C.M. Vila Nova Famalicão	Sem resposta. Sugere contactar Biblioteca Municipal de V.N.Famalicão.
	C.M. Vizela	Sem resposta. Serviços de Turismo e cultura da Câmara Municipal de Vizela anexam levantamentos.

No distrito de **Braga**, foram abordados catorze municípios dos quais responderam oito, isto é, 57,1% colocando este grupo de respostas 5,5 pontos percentuais acima da média.

Analisando o conjunto de respostas recebidas dos oito municípios do distrito de Braga, verificamos que seis são negativas e duas sem resposta efectiva. Das seis respostas negativas, quatro são de arquivos municipais e destas, três não apresentam sugestões de consulta. Uma sugere o contacto com outra instituição. Atendendo a que o total de arquivos que responderam foi de quatro, não se encontra qualquer documentação proveniente de recolhas em qualquer dos arquivos municipais do distrito de Braga que responderam à questão deste trabalho. Assim, e para o total das respostas, foram enviadas sugestões de consulta a outras instituições em duas delas, e informações adicionais noutras duas. No distrito de Braga, não foram recebidas as respostas de **Amares**, **Barcelos**¹, **Braga**, **Celorico de Basto**, **Terras de Bouro** e **Vila Verde**.

¹ No caso deste concelho, sabemos, por informação do Prof. João David Pinto-Correia, que existem trabalhos de recolha de tradições orais.

Bragança

Quadro resumo 3

Distrito	Proveniência das respostas/Câmaras/Arquivos Municipais/outros	Respostas com/sem sugestões
Bragança	Arquivo Municipal de Bragança	Negativa. Desconhece na região.
	Arquivo Municipal de Miranda do Douro	Positiva. Arquivo com documentos sobre o mirandês e cultura mirandesa; sugere centro de estudos António Maria Mourinho criado pela Câmara; http://ceamm.no.sapo.pt
	Arquivo Municipal de Mogadouro	Positiva sem comentários.
	Biblioteca Municipal de Vimioso	Positiva sem comentários.
	C.M.Vinhais-Divisão educativa e socio cultural-sala de leitura	Positiva. Refere recolha do Pe.Firmino Augusto Martins, de 1928, "Folklore do Concelho de Vinhais".

Do distrito de **Bragança** chegaram 41,7% de respostas dos municípios ou seja, cinco dos doze interpelados colocando-se 9,9 pontos percentuais abaixo da média do total das respostas.

Das respostas obtidas junto dos municípios do distrito de Bragança, quatro foram positivas e uma negativa. A única resposta negativa foi fornecida por um arquivo e não sugere outras pesquisas na região. No total, responderam três arquivos Municipais. Dos dois arquivos que responderam positivamente, um deles não fornece informações adicionais e o outro fornece as informações necessárias para aceder a uma instituição criada pelo arquivo para o trabalho de arquivamento dos materiais provenientes de recolhas orais. A outra resposta positiva chegou de uma instituição municipal “não-arquivo”. Assim, no total das cinco respostas, duas têm informações adicionais e nenhuma fornece sugestões para contactos com outras instituições nos respectivos concelhos.

Não foram recebidas respostas de **Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Moncorvo e Vila Flor.**

Castelo Branco

Quadro resumo 4

Distrito	Proveniência das respostas/Câmaras/Arquivos Municipais/outros	Respostas com/sem sugestões
Castelo Branco	Arquivo Municipal da Covilhã	Negativa. Sugere contacto com Departamento de Letras da Universidade da Beira Interior.
	C.M. Fundão-cultura e educação	Negativa. Refere recolha de sons e imagens relacionadas com antigas tradições da quaresma da transumância e da pastorícia pelo Gabinete Cultura.
	Arquivo Municipal de Idanha a Nova	Encontram-se em processo de levantamento de cultura popular; recolha sonora a lançar brevemente.
	C.M. Oleiros	Negativa. Sugere contactar Casa da Cultura de Oleiros-biblioteca e "Memórias da Vila de Oleiros e seu concelho" de 1881.
	Arquivo Municipal Penamacor	Positiva. Documentos por tratar com tradições locais e regionais ao dispôr presencialmente.
	C.M. Sertã (presidente)	Positiva. "Zona do Pinhal-tradições e cultura popular" org.Luisa Melro integrado na obra "Etnografia da Beira" de Jaime Lopes Dias, 1984.
	C.M. Vila de Rei	Negativa. Desconhece na região.

No distrito de **Castelo Branco**, o número de respostas provenientes dos municípios em relação ao número de abordagens, foi o segundo mais elevado pois, em onze abordagens, foram obtidas sete respostas, ou seja, 63,6%¹. Este conjunto de respostas coloca o distrito 12,0 pontos percentuais acima da média do total das respostas obtidas

Das sete respostas recebidas das instituições municipais do distrito de Castelo Branco que responderam à pergunta deste trabalho, quatro são negativas, duas são positivas e uma não explicita ter ou não documentos arquivados provenientes de recolhas orais. Neste conjunto, responderam três arquivos municipais responsáveis por duas respostas negativas. Uma das respostas negativas foi dada por uma instituição "não-arquivo" e não sugere nem fornece dados adicionais. Todas as outras seis respostas fornecem dados adicionais ou sugestões de consulta a outras instituições no concelho ou distrito.

No distrito de Castelo Branco, não foram recebidas respostas de **Belmonte, Proença-a-Nova e Vila Velha de Ródão**.

¹ Gráficos 1 e 2.

Coimbra

Quadro resumo 5

Distrito	Proveniência das respostas/Câmaras/Arquivos Municipais/outros	Respostas com/sem sugestões
Coimbra	C. M. Arganil	Sem resposta. Sugere contacto Biblioteca Municipal Miguel Torga.
	C.M. Cantanhede	Sem resposta. A desenvolver projecto "Traçar a Memória do Concelho de Cantanhede".
	Coimbra-Arquivo Histórico Municipal	Negativa sem sugestões.
	C. M. Figueira da Foz - Departamento de Cultura, Educação e Acção Social	Negativa. Projecto em início de recolha junto da comunidade piscatória.
	C.M. Góis	Negativa e sem conhecimento de quem possua.
	C.M. Lousã	Negativa. Projecto em início de identificação de quem abordar para recolha de testemunhos.
	Arquivo Municipal de Montemor-o-Velho	Negativa sem sugestões.
	CM Oliveira do Hospital	Negativa. Enviou livro de Francisco Correia das Neves "Cancioneiro Popular do Concelho de Oliveira do Hospital".
	C.M. Pampilhosa da Serra	Positiva sem comentários.
	Arquivo Municipal e Biblioteca Municipal de Vila Nova de Poiares	Negativa. Em fase de reestruturação do Arquivo Municipal. Desconhece qualquer outra instituição no concelho que detenha fundos ou documentos com tais características.

Do distrito de **Coimbra**, com dezassete municípios, foram recebidas dez respostas (58,8%), ou seja, coloca-se a 7,2 pontos percentuais acima da média do total das respostas à pergunta. Já foi referido que neste distrito é o Arquivo da Universidade de Coimbra que funciona como tutela.

Das dez respostas recebidas dos municípios do distrito de Coimbra, sete foram negativas quanto à posse de documentos arquivados provenientes de recolhas orais; uma foi positiva e duas não responderam concretamente. De todas as respostas, três, todas negativas, foram de Arquivos Municipais, duas sem sugestões ou dados adicionais e uma com informações adicionais. Das quatro respostas negativas de instituições “não-arquivo”, apenas uma não apresenta sugestões ou informações adicionais. Das duas respostas não explícitas quanto à posse de documentos provenientes de recolhas, uma sugere o contacto de uma instituição e outra fornece dados informativos adicionais.

No distrito de Coimbra não chegaram as respostas dos municípios de **Condeixa-a-Nova, Mira, Miranda do Corvo, Penacova, Penela, Soure e Tábua**.

Guarda

Quadro resumo 6

Distrito	Proveniência das respostas/Câmaras/Arquivos Municipais/outros	Respostas com/sem sugestões
Guarda	Arquivo Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo	Positiva. Possuem 5 bobines gravadas pelo Rádio Clube Português sobre Figueira de Castelo Rodrigo.
	C.M. Guarda - Núcleo de Animação Cultural do Distrito da Guarda	Positiva. Encontram-se a fazer levantamento de cultura popular; trabalhos editados integrados na coleção "Fio da Memória".
	C.M. Manteigas	Positiva. Feito envio postal de Câmara Municipal de manteigas, [s.d.] "Etnografia e folclore; José Lucas Duarte (coord), (1985) "Antologia I, textos escolhidos sobre Manteigas e Sameiro, contributo para uma monografia.

O distrito da **Guarda** foi onde o número de resposta dos municípios foi o mais baixo: cerca de três respostas para catorze abordagens, ou seja, 21,4%, ficando a 30,2 pontos percentuais abaixo da média, isto é, sem o distrito da Guarda, a média de respostas seria de 53,4 %.

As três respostas recebidas dos municípios do distrito da Guarda, são todas positivas. Uma é de um arquivo e contém dados sobre material arquivado e as outras duas respostas de "não-arquivos". Uma contém dados adicionais e outra, sugestões de pesquisa noutras instituições.

No distrito da Guarda não foram recebidas as respostas de **Aguiar da Beira, Almeida, Celorico da Beira, Fornos de Algodres, Gouveia, Mêda, Pinhel, Sabugal, Seia, Trancoso e Vila Nova de Foz Côa.**

Leiria

Quadro resumo 7

Distrito	Proveniência das respostas/Câmaras/Arquivos Municipais/outros	Respostas com/sem sugestões
Leiria	Biblioteca Municipal/Arquivo Histórico Municipal de Alcobaça	Negativa. Trabalhos em curso.
	Biblioteca Municipal de Alvaiázere	Negativa. Sugere contacto com rancho folclórico de Pussos e a da Casa do Povo de Maçãs de D. Maria assim como sugere a aquisição de livro ("Maçãs de D. Maria-História, lendas e e contos à sombra da "Ribeirinha") junto da família do autor.
	Cultura-Município da Batalha	Sem resposta. Remete para: cultura@cm-batalha.pt
	Biblioteca Municipal de Castanheira de Pêra	Positiva. Biblioteca com exemplares de recolhas feitas nas aldeias da região-tradições usos e costumes; cópias de documentos sobre a história da região-originais na Torre do Tombo e Arquivo Distrital Leiria.
	Arquivo Municipal de Leiria	Negativa. Sugere contacto com Arquivo Distrital.
	Arquivo Municipal da Marinha Grande	Positiva. Afirma possuir conjunto de documento orais recolhidos na sequência de um projecto de História Local. Sem mais comentários.
	Arquivo Histórico da C.M. Óbidos	Negativa sem sugestões.
	C.M. Nazaré	Negativa. Sugere contactar Museu Etnográfico e Arqueológico Dr.Joaquim Manso.
	C.M.Porto de Mós-Arquivo	Negativa. Sugestão de consulta de quatro obras.

No distrito de **Leira** responderam nove municípios dos dezasseis abordados, o que corresponde a 56,3%. O conjunto de respostas fica 5,3 pontos percentuais acima da média do total das respostas.

Do total de nove respostas recebidas dos municípios deste distrito, seis foram negativas, uma não é explícita e duas são positivas. Deste conjunto, responderam cinco arquivos a quem pertencem quatro respostas negativas; destas, apenas uma não fornece informações adicionais ou sugestões. A resposta positiva contém informações adicionais. Responderam também três bibliotecas, uma delas, também arquivo histórico (incluído no cômputo dos arquivos). Das seis respostas negativas, quase todas apresentam informações adicionais ou/e sugestões de consulta noutras instituições na região ou publicações.

Neste distrito não responderam os municípios de **Ansião, Bombarral, Caldas da Rainha, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande, Peniche e Pombal.**

Porto

Quadro resumo 8

Distrito	Proveniência das respostas/Câmaras/Arquivos Municipais/outros	Respostas com/sem sugestões
Porto	Arquivo Municipal de Amarante	Negativa sem sugestões.
	C.M. Baião	Negativa/sem resposta dado referir a posse de documentos escritos; sugere contacto com Cooperativa Cultural Fonte do Mel que edita em revista (<i>Bayam</i>) com os trabalhos de recolha.
	C.M.Gondomar - vereação da cultura	Sem resposta. Refere trabalhos em curso e "Os Rostos dos Presidentes; 1932-1974" edição da C.M.
	C.M. Marco de Canavezes	Negativa. Refere trabalho apresentado aquando das 1 ^{as} jornadas do estudo do Marco de Canavezes: "Linguagem Popular do Sec.XIX no Marco de Canavezes".
	C.M.Matosinhos	Negativa. Refere "Recolha Folclórica"(1940) de Armando Leça e respectivas contribuições como gravações do Arquivo da RDP e documentos da BN. Sugere ainda as recolhas efectuadas pela Universidade Popular do Porto para o projecto "Memórias do Trabalho: Testemunhos do Porto Laboral"; testemunhos recolhidos junto de trabalhadores e as condições de trabalho em mais de 80 empresas do Porto, muitas já extintas; parte do trabalho encontra-se na internet: http://cdi.upp.pt/
	Arquivo Histórico Municipal do Porto	Negativa sem sugestões.
	Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim	Negativa sem sugestões.
	Arquivo Municipal da Trofa	Negativa. Refere obras publicadas de autores da região com tradições; trabalho de recolha pelo arquivo municipal, em curso.
	Arquivo Histórico de Valongo	Negativa. Sugestão de consulta do Arquivo Histórico da RTP.
C.M. Vila do Conde	Negativa. É referido acervo fotográfico e material arquivado em vídeo.	

No **Porto**, de dezoito perguntas enviadas, foram obtidas dez respostas o que representa 55,6% colocando as respostas do conjunto dos municípios do distrito do Porto, 4 pontos percentuais acima da média.

Das dez respostas dos municípios do distrito do Porto, nove são negativas e uma sem resposta concreta. Responderam cinco arquivos dos quais três não forneceram sugestões ou informações adicionais. No entanto, dos que deram informações adicionais e que foram sete, uma das informações revelou um dos projectos que em Portugal recolheu e arquivou material proveniente de recolha de testemunhos orais. Conclui-se assim, que a totalidade de respostas sem sugestões ou informações adicionais, foram facultadas por arquivos.

No distrito do Porto, não foram recebidas respostas dos municípios de **Felgueiras, Lousada, Maia, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel e Santo Tirso**.

Santarém

Quadro resumo 9

Distrito	Proveniência das respostas/Câmaras/Arquivos Municipais/outros	Respostas com/sem sugestões
Santarém	C.M. Abrantes	Negativa sem sugestões.
	C.M. Alcanena - Sector de Cultura e Turismo	Negativa. Refere Rancho Folclórico da Gouxaria, Rancho do Covão do Coelho e Rancho de Santa Maria de Moitas Vendas.
	C.M. Benavente	Negativa. Refere Benavente-Estudo Historico descritivo" de Rui de Azevedo, CMB,1994 (reedição); "Subsídios para a História Benaventina-sumário de um livro de actas do sec.XVI", Benavente, 1995.; Inventário do arquivo Histórico de Benavente de Francisco Correia (2000). Alude a "Terras d'água", revista do município.
	CM Chamusca	Negativa sem sugestões.
	C.M.Constância	Negativa sem sugestões.
	C.M. Coruche-Gabinete de Apoio ao Presidente; Arquivo Municipal	Negativa (Arquivo Municipal). Refere possuir três cassetes audio com entrevistas sobre experiências de vida, DVD com entrevista ao arquitecto Gonçalo Ribeiro Telles, DVD de treino e preparação de forcados e sugere contacto com Centro de Documentação do Museu Municipal (GAP).
	C.M. Mação	Negativa sem sugestões.
	C.M. Ourém	Negativa. Encontram-se a fazer levantamento no concelho.
	C.M. Rio Maior	Negativa sem sugestões.
	C.M.Santarém	Negativa. Sugere Escola Educação Santarém.
Ex-veriador	Ex-coordenador de levantamentos no Vale de Santarém, anos 80. 3000 páginas por tratar.	

Para os municípios do distrito de **Santarém** foram enviadas vinte e uma perguntas e foram obtidas onze respostas ou seja 52,4%. O conjunto das respostas dos municípios de Santarém fica 0,8 pontos percentuais acima da média do total de respostas obtidas.

Das onze respostas obtidas, apenas uma é de um arquivo e são todas negativas quanto à posse de documentação arquivada proveniente de recolhas orais. Cinco das respostas não contêm informações adicionais ou sugestões de pesquisa junto de outras entidades do concelho. Quatro sugerem e referem outros contactos no sentido de encontrar documentação recolhida proveniente da oralidade. De salientar, que uma das respostas apesar de negativa, refere a posse de documentação criada no âmbito de exposições temporárias dado tratar-se de um Museu Municipal. Três respostas contêm informações adicionais.

No distrito de Santarém não foram recebidas respostas de **Almeirim, Alpiarça, Cartaxo, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Salvaterra de Magos, Sardoal, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha.**

Viana do Castelo

Quadro resumo 10

Distrito	Proveniência das respostas/Câmaras/Arquivos Municipais/outros	Respostas com/sem sugestões
Viana do Castelo	C.M. Arcos Valdevez - Casa das Artes de Arcos de Valdevez	Negativa. Sugestão de contacto com um antropólogo e direcção de um jornal da região.
	Arquivo Municipal de Melgaço	Negativa sem comentários.
	Arquivo Municipal de Paredes de Coura	Negativa. Refere cassete-video com recriação do ciclo do linho e de uma lavrada (Assoc.Cultural e recreativa de Moselos).
	Arquivo Municipal de Ponte de Lima	Positiva. Refere DVD com registo sobre tradição (festa popular) e primeiro filme passado na TV sobre Ponte de Lima; refere algumas cassetes VHS.
	Arquivo Municipal de Valença do Minho	Positiva. Refere gravação de um programa de rádio sobre a autarquia e o testemunho gravado, de iniciativa pessoal, de um antigo responsável pelos serviços hidráulicos de Valença falecido há pouco mais de um ano.
	Arquivo Municipal de Viana do Castelo	Negativa. Sugere contactar a Associação de Produção e Animação Audiovisual "Ao Norte".
	C.M. Vila Nova de Cerveira - Arquivo	Negativa sem sugestões.

De **Viana do Castelo** o conjunto de respostas dos municípios é o mais elevado no conjunto de abordagens por distrito e em percentagem. Das dez câmaras abordadas responderam sete ou seja, 70% de respostas que correspondem a 18,4 pontos percentuais acima da média do total das respostas

Foram assim, obtidas sete respostas do conjunto dos municípios do distrito de Viana do Castelo, das quais cinco foram negativas e duas positivas. Responderam cinco arquivos que deram três respostas negativas; uma das respostas negativas provém de uma instituição “não-arquivo” que, no entanto, sugere outras abordagens no concelho. Duas respostas negativas não sugerem nem fornecem informações adicionais sobre a temática, e as únicas respostas positivas transmitem informação adicional relativa à documentação proveniente de recolhas orais que possuem.

Não responderam os municípios de **Caminha, Monção e Ponte da Barca**.

Vila Real

Quadro resumo 11

Distrito	Proveniência das respostas/Câmaras/Arquivos Municipais/outros	Respostas com/sem sugestões
Vila Real	C.M Mesão Frio	Negativa sem sugestões.
	C. M. Sabrosa-Arquivo	Positiva. Refere recolhas efectuadas pelo pessoal do gabinete de apoio ao cidadão, a título pessoal.
	C.M.Valpaços	Negativa. Alude a uma instituição no concelho de Vila Real sem referir qual.
	Arquivo Municipal de Vila Real	Negativa. Sugere contactar Direcção de Cultura da Câmara Municipal de Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

O distrito de **Vila Real** foi o segundo com menor percentagem de respostas das suas autarquias. Das catorze interpeladas, apenas responderam quatro o que significa 28,6% de respostas, ficando este conjunto a 23,0 pontos percentuais abaixo da média.

Das quatro respostas recebidas dos municípios do distrito de Vila Real uma é positiva e três negativas. Responderam dois arquivos, um dos quais positivamente. Apenas uma das respostas, negativa, não apresenta sugestões nem comentários informativos.

Do distrito de Vila Real não foram recebidas respostas de **Alijó, Boticas, Chaves, Montalegre, Murça, Peso da Régua, Ribeira de Pena, Santa Marta de Penaguião e Vila Pouca de Aguiar.**

Viseu

Quadro resumo 12

Distrito	Proveniência das respostas/Câmaras/Arquivos Municipais/outros	Respostas com/sem sugestões
Viseu	C.M. Armamar	Negativa sem sugestões.
	C.M. Carregal do Sal	Negativa. Resposta do Museu Municipal Manuel Soares de Albergaria.
	C.M. Castro Daire	Positiva. Refere publicações de lendas, poesia e indústria.
	Arquivo/Biblioteca Municipal de Lamego	Negativa. A temática faz parte de um projecto da autarquia em fase de início de trabalhos.
	C. M. Mangualde	Negativa sem sugestões.
	C.M. Oliveira de Frades	Negativa. Desconhecimento de recolhas ou arquivos orais na região.
	C.M. Penalva do Castelo	Negativa. Desconhece no concelho.
	C.M. Santa Comba Dão	Negativa. Desconhece no concelho.
	C.M. São João da Pesqueira	Negativa. Refere obra publicada <i>Sao João da Pesqueira-Monografia do Concelho</i> de J. Gonçalves Monteiro.
	Biblioteca Municipal de S. Pedro do Sul	Negativa. Sugere contacto com Rádio Lafões.
	C.M. Sátão - Gabinete de Comunicação Social	Negativa. Refere publicações da Biblioteca Municipal sobre o Concelho de Sátão.
	C. M. Tabuaço	Negativa. Sugere contacto com Rancho Folclórico da Granja do Tedo.
	C. M. Tarouca	Negativa sem sugestões.
	C.M. Vila Nova de Paiva	Negativa. Sugere contacto com dois grupos folclóricos.
	C.M. Viseu	Negativa. Sugere contactar o Museu de Silgueiros e o Ecomuseu de Torredeita.

Viseu foi o distrito com maior número de municípios a responder, sendo, no entanto, o terceiro que mais respostas deu em termos percentuais. De vinte e quatro abordagens foram recebidas quinze respostas à pergunta o que significa 62,5% ou seja, 10,9 pontos percentuais acima da média do total das respostas.

Das quinze respostas, apenas uma foi positiva quanto à custódia de documentos provenientes de recolhas orais. Neste conjunto, apenas respondeu um arquivo, que não é o autor da única resposta positiva. Todas as respostas, à excepção de duas que não fazem comentários, facultam informações ou sugestões.

Não foram recebidas respostas de **Cinfães, Moimenta da Beira, Mortágua, Nelas, Penedono, Resende, Sernacelhe, Tondela e Vouzela.**